

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL  
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

**ANA BEATRIZ QUIROGA**

**Parada LGBTI de Niterói:  
Resistência e a Construção do Movimento Social**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do título de Mestre em Política Social.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Nivia Valença Barros**



Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

Q8p Quiroga, Ana Beatriz  
Parada LGBTI de Niterói : Resistência e a Construção do  
Movimento Social / Ana Beatriz Quiroga ; Nivia Valença  
Barros, orientador. Niterói, 2021.  
128 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,  
Niterói, 2021.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGESS.2021.m.14194991737>

1. Movimento social. 2. Diversidade. 3. LGBTI. 4. Gênero.  
5. Produção intelectual. I. Barros, Nivia Valença,  
orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de  
Serviço Social. III. Título.

CDD -

**Parada LGBTI de Niterói:**

**Resistência e a Construção do Movimento Social**

**Banca examinadora**

**Prof. Dra. Nívia Valença Barros (UFF) – Orientadora**

**Prof. Dra. Rita de Cassia Freitas (UFF)**

**Prof Dra. Vanessa Leite (UERJ)**

**Niterói 2019**

**Á Isaura Teixeira Quiroga Pereira, avó, matriarca, parceira  
incondicional e amiga, que sempre acreditou em mim.**

## Agradecimentos

Se Guimarães Rosa já dizia que o que a vida espera da gente é coragem, a vida acadêmica nos exige resiliência. Um termo que se tornou clichê em época de *coach*, mas tão significativo ao escrever sobre movimentos sociais e diversidade sexual em meio a um contexto político de avanço da extrema direita conservadora e retrógrada ( com bases nas bancadas religiosas e armamentista ) e ascensão de um discurso com a bravata calcada no combate a corrupção, a violência, mudanças em leis trabalhistas e supressão de garantias fundamentais, entre outros. Trazendo consigo um discurso de ódio a diversidade, as chamadas minorias e direitos sociais, demonstrado em um aumento do número de casos de repressão contra grupos sociais que historicamente sofrem com a violência, como LGBTIs, negros, índios e periféricos.

Para conciliar a saúde mental - em tempos de defesa dos direitos humanos e sociais e concomitantemente a pandemia do COVID19 – e a produção, é importante criar e manter uma rede de apoio, e é a essa rede de apoio que vão os meus agradecimentos.

Agradecer a minha rede primária de apoio, meus pais Jaqueline e Aluisio, que me educaram dentro de uma pedagogia rodeada de referências como Paulo Freire, Freinet, Maria Montessori, Nise da Silveira, que contribuíram para a formação de uma consciência política e cidadã. As diversas oportunidades de aprendizado e diálogo, do “berço militante” de que tanto me orgulho, da fonte ativista de que tanto bebi e aprendi. Obrigada por me apoiarem desde as minhas primeiras leituras feministas, até ao abraçar a minha sexualidade. Sempre incondicionais.

A minha avó, Isaura, a quem dedico essa dissertação, que veio a falecer no meio desse processo, mas que sempre acreditou em mim, e me ensinou que há sempre um novo dia, uma nova oportunidade. Mulher, economista, matriarca, cinco filhos, e uma força capaz de mudar o mundo. Me espelho em você, vó. Obrigada por absolutamente tudo.

Agradecer ao meu companheiro, Otavio Rodrigues, pela paciência, carinho, compreensão durante esses dois longos anos. Uma escuta atenta, até mesmo quando nada fazia sentido, mas sempre ali, me incentivando e me dizendo que eu era capaz. O amor liberta. Obrigada por me ajudar a construir minhas asas.

Gratidão imensa aos meus colegas de turma, em especial Railson Barbosa, que foram essenciais ao manter meu sorriso aberto, o peito aquecido e tornar as pressões de prazo e produção compartilhadas, logo, menos penosas. O apoio e a camaradagem dessa turma foram construídos, e o sucesso individual de cada um será resultado disso também.

Agradecimento especial a Rafaella Musmanno, parceira de mestrado e de vida, sem a qual eu não teria chegado até aqui. Companheira de desesperos atávicos, viagens, congressos e conquistas. O mundo é pouco para essa assistente social, capaz, forte e dedicada. O mundo é todo nosso, vamos atrás dele.

Ao mencionar viagem, não poderia deixar de agradecer a Profa. Dra. Rita de Cassia Freitas e seu companheiro, Leonardo, por me receberem em sua casa em Portugal e fazer de mim família, proporcionando experiência ímpar e crescimento acadêmico único. Para além disso, agradeço também a palavra amiga, a dedicação e a orientação pessoal e acadêmica, quando se fez necessário. Família é quem a gente escolhe.

Um obrigada sem proporções ao Grupo de Diversidade de Niterói, em especial a Felipe Carvalho, Bruna Benevides e Victor de Wolf, por me acolherem e permitirem a construção não só da minha formação como militante, mas dessa dissertação. Obrigada por abrirem as portas não só dos armários e arquivos do GDN, mas de cada experiência de vocês na trajetória do nosso grupo e da história do movimento LGBTI de Niterói. Orgulho imenso de fazer parte de tudo isso. Sigamos juntos.

Agradecimento a cada integrante do GDN, a cada voluntário que se faz presente todo ano na Parada LGBTI de Niterói e que me proporcionaram a oportunidade de escrever sobre esse tema com tanto amor, vivência e cuidado. Obrigada a cada um que dedicou seu tempo a falar comigo, a compartilhar.

Obrigada a cada um dos entrevistados, dos coletivos e grupos GDN, Cidadania Gay, Sete Cores, entre outros citados ao longo do trabalho. Ao vereador Leonardo Giordano (PC do B) pelo tempo, apoio e luta incansável para que Niterói continue despontando como uma cidade progressista e aliada do movimento LGBTI.

Finalmente, agradecer a Prof. Dra. Nivia Valença Barros, orientadora e amiga de longa data, que também sempre acreditou em mim, desde a graduação. Confiante na minha capacidade, Nivia abriu inúmeras portas e oportunidades, fazendo sempre o

possível e impossível para me manter na estrada tortuosa que é a pós-graduação, sempre respeitando meu tempo, espaço e minha individualidade. Em um mundo de egos, competição e muito assédio, é muito reconfortante encontrar uma orientação que te incentiva, apoia e estenda as mãos. Que honra ter essa assistente social com uma trajetória enorme, dedicada a luta, forte e respeitada como orientadora. Que a vida ainda nos dê muitos caminhos para caminharmos juntas. Obrigada, por ontem, hoje e sempre.

Por último, agradecer a Universidade Federal Fluminense por esses dez anos de uma relação de amor e ódio, por fazer parte da minha formação, como pessoa e profissional. A universidade pública é uma experiência de vida, uma oportunidade de viver a diversidade, de conhecer o mundo. A universidade pública, gratuita, de qualidade e amplo acesso é um projeto que defendo, e desejo a todos os estudantes. Viva a UFF.

## Resumo

O presente trabalho busca apresentar como se processou a construção da Parada LGBTI de Niterói, através da história e trajetória do movimento LGBTI em Niterói, Rio de Janeiro. Nesse contexto, apresenta-se um panorama da formação do movimento LGBTI na esfera mundial, nacional, estadual e municipal. Na cidade, foco da pesquisa, se destacam sua institucionalização e a contribuição dos coletivos para a concepção da Parada LGBTI. Ao dialogar com a formação do sujeito e sua participação em movimentos sociais, discute-se esta consolidação a partir de uma perspectiva de leitura da realidade social e culturalmente constituída, repleta de símbolos e valores a serem decifrados. Assim, procuramos traçar um diálogo entre o passado e a história contemporânea da organização do movimento LGBTI em Niterói e dos personagens ligados a ela direta, ou indiretamente. Procura-se examinar de que modo tal realidade social foi e é construída e/ou desconstruída. A pesquisa se deu a partir da vivência e do olhar dos vários grupos que a compõem e, para tanto, foi utilizada a observação participante, o diário de campo, a análise documental e as entrevistas como metodologia de pesquisa. Tendo em vista o crescimento da extrema direita conservadora no contexto político atual do país, no qual o discurso do ódio a diversidade e o desmonte das políticas públicas voltadas para as questões de gênero e diversidade, tornou-se de extrema importância resgatar a história da diversidade sexual e a construção da consciência política desses sujeitos sociais niteroienses.

**Palavras-chave: LGBTI, movimento social, direitos humanos, sexualidade, gênero.**



## **Abstract**

This study will focus on the LGBTI Parade of Niterói, where I live and contribute in a participatory way with the construction of the political act. Through dialogue between the formation of the subject and his participation in social movements, the consolidation of the social subject is discussed from a perspective of socially and culturally-constituted reality, where symbols and values are routinely decoded. Thus, by examining how this social reality was and is constructed and / or deconstructed, we seek to understand the formation of the subjects within the LGBTI community and how the LGBTI Parade becomes a space for the conquest and consolidation of these subjects's rights. Our perspective was built from the experience and view of the various groups that make up the daily life of the LGBTI movement and, therefore, we used participant observation, oral reports, and field notes as our data collection methodology. Thus, it has become extremely important to rescue the history of homosexual organization in order to understand the construction of political consciousness of these Niteroi subjects.

**Key-words: LGBTI, gender, human rights, sexuality, PRIDE.**

## **LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABGLT- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

CFM - Conselho Federal de Medicina

CID - Classificação Internacional de Doenças

DST - Doença Sexualmente Transmissível

FLHA – Frente de Liberação Homossexual Argentina

GALF – Grupo de Ação Lésbica e Feminista

GGB - Grupo Gay da Bahia

GDN – Grupo Diversidade de Niterói

GTN – Grupo Transdiversidade de Niterói

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana

LF – Grupo Ação Lésbico

LGBTI - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Intersexo

MHB - Movimento Homossexual Brasileiro

MS - Ministério da Saúde

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PL - Projeto de Lei

SUS - Sistema Único de Saúde

TRANS - Travesti e Transexuais

<b>Introdução:</b> .....	12
<b>Metodologia:</b> .....	16
<b>I De Stonewall a LGBTI: a construção do movimento LGBTI</b> .....	23
1.1 Reflexões sobre movimentos sociais .....	23
1.2 Identidade: a construção do sujeito social e os movimentos sociais .....	28
1.3 Minas, manas e monas: movimento feminista e a luta LGBTI .....	35
1.4 De ponta a ponta do arco-íris: um panorama da Europa, América Latina e Brasil .....	43
1.5 Quem SOMOS o movimento LGBTI? .....	54
<b>II Passeata ou Parada?</b> .....	61
2.1 GAY PRIDE: um panorama das principais Paradas LGBTI.....	61
2.2 I Parada LGBTI do Rio de Janeiro .....	67
2.3 I Parada LGBTI de São Paulo .....	70
2.3.1 A Parada Virtual de São Paulo .....	80
2.4 A cabeleira do Zezé: a carnavalização da Parada LGBTI .....	83
<b>III Parada LGBTI de Niterói</b> .....	87
3.1 Niterói: de Araribóia ao Trevo da Diversidade .....	87
3.2 Formação e consolidação do movimento LGBTI em Niterói .....	92
3.2.1 Grupo de Diversidade de Niterói.....	101
3.2 Parada LGBTI de Niterói: 15 ANOS .....	106
<b>Considerações Finais</b> .....	115
<b>ANEXO I</b> .....	119
<b>ANEXO II</b> .....	121
<b>ANEXO III</b> .....	122
<b>Referências bibliográficas</b> .....	123

## **Introdução:**

Quando tratarmos dos movimentos LGBTI consideramos importante falar no plural, pois compreendemos que o movimento é múltiplo e diverso, e se apresenta, ao longo da história, em diversos formatos, com diferentes atores e em diferentes contextos políticos e sociais. Portanto, temos que ter em mente a pluralidade presente nos movimentos sociais, e, especialmente em um movimento que a própria sigla e pauta já indica diversidade.

O presente estudo debruça-se sobre a formação do sujeito social através da sua ação no movimento social LGBTI, com foco na construção e participação da Parada LGBTI de Niterói. Toda realidade é social e culturalmente constituída, e esta realidade é repleta de símbolos e valores a serem decifrados. Nesta perspectiva, é essencial examinarmos de que modo tal realidade social foi e é constituída e/ou desconstruída, a partir da vivência e do olhar dos vários grupos que a compõem (BARROS, ANDRÉA K).

O tema dessa pesquisa surge, em primeiro lugar, a partir de minha participação no Núcleo de Pesquisa sobre Direitos Humanos, Sociais e Cidadania (NUDHESC) da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, que permitiu minha aproximação com a área de Gênero e Sexualidade e com o tema da visibilidade LGBTI<sup>1</sup>. Associada ao fato que há cinco anos sou militante e coordenadora dos voluntários na Parada LGBTI de Niterói – decorrente da minha militância junto ao GDN – Grupo Diversidade de Niterói, principal responsável pela organização da Parada. Todo esse processo contribuiu para o interesse em pesquisar sobre o evento e sua relação com os movimentos sociais e a cidade.

Essa vivência dentro do GDN, ou essa experiência “da pista” como costumamos dizer, resulta em aprendizados cotidianos de luta e de pensar sobre a luta, que hoje, me orientam ao olhar o movimento, dentro e fora da perspectiva acadêmica, me ajudando a compreender o movimento e seus processos de construção e mudança.

Niterói foi a capital estadual entre 1834-1894 e novamente entre 1903-1975, o que contribuiu, historicamente, para seu maior desenvolvimento comparado a outras cidades da região metropolitana, para além da cidade do Rio de Janeiro. Com população

---

<sup>1</sup>Com base nas definições da Aliança Nacional LGBTI, é importante saber que parte as letras LGB, refere-se à orientação sexual da pessoa, ou seja, as formas de se relacionar afetiva e/ou sexualmente com outras pessoas, e as letras TI, diz respeito a identidade de gênero, ou seja, como a pessoa se identifica, e vai além do gênero feminino ou masculino. Sendo assim LGBTI, caracterizam-se respectivamente por: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexual.

estimada em 513 584 habitantes, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2019, ostenta o mais elevado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Rio de Janeiro e o sétimo maior entre os municípios do Brasil em 2010. Individualmente, é o segundo município com maior média de renda domiciliar *per capita* mensal do Brasil e aparece na 13ª posição entre os municípios do país segundo os indicadores sociais referentes à educação. No capítulo três, exploraremos mais a relação desses índices com a história de Niterói marcada por governos progressistas -e outros nem tanto - e como isso se dá na criação e implementação de políticas públicas LGBTI.

Como expressou Veena Das (1999) o que orienta, ou passa a orientar o nosso olhar, é que se tornar ativista é um modo de reinscrever a própria história, de construir a possibilidade de voltar a habitar um mundo devastado pela violência, pelos apagamentos, pelas exclusões, pela morte física ou simbólica, explicitada ou com iminência anunciada que impedem de viver uma vida digna de ser vivida ou uma perda de ser chorada.

(...) o objetivo de todo movimento de subversão simbólica é operar um trabalho de destruição e de construção simbólicas visando a impor novas categorias de percepção e de avaliação, de modo a construir um grupo, ou, mais radicalmente, a destruir o princípio mesmo de divisão segundo o qual são produzidos não só o grupo estigmatizante, como também o grupo estigmatizado. (BOURDIEU, 1999. P. 105)

O movimento LGBTI tem utilizado o campo da cultura como uma das principais formas de penetração na sociedade, com vistas a superar a dialética exclusão/inclusão social e na busca por conquistas de direitos sociais e reconhecimento identitário. Por isso, esse estudo visa compreender o processo de formação dessa identidade, desse sujeito LGBTI dentro do contexto da cidade em questão e analisar de que forma a prática, como Bourdieu (1998) aponta, constrói o movimento LGBTI e, conseqüentemente, a Parada LGBTI de Niterói. Portanto, utilizaremos a revisão bibliográfica desenvolvida durante o mestrado e o material obtido através da minha participação ativa no Grupo de Diversidade de Niterói (GDN), responsável pela organização da Parada.

Ao falar em participação ativa, abrimos caminho para abordar o conceito de pesquisadora-ativista, já que me reconheço como tal a partir da minha vivência dentro do movimento LGBTI. Pesquisador-ativista em Radha D'Souza (2010), é aquele que assume o compromisso com a construção de conhecimentos científicos a partir das experiências de opressão, de desigualdade e de injustiças vividas por determinados grupos sociais. E como preconiza Fonseca (1995, p. 65), ninguém nega que somos parte

da realidade que pesquisamos, uma vez que no processo da construção do conhecimento científico, também se realiza um exercício pessoal, tanto para entender como para partilhar as impressões sobre o objeto de estudo.

É certo que a diversidade sexual tem desempenhado, ao longo da história, o árduo papel de criar estes espaços emergentes, oriundos da luta política entre os criadores – e controladores – da memória oficial e eles próprios, propondo uma “contra-memória” oficial. É na consciência política<sup>2</sup> que evoca e transforma as estruturas, que esses sujeitos sociais lutam pela construção e abertura de um novo projeto de sociedade e de cidadania. A luta pelo *direito a ter direito*, Silva (2009), é a disputa para que seus direitos sejam reconhecidos como direitos humanos, constitui-se como uma possibilidade de se romper com o silêncio que encerra o movimento LGBTI e lhe confere inserção ao espaço público e ao direito a uma memória pública, coletiva e política.

Os movimentos sociais que lutam para a inserção da população LGBTI, em nossa sociedade, têm considerado como um procedimento necessário desestruturar consensos e normatizações estruturais, como também, estabelecer dissensos e mudanças nas consciências, conceitos que abordaremos no primeiro capítulo. E, para a consolidação de uma cidadania travam também uma batalha simbólica, uma luta por estabelecimento de hegemonias<sup>3</sup>, sem, contudo, deixar de se evidenciar os conflitos e antagonismos inerentes a este processo. Assim, nessa lógica, se pensa na construção da possibilidade do surgimento desses sujeitos sociais LGBTI, pois o sujeito social, segundo Silva (2009), é um portador de uma nova consciência, que pressupõe, um processo de formação de consciência política.

No contexto gramsciano, consciência política coletiva traduz-se na fonte do poder do e para o proletariado. Não desenvolver essa consciência, não apenas garante a manutenção das relações de poder, como também as legitima. Gramsci<sup>4</sup> acredita que as condições de subalternização intelectual das classes trabalhadoras, as quais sempre

---

<sup>2</sup> Para o conceito de consciência política utilizado nesse artigo, considera-se o dado por Gramsci, na qual a ação coletiva deve ser entendida enquanto elemento produtor de consciência política. GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da história*. 3 eds. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

<sup>3</sup> A potencialidade do conceito de Gramsci está em reconhecer que a autoridade e suas diferentes formas de coerção envolvem artifícios muito mais sofisticados que a violência. A hegemonia cultural é, portanto, um conjunto de ideias dominantes de uma determinada conjuntura social, política, cultural e econômica. Ela não é permanente, mas o Estado, e seus líderes, são o resultado desse somatório de forças em disputa. Neste jogo estão presentes a sociedade civil e a sociedade política. As duas se influenciam mutuamente, e o governo é o resultado das ideias dominantes. GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da história*. 3 eds. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

<sup>4</sup> GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da história*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

estiveram submetidas, são o elemento fundamental para a emancipação destas, sendo necessário repensar um novo projeto cultural que propicie o desenvolvimento de uma vivência democrática. Neste sentido, a consciência política não é só o meio de proteção e sim da superação da injustiça, além de ser instrumento político que assegura a soberania popular. Sem a conscientização política não há soberania e nem se pode construir um projeto político socialmente justo. Por isso, Gramsci entende que a política e a educação se encontram intimamente ligadas, e que a esfera cultural está ligada também à política educativa. É, então, através da cultura que a consciência política coletiva é despertada nas Paradas LGBTI.

Alessandro Soares, em sua tese *Marchando pelo arco-íris da política* (2006), classifica a parada do Orgulho LGBTI em um movimento popular, uma estratégia política de construção de uma cidadania ativa destes sujeitos. O surgimento da ideia da política de identidade, onde o movimento LGBTI busca a identidade daqueles que os dá suporte, é fator a ser destacado. Porém, o que se demonstra nesses movimentos é a ideia de não partidização, na medida em que se busca um discurso único de ação, independentemente de suas aderências partidárias na vida particular. Identifica-se a existência de formação da identidade do sujeito à medida que a diferença existe. Do contrário, em se considerando uma situação de homogeneidade de identidade, suas afirmações não encontrariam significado, posto que não haveria contraposição. Assim, as identidades nacionais não pertencem à natureza essencial do indivíduo, tendo sido formadas e transformadas de acordo com as vertentes temporais sócio-políticas. Dessa forma, o movimento LGBTI, apoiado em uma política de identidade, custeado na forma em que é produzido e como é realizado, torna-se, assim, um fator preponderante na mobilização política e mostra-se mais como um fator de luta, um modo como um determinado grupo quer ser representado

Mas, cabe destacar que toda essa movimentação, também apresenta contradições e dilemas internos enfrentados ao longo da organização social da diversidade sexual. As paradas LGBTI tem em seu bojo uma questão ainda hoje tabu, a incorporação da diversidade sexual e de gênero, e dessa forma, se depara com dificuldades externas e internas, que podem resultar em momentos de desarticulação e desmobilização, mas que se torna referência, desempenhando papel fundamental na construção de uma identidade social e respeito do movimento LGBTI.

Portanto, pretendemos entender os caminhos escolhidos pelos que criaram a Parada LGBTI e que se tornou referência, desempenhando papel fundamental na construção de uma identidade social a respeito da cultura LGBTI. Nesse sentido, além

de ser um espaço de luta pelo reconhecimento da identidade LGBTI, a Parada LGBTI pode também ser vista como um campo fértil para o debate e reflexão para formulação de políticas públicas voltadas, especificamente, para a população LGBTI. Portanto, a pesquisa traz à tona contradições e dilemas internos enfrentados ao longo da organização social dos LGBTI, uma vez que estes não são inerentes apenas à realidade externa ao movimento na cidade.

Para isso, no primeiro capítulo pretendemos fazer uma contextualização histórica do movimento LGBTI em esfera mundial e nacional, e para isso debateremos o conceito de movimentos sociais e a teoria dos novos movimentos sociais identitários, trazendo para a reflexão a importância do movimento feminista para o aprofundar esse questionamento sobre gênero e sexualidade, e a contribuição para a própria organização do movimento LGBTI em si.

A partir do segundo capítulo, focaremos nas Paradas LGBTI pelo mundo, destacando as maiores e mais conhecidas. Com a organização de um movimento, coletivo, organizado e reconhecido como LGBTI, propõem-se a análise da trajetória dessas Paradas LGBTI, a questão da representatividade, estrutura, carnavalização, bem como a sua importância como palco de disputas de ações políticas.

No terceiro capítulo, estudaremos finalmente na Parada LGBTI de Niterói, compreendendo a trajetória do movimento LGBTI da cidade, a construção dos coletivos e os sujeitos sociais envolvidos na organização das Paradas LGBTI. Para tanto, vamos analisar documentos oriundos das Associações LGBTI de Niterói, compreendendo de que forma as atividades LGBTI entraram na agenda do Governo Municipal, durante esses quinze anos de realização da Parada, demonstrando a importância política da Parada LGBTI como palco de disputas.

## **Metodologia**

Para alcançar os objetivos dessa pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa. O método de pesquisa qualitativo vem sendo utilizado com frequência nas ciências humanas e sociais e nos estudos de gênero e sexualidade, pois ela permite captar aspectos subjetivos relacionados ao objeto estudado. No caso dessa pesquisa, essa abordagem permitiu uma melhor compreensão de como se deu o processo de construção da Parada LGBTI de Niterói, ou seja, os atores sociais envolvidos, os conflitos inerentes ao processo, o envolvimento do movimento LGBTI, a institucionalização dos grupos



comprometidos. Minayo (1993, p.134) nos oferece, de forma clara e resumida, pontos que demonstram a importância da pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa torna-se importante para: (a) compreender os valores culturais e as representações de determinado grupo sobre temas específicos; (b) para compreender as relações que se dão entre atores sociais tanto no âmbito das instituições como dos movimentos sociais; (c) para avaliação das políticas públicas e sociais tanto do ponto de vista de sua formulação, aplicação técnica, como dos usuários a quem se destina.

Historicamente, a abordagem qualitativa surgiu a partir do momento em que “pesquisadores perceberam rapidamente que muitas informações sobre a vida dos povos não podem ser quantificadas e precisavam ser interpretadas de forma muito mais ampla que circunscrita ao dado objetivo.” (TRIVIÑOS, 1987. p. 120).

Em uma pesquisa qualitativa, o trabalho de campo constitui-se numa etapa essencial. O trabalho de campo deve partir de referências teóricas que fundamentem a análise da pesquisa. Os agentes envolvidos na pesquisa (entrevistador e entrevistado), sejam eles indivíduos ou grupos, desenvolvem-se de forma dinâmica no conhecimento da realidade.

A pesquisa qualitativa implica o desenvolvimento de um diálogo progressivo e organicamente constituído, como uma das fontes principais de produção de informação. No diálogo se criam climas de segurança, tensão intelectual, interesse, confiança, que favorecem níveis de conceituação da experiência que raramente aparecem de forma espontânea na vida cotidiana (GONZÁLEZ REY, 2002, p. 56).

Importante salientar que este trabalho procura ter uma perspectiva de colonial, refletindo uma escolha teórica e política no que tange ao conteúdo político e epistemológico da discussão, em outras palavras, com essa iniciativa, busca-se não somente provincializar a Europa, mas também toda e qualquer forma de conhecimento que se proponha a universalização. A decolonialidade refere-se ao processo que busca transcender historicamente a colonialidade, que busca e tem a pretensão de corrigir alguns apagamentos epistemológicos, lançando outras bases e categorias interpretativas da realidade a partir das experiências da América Latina.

O processo que permite a colonização do ser, como indivíduo, leva-o a pensar e ver o mundo a partir de categorias que o colocam na posição de oprimido, e é um tema ao qual se dedica a literatura pós-colonial. Para Mignolo (2007), não sendo, pois, possível se falar em modernidade sem levar em consideração o processo de exploração das colônias e a construção ideológica do outro (o colonizado) como atrasado,

selvagem, primitivo. Dessa forma, o movimento LGBTI, caracterizado socialmente como oprimido, por estar marginalizado, é o ponto-chave desse presente trabalho.

Nesse sentido, a História Oral, como referencial teórico-metodológico dentro da abordagem qualitativa, apresentou-se como uma possibilidade profícua à realização desta pesquisa, uma vez que o objetivo deste estudo é investigar a formação do movimento social LGBTI dentro da cidade de Niterói, a partir dos relatos dos sujeitos integrantes desse movimento, da reconstrução da memória. A história oral, ou relatos, caracteriza-se como uma metodologia de pesquisa que busca ouvir e registrar as vozes dos sujeitos excluídos da história oficial e inseri-los dentro dela. Guedes-Pinto (2002) utiliza a metodologia da HO pois, para ela, possibilita movimentos de mudanças e de posturas, tanto para o pesquisador quanto para o sujeito pesquisado. Sendo assim, a autora afirma:

A HO preocupa-se, fundamentalmente, em criar diversas possibilidades de manifestação para aqueles que são excluídos da história oficial, tanto a “tradicional” quanto a contemporânea, e que não possuem formas suficientemente fortes para o enfrentamento das injustiças sociais. (GUEDES-PINTO, 2002, p. 95)

Para possibilitar compreender melhor o objeto de estudo, e obter os relatos orais, utilizamos a entrevista, assim como o diário de campo. Em uma pesquisa qualitativa, o trabalho de campo constitui-se numa etapa essencial, estabelecido a partir de referências teóricas que fundamentam a análise da pesquisa. O diário de campo nos permitiu recolher dados para além das entrevistas com ativistas de diferentes gerações, trazendo um olhar sobre os espaços e guetos LGBTI. Na antropologia, o diário de campo se configura como um “instrumento depositário de notas, impressões, observações, primeiras teorizações, mapas, esboços, desabafos, entrevistas e garatujas de informantes” (Magnani, 1997, p.8), auxiliando na formulação de hipóteses, direciona a pesquisa, permite visualizar retrospectivamente as lacunas, e é motivador do diálogo e de resgate do vivido.

Tendo em vista a relação pessoal enquanto ativista LGBTI, optamos por utilizar a observação participante OLIVEIRA et al. (2013) acompanhada de registros dos diários reflexivos (com o comprometimento em relação a uma vigilância epistemológica, para que haja o distanciamento necessário em uma produção acadêmica e etnográfica). O diário reflexivo se encaixa nesse trabalho também como um diário de campo, pois há necessidade de observação das características do espaço geográfico para melhor se compreenderem as condições, situações e estilos de vida, os contornos mais

detalhados da observação feita em campo, no qual estariam contidos os relatos de cunho pessoal do pesquisador, como podemos ler em Weber (2009, p.158-9):

[...] três tipos de diários: um diário de campo específico da etnografia; um diário de pesquisa, tal como poderia desenvolver um historiador ou um filósofo; e um “diário íntimo”. Nesse último caso, conforme o modelo dos diários autobiográficos em que são depositados os humores e as emoções de seu autor. É no diário de campo que se exerce plenamente a “disciplina” etnográfica: deve-se aí relacionar os eventos observados ou compartilhados e acumular assim os materiais para analisar as práticas, os discursos e as posições dos entrevistados, e também para colocar em dia as relações que foram nutridas entre o etnógrafo e os pesquisados e para objetivar a posição de observador. É, pois, o diário de pesquisa de campo que permitirá não somente descrever e analisar os fenômenos estudados, mas também compreender os lugares que serão relacionados pelos observados ao observador e esclarecer a atitude deste nas interações com aqueles.

Consideramos que a entrevista facilita um acúmulo mais rico de informações que o uso de questionários fechados ou métodos que não envolvem o contato direto pesquisador/pesquisado. A escolha da entrevista, mais especificamente, da entrevista semiestruturada deve-se ao fato de ser uma ferramenta que permite um maior aproveitamento e espontaneidade do momento da entrevista, pois apesar de possuir um roteiro com algumas questões-base, outras questões surgem no momento da entrevista e podem ser feitas ao entrevistado gerando uma maior fluidez e um melhor resultado na análise das entrevistas.

Para o estudo sobre este método, seguiremos as orientações de Vergara (2009). O autor entende que entrevista é um método de coletar dados que ocorre num processo de interação verbal, conversa, diálogo que produza conhecimento sobre algo. Sendo assim, em uma pesquisa qualitativa, a forma ideal de se realizar entrevistas é pessoalmente, pois assim pode-se notar expressões e posturas corporais, gestos e olhares significativos para a análise de campo.

De acordo com Manzini (1990/1991), entende-se por entrevista semiestruturada como aquela que “está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista.” (MANZINI, 1990/1991; p.154). Com o desejo de aproveitar ao máximo as experiências advindas das entrevistas, e de deixar que proporcionem um melhor entendimento das histórias pessoais, seus conflitos internos, seus olhares e vivências, e relacioná-las à própria história de Niterói, é que a história oral se torna relevante. Em uma pesquisa em história oral, quando a análise é completa, a versão da história da sociedade que se constrói é tão válida quanto aquela

que deriva da consulta de fontes documentais como arquivos e registros fiscais ou policiais, por exemplo.

Para tal, estruturamos o roteiro de entrevistas com perguntas abertas e com pequenas modificações a partir da pessoa entrevistada. Seleccionamos dez pessoas, dentre dirigentes e fundadores de coletivos, professores universitários e base de movimento social. O objetivo inicial era entrevistar mais LGBTI's dentro e fora dos movimentos organizados, mas devido a pandemia do coronavírus – contexto que será explicitado mais adiante – reduzimos e focalizamos nos participantes escolhidos. Os entrevistados citados e que tiveram suas falas incorporada ao trabalho, assinaram um termo de consentimento e permitiram a reprodução do conteúdo das entrevistas. O intuito era de entrevistar as principais organizações LGBTI de Niterói, no entanto, encontramos dificuldades em acessar certos grupos pela disponibilidade de agenda, deixando a desejar uma abordagem mais profunda sobre os coletivos que compõem a vida política da cidade.

As entrevistas não foram o único recurso utilizado na pesquisa qualitativa, fontes documentais foram importantes complementos para a análise. Para Cellard (2010)<sup>5</sup>, documento pode ser concebido como todo texto escrito, manuscrito ou impresso, registrado em papel. Cellard (2010, p.297) informa que estes incluem “os jornais, revistas, periódicos e qualquer outro tipo de documentos distribuídos: publicidade, anúncios, tratados, circulares, boletins paroquiais, anuários telefônicos, etc.”.

Devido a participação enquanto militante no Grupo Diversidade de Niterói, a análise documental foi facilitada, pois a ONG e seus integrantes possuem um amplo acervo sobre a Parada LGBTI, como também o acesso aos entrevistados, por causa da inserção na vida política da cidade através da militância e do movimento LGBTI.

A primeira fase da pesquisa se deu no acesso aos documentos do GDN, tendo encontrado os formulários dos editais do Ministério da Cultura, folders e atas das reuniões de organização das Paradas anteriores. No entanto, devido ao contexto social ocasionado pela pandemia do COVID-19 em 2020, as estratégias tiveram que ser repensadas, porém não abandonadas.

O novo agente do coronavírus que foi comunicado a movimento internacional em 31/12/2019 após casos registrados na China, em poucos meses se alastrou pelo continente europeu, chegando aos Estados Unidos e Brasil em março. A partir da segunda semana do mês, o Estado do Rio de Janeiro entrou em quarentena, restringindo

---

<sup>5</sup> CELLARD, André. A análise documental. In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. POUPART, Jean (et. ali.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

a circulação de pessoas bem como o funcionamento do comércio, escolas e estabelecimentos em geral. A pandemia declarada em janeiro, mudou a dinâmica de muitos setores, inclusive os das universidades e da vida acadêmica.

O Governo Federal tem se mostrado praticamente imóvel com relação à defesa da população, enquanto transfere recursos vultuosos para o mercado financeiro. A política de testagem de casos de COVID-19 no país chega a ser irresponsável e criminosa, a ponto do presidente ser três vezes denunciado ao Conselho de Haia<sup>6</sup> por genocídio e crime contra a humanidade. O fechamento de fronteiras é tímido, a política de isolamento social é pequena e questionada por parte do próprio Governo, as iniciativas de proteção econômica à população trabalhadora e pobre são inadequadas e irrisórias. Somando a isso, o Governo Federal ainda avança contra a educação pública com propostas de ensino a distância, contra a ciência e tecnologia com corte de bolsas e ataques às ciências sociais e humanas e contra os servidores públicos com o corte de salários através da suspensão de benefícios.

Neste momento, defender a ciência e o conhecimento como ferramentas estratégicas para enfrentamento desta pandemia e, também, como condição para o desenvolvimento do país é parte da defesa da vida e das nossas instituições públicas de ensino e pesquisa, já que o calendário das universidades e escolas do país foram suspensas, o ENEM adiado. Em Niterói, ficamos em quarentena por dois meses, dez dias de *lockdown*, e – no momento da escrita da dissertação – estamos começando a reabertura gradual, tendo sido a gestão municipal vista como ativa e responsável na adoção das medidas necessárias por diversos órgãos, e até jornais internacionais.

Devido a esse contexto, as entrevistas tiveram que ser realizadas virtualmente, mesmo admitindo a falta que faz o contato visual, a leitura da expressão corporal, nos deparamos com a disposição dos entrevistados que rendeu encontros produtivos, e alguns até emocionantes.

Diante desse contexto, surgiu a necessidade de se utilizar roteiros diferentes, pois na lista de entrevistados se encontravam alguns perfis: dirigentes de coletivos, ocupantes de cargos públicos ou de gestão, representantes das diferentes letras da sigla LGBTI, e por fim, uma divisão clara geracional, que vem chamando atenção nos estudos sobre LGBTI. Mantivemos a estrutura semiaberta, e deixamos que o

---

<sup>6</sup> O Tribunal Internacional de Justiça ou Corte Internacional de Justiça é o principal órgão judiciário da Organização das Nações Unidas (ONU). Tem sede em Haia, nos Países Baixos. Por isso, também costuma ser denominada como Corte de Haia ou Tribunal de Haia. Sua sede é o Palácio da Paz. O Tribunal de Haia é uma corte internacional que entrou em vigor em 2002 após atender aos critérios estabelecidos em um documento chamado Estatuto de Roma. Tem jurisdição em 123 países e propõe-se a julgar denúncias de crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

entrevistado se sentisse confortável, já que a situação da pandemia – a essa altura – já tinha afetado física, mental e emocionalmente a todos.

Foi possível perceber, ao analisar os dados, que o isolamento e a situação de vulnerabilidade que certos setores da sociedade se encontravam (artistas, autônomos, prostitutas, ambulantes, pessoas em situação de rua, uma parcela da população LGBTI, etc.) devido ao abandono do poder público frente a paralização das atividades, atingia os entrevistados e influenciava os discursos. Uma das perguntas do roteiro era “o que é ser LGBTI em Niterói”, e se mostrou dificultoso refletir sobre isso sem a sombra da COVID e de como a gestão municipal, estadual e federal estavam lidando com isso para proteger as pessoas mais vulneráveis.

Por fim, o atual governo federal, que possui um projeto político de retração das políticas sociais, diminuição do poder estatal e repressão aos direitos humanos e negacionista ao que tange a ciência, se mostrou incompetente para lidar com a crise mundial causada pelo COVID-19, deixando a população tensionada não só pela questão de saúde pública, mas de que forma essa paralização afetaria outros setores – profissionais, econômicos, etc. Todo esse processo traz peso enquanto movimento social, já que, temporariamente isolados socialmente e com um vírus nas ruas, a capacidade de mobilização e manifestação foi afetada. Futuramente, estudaremos como a pandemia fez as redes sociais atuarem e como a internet se tornou, momentaneamente, como única forma de canal de protesto, como também refletir de que forma isso alcançou o poder público, ou ainda, causou alguma efetividade. Os estudos de movimentos social deverão levar em consideração esse período, e os estudos acerca da temática LGBTI não poderão ignorar os vários fatores incisos no atual contexto político brasileiro.

Acreditamos que o COVID-19 veio para modificar a dinâmica do mundo, questionar o sistema capitalista, de produção e exploração, da relação do homem com a natureza, mas, principalmente, do homem consigo mesmo e com o outro, ao colocar a nossa responsabilidade social em xeque. Desejamos que as mudanças trazidas pela pandemia não tenham modificado apenas a metodologia da vida acadêmica, mas também da vida em si daqui para frente.

## **I De Stonewall a LGBTI: a construção do movimento LGBTI**

Nesse primeiro capítulo, acompanharemos a trajetória do movimento LGBTI, entendendo o grande estopim de Stonewall, e ao mesmo tempo tendo uma visão mais ampla dos movimentos ao redor do mundo, principalmente na América Latina, chegando até os grupos LGBTI brasileiros que construíram a luta e a memória do movimento em nosso país.

Também analisaremos de que forma o movimento feminista abre caminho para as questões de gênero e sexualidade, os conceitos necessários para os entendimentos de identidade, sexualidade, interseccionalidade que vão permear nosso estudo.

### **1.1 Reflexões sobre movimentos sociais**

A Constituição brasileira de 1988 trouxe amplitude de direitos nunca antes atingidos em nosso país. Além de marcos importantes como a criação do SUS, o ECA (Estatuto da criança e do adolescente), a liberdade de expressão, de imprensa e de organização, foram alguns dos importantes avanços na história brasileira contra as desigualdades sociais e nas ações dos movimentos sociais. Assim, o final da década de 1980, tida como a “década perdida” em termos econômicos, mas profícua para os movimentos sociais, tornou-se marcante para estes, visto que foi uma década em que diversos grupos saíram às ruas e praças reivindicando por direitos, por liberdade de expressão, por garantias de trabalho, de salários justos, entre outros.

Muitos teóricos, como Serge Moscovici (1988), já assumiram que o século XX foi o tempo das movimentações de massas, das ações grupais, dos movimentos sociais e das ações coletivas. Mesmo sendo considerado o tempo da emergência do individualismo, este século pode ser também compreendido pelas ações humanas coletivas. Rafael Cruz, historiador espanhol, em texto publicado em 2001 e intitulado *Conflitividad Social e acción Colectiva: una lectura cultural*, baseado em Kriesi (1995), Tarrow (1994) e Tilly (1978), considera a ação coletiva como sendo

(...) o processo pelo qual as pessoas realizam esforços conjuntos dirigidos a influir na distribuição existente de poder. ” (p. 175). Segundo este autor, a ação coletiva é uma das iniciativas efetuadas por distintos grupos sociais para responder aos conflitos surgidos entre eles, sendo esta equiparável à participação política, à mobilização e ao protesto, ainda que com pequenas diferenças. Neste sentido, Cruz observa que a ação coletiva “(...) é, com efeito, uma das mais possíveis respostas das pessoas que se encontram imersas em algum conflito. Mais frequente que a mobilização tem sido e são a resignação, a emigração e a resistência cotidiana, individual e anônima (nota, p. 175).

Neste contexto, se fortalece a ideia de novas configurações de movimentos sociais, que são formas de se organizar e se pensar, defendendo interesses a partir de uma perspectiva culturalista.

Ao iniciarmos esta seção, pensávamos em apresentar uma conceituação de movimentos sociais que fornecesse uma base inicial para as elaborações teóricas que apresentaremos. Contudo, após a constatação da enorme diversidade de autores e livros encontrados sobre esta temática, notamos que a discussão acerca do conceito de movimento social é ampla e complexa. O movimento vivo da sociedade desencadeia transformações que trazem mudanças estruturais na esfera macro da sociedade; isso pode refletir na forma como os grupos sociais enxergam, discutem, e se organizam para enfrentar estas transformações. Por esta razão, a tarefa de conceituar movimentos sociais não se torna algo simples, mas a sua teorização tem suma relevância para o propósito do nosso estudo. Gohn (2012, p.11) nos explica sobre a relevância da teorização sobre movimento social dizendo que:

A preocupação com a teorização sobre os movimentos sociais ocorre porque, por um lado, eles ganharam visibilidade na própria sociedade na qualidade de fenômenos históricos concretos. Por outro, o desenvolvimento das teorias sobre o social colocou as ações coletivas num outro patamar, num universo mais amplo, reconstruindo e construindo novas teorias sobre a sociedade civil. Simultaneamente, o Estado, objeto central de investigação de uma grande parcela de cientistas sociais, passou, no plano da realidade concreta, com a globalização, a ser deslegitimado, criticado, com destaque para a perda de sua importância como agente regulador de fronteiras nacionais, controles sociais etc. Ocorreu um deslocamento de interesse para a sociedade civil, e nesta os movimentos sociais são citados como uma das ações sociais por excelência.

Ribeiro (2001, p.09) também concorda com a dificuldade de se conceituar movimentos sociais, dizendo que não há consenso em relação a este conceito, “já que coexistem diferentes e competitivas culturas políticas e, logo, expectativas de transformação das relações sociais”. Montañó e Duriguetto (2010) apontam que é importante que não se confunda movimento social com mobilização social, esclarecendo que um movimento social caracteriza uma organização com relativo grau de formalidade e de estabilidade, sem se reduzir apenas a atividades que se esgotam em si mesmas quando alcançadas. Já a mobilização social tem esse caráter passageiro. Ela é uma ferramenta do movimento social apenas.

Há ainda os autores que buscam classificar os tipos de movimentos sociais, surgindo aí uma enorme listagem destes. Apenas para exemplificar, podemos citar os registros históricos encontrados por Touraine (1989): os movimentos messiânicos, os camponeses, os de defesa comunitária, os de defesa da identidade, os de lutas urbanas,



os sindicais, os chamados “novos movimentos sociais”, os movimentos históricos, os políticos e as lutas culturais.

A nós, parece mais interessante o enfoque que o autor deu a essa questão em 1998, quando ele centrou o debate na discussão sobre movimento social, partindo da ideia de que estes atuam como agentes mobilizadores do sujeito. Nessa perspectiva, emergem novas possibilidades de análise dos fenômenos coletivos recentes, pois, ao definir sujeito como movimento social, o autor faz com que os fenômenos pertinentes ao âmbito conceitual dos movimentos sociais possam ser abordados com base na primeira conceituação.

Assim, Touraine (1998) define os processos mobilizadores do sujeito pelos movimentos sociais como estratégia de resistência às formas de dominação social contra as quais se invocam crenças e valores sociais. Tal situação se concretizaria frente a conflitos sociais e culturais marcados pela luta, envolvendo a definição das finalidades da produção cultural, educacional, de saúde, bem como da informação de massa. Nesse sentido, os movimentos sociais contemporâneos não trariam consigo uma teleologia utópica, mas lutariam pela democratização das relações sociais, pelo acesso a uma dimensão relacional do direito, a qual não se restringiria à tutela do estado, mas que permitiria uma real mudança nos status regulador da cultura. A esse respeito, Touraine afirma que: “As novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, mas ‘mudar a vida’, defender os Direitos do homem, assim como o direito à vida para os que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais”. (Touraine, 1998:262).

Portanto, neste contexto, se observe o fato de que o sujeito se constitui como um ator central que garante sua existência como movimento social ao se comprometer no processo de contestação e de resistência à lógica da ordem social vigente, visto que, na sociedade contemporânea, a resistência ao poder estabelecido se apoia na defesa do próprio sujeito. Tal fato aponta para a ideia de que a reconstrução da identidade pessoal não se efetua mediante a identificação com uma ordem global, econômica, natural ou mesmo religiosa.

Embora haja esta dificuldade em se chegar a um debate sobre movimentos sociais em articulação com interseccionalidade, alguns autores encontram elementos que podem nos oferecer uma compreensão do que significam tais movimentos na sociedade. Para Cândido Grzybowski (1987), os movimentos sociais representam uma forma de conquista e exercício da cidadania. Eles não trilham caminhos previamente definidos, mas os constroem ao se mover. Eles permitem aos participantes aprenderem

como se unir, organizar, negociar, participar, elaborar sua identidade social, a consciência de seus direitos e a apreensão crítica do seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais. A continuação da prática (greves, passeatas, acampamentos...) permite um salto na consciência, na socialização política. Para o autor, há movimentos que estão de costas para o Estado em um Estado que também está de costas para os movimentos sociais, como o atual governo de Jair Bolsonaro.

Para Gonh (1999), os movimentos sociais são ações coletivas, e possuem um caráter sociopolítico. Eles questionam a realidade estrutural, e não apenas os seus efeitos. São organizações que possuem uma identidade, têm um opositor e articulam ou se fundamentam num projeto de vida e de sociedade, ou seja, há um questionamento da ordem. São distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Ainda segundo a autora, ao olhar para a história, observamos que os movimentos sociais contribuíram para organizar e conscientizar a sociedade. Eles apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão e mobilização, e têm certa continuidade e permanência. Não objetivam ações imediatas, e não acabam quando têm suas reivindicações atendidas. Eles não são movidos apenas pelas necessidades imediatas, pois podem surgir e se desenvolver também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência.

Para os fins do presente estudo, as formas de organização, direção social e política que assumem os movimentos sociais e o foco que mais nos interessam, por entendermos que o movimento LGBTI encontra-se atualmente bem mais próximo das ideias formuladas pelos movimentos sociais/movimentos sociais pautados na Interseccionalidade, classe, gênero e raça, detalhado mais à frente.

Carla Akotirene, bacharela em serviço social, mestra e doutoranda em estudos sobre mulheres, gênero e feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), autora do livro *O que é Interseccionalidade?* (2018), em entrevista cedida ao Portal Geledés, aborda Interseccionalidade como:

Interseccionalidade é uma ferramenta metodológica disputada na encruzilhada acadêmica. Trata-se de oferenda analítica preparada pelas feministas negras. Conceitualmente ela foi cunhada pela jurista estadunidense, a professora da teoria crítica de raça Kimberlé Crenshaw, no âmbito das leis antidiscriminação. Sensibilidade analítica, a interseccionalidade completa no próximo semestre 30 anos, quando a sua proponente teorizou a sugestão histórica pensada pelo movimento de mulheres negras. É uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas.

No Brasil e na América Latina, os movimentos sociais apresentam protagonismo e expansão nas décadas de 1960 a 1980. Ficaram marcados como movimentos populares articulados por grupos de oposição ao então regime militar. Ao final dos anos 1980, e ao longo dos 1990, o cenário sociopolítico se transformou totalmente, dando origem a organizações populares, mais institucionalizadas, como a constituição de Fóruns Nacionais, Reforma Urbana, Fórum Nacional de Participação Popular, entre outros.

Atualmente, há uma visão que considera dividir os movimentos sociais em antigos e novos, acreditamos, porém, que dividir os movimentos sociais em velhos e novos está longe de se constituir em um paradigma, passível de ser considerado universal. Isto ocorre porque existem correntes afirmadoras do costumeiramente considerado a novidade dos novos movimentos sociais, mas que, na verdade, pode ser encontrada em outros acontecimentos históricos passados. Ou seja, em alguma medida, não existe novidade alguma e sim a continuidade dos acontecimentos históricos e a possibilidade de se compará-los com os acontecimentos presentes e, assim, qualquer afirmação acerca do considerado “novo”, em sua maioria, resulta de uma interpretação indevida da realidade presente.

Melucci aponta que os “Movimentos contemporâneos não são ‘novos’ ou ‘velhos’ em si, apenas possuem orientações diferentes, pertencendo a diferentes momentos históricos de uma dada sociedade” (Melucci, 1996:79). O que importa ressaltar, a partir dessa perspectiva, é o fato de que na organização dos chamados Novos Movimentos Sociais, a identidade coletiva é uma questão constitutiva no processo e formação e organização das dinâmicas interna e externa destes e é pensada como um processo de múltiplas negociações, articulações e conflitos no campo do político - formal e pessoal.

Deste modo, destaca-se a função inovadora e renovadora desta perspectiva que vê na relação entre indivíduo e sociedade, no retorno e na recriação do ator social e coletivo a possibilidade de mudança, partindo da ação de cada sujeito, superando os limites estruturais tão destacados nos paradigmas anteriores. Isso implica dizer que o sujeito predeterminado historicamente pelas dinâmicas da sociedade capitalista, em sua perspectiva mais ortodoxa, dá lugar a um sujeito coletivo, e que, ao mesmo instante que critica a sociedade moderna, marcada por um consumismo exacerbado, luta por adquirir os bens por ela produzidos. Como aponta Maria da Glória Gohn (1997), neste paradigma:

(...) o novo sujeito que surge é um coletivo difuso, não-hierarquizado, em lutas contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir (sic) da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários.”(p. 122-23).

Este novo sujeito torna-se um ator social participante de ações coletivas, que possibilitam a estes sujeitos gerar múltiplas identidades coletivas. A identidade coletiva passa a ser um dado relevante para a compreensão dos novos movimentos sociais, por ser entendida como parte constitutiva e mobilizadora dos mesmos. Ao participar de um destes movimentos, o sujeito se vê transformado, novos aspectos identitários de cada um de seus membros são desenvolvidos.

## **1.2 Identidade: a construção do sujeito social e os movimentos sociais**

Entendemos também ser necessário, para discutir os movimentos LGBTI, fazer uma breve abordagem sobre o tema identidade, uma vez que estes movimentos LGBTI têm em suas pautas o reconhecimento por suas identidades, bem como o questionamento sobre identidades socialmente aceitas e normatizadas. A diversidade sexual e de gênero implica diretamente em defender uma identidade própria e dissonante.

Joan Scott (1990) exemplifica a questão de gênero na luta feminista:

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir na qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O “gênero” sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado.

A partir da década de 1960 e 1970, a identidade sexual teve um novo princípio organizador do universo sexual, capaz de substituir conceitos como desvio. A ideia de formar uma identidade sexual abriu novas possibilidades para homens e mulheres construírem e vivenciarem suas sexualidades, bem como para a reorganização das relações de poder que delimitam o campo sexual. As feministas contribuíram, entre outras formas, para reduzir o preconceito contra o movimento LGBTI pois reivindicavam o direito ao prazer sexual como forma de bem-estar psíquico, bem como as expressões de gênero. Era uma reorganização social que fomentava novas formas de

conjugalidade e modelos de família, confrontando com os dogmas religiosos que pregavam o relacionamento sexual somente voltado para a procriação. Esta conjuntura favorecia a emergência do movimento LGBTI e o aumento de sua visibilidade junto à sociedade.

Para Gayle Rubin (1984):

Da mesma forma, a sexualidade é refratária à análise política enquanto for concebida basicamente como um fenômeno biológico ou um aspecto da psicologia individual. A sexualidade é um produto humano tanto quanto as dietas, os meios de transporte, as regras de etiqueta, formas de trabalho, tipos de divertimentos, processos de produção e formas de opressão. Quando entendemos o sexo em termos de análise social e compreensão histórica, torna-se possível uma política sexual mais realista. Pode-se pensar então a política sexual em termos de fenômenos como populações, regiões, modelos de povoamento, migração, conflitos urbanos, epidemiologia e técnicas de repressão policial. Estas são categorias de pensamento mais fecundas que as mais tradicionais, como pecado, doença, neurose, patologia, decadência, corrupção ou o declínio e queda de impérios.

Essa reorganização familiar conversa diretamente com a discussão que Sasha Roseneil (2006) traz em *Viver e amar para lá da heteronorma: uma análise Queer das relações pessoais no século XXI*, sobre a desagregação e a recomposição da família nuclear moderna. A autora aponta que a sociologia não tem bibliografia ou métodos de análise que procurem entender o mecanismo das relações: “parece que o amor, a intimidade e o cuidado se desenrolam quase exclusivamente sob os auspícios da família”, e que, ao tentar pluralizar as noções de família, se mostram ineficientes pois não mudam em nada a heteronormatividade do imaginário sociológico e ainda se baseiam em análises inadequadas das transformações sociais contemporâneas.

As intimidades não-heteronormativas – ou seja, relações significativas e definidoras de toda uma vida, estabelecidas entre amigos, amantes não-monógamos, ex-amantes, parceiros a viver separados, ou entre pessoas que simplesmente não se encaixam no sistema de classificação binária “amigo(a)”/”amante” – e as redes de relações em que tais intimidades acham (ou não) o seu suporte, têm o seguinte significado: elas destroam a centralidade habitualmente conferida às ligações com parceiros sexuais, além de que questionam o privilegiar das relações conjugais por parte da investigação sobre a intimidade. (p. 37)

Castells (1997) afirma que “toda identidade é construída”, e não é fixa, (podendo até ser múltipla, como o referido autor aponta) está em constante construção, e sua construção sempre corre em contexto marcado por relações de poder. A primeira estrutura na qual temos relação de poder é a família, por isso é tão importante entender o conceito de família para a construção da identidade. Mas, principalmente, entender a questão da família para o sujeito LGBTI.

Assim, se faz necessário considerar que as transformações pelas quais a sociedade passou para chegar nos dias atuais, suas transformações históricas verificadas na produção material, tornaram pioneiros os movimentos revolucionários de classe. Movimentos que dão voz a grupos marginalizados, em busca de uma identidade político-social e que não dão conta da realidade marcada no contexto da sociedade pós-industrial, pois "(...) no contexto do capitalismo industrial, o modelo da ação coletiva esgotou-se"(MELUCCI, 1989, p. 246).

Nessa configuração social, as necessidades materiais e a abordagem realista já não são as únicas abordadas, pois foram deslocadas no mundo, no qual emergem outros movimentos sociais orientados por significados e pelas identidades psicossociológicas, afirmando a subjetividade como ponto central, nos movimentos sociais contemporâneos. Assim, o atual enfoque dos movimentos sociais associa o crescimento da subjetividade às mudanças empíricas ocorridas no plano da macroestrutura, à passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial.

Ana Cristina Santos (2006), em *Entre a academia e o activismo: sociologia, estudos queer e movimento LGBTI em Portugal*, vai nos indicar na emergência de uma corrente sociológica que assuma o caráter contingente da produção científica, que se aproxime a uma ecologia dos saberes, que consiste na promoção do diálogo entre o saber científico que a academia produz e os saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, etc. Portanto, Santos (2006), vai falar sobre uma sociologia *queer*, que nasce da construção ineficaz das teorias feministas e dos estudos da diversidade sexual no tratamento político de fenômenos ligados à sexualidade e caracterizados pela sua indeterminação, fluidez e elasticidade.

Roseneil (2006) ainda vai abordar a questão da população LGBTI ser alvo da rejeição, objecção e de exclusão pelas respectivas famílias de origem, construindo e mantendo, então, vidas que correm fora do quadro da família nuclear heterossexual, apoiando sua segurança, emocional e quotidiano nos respectivos amigos e redes de apoio. São as chamadas, pelo campo mais progressista dos estudos de gênero e família, de “famílias de escolhas”.

Para o movimento LGBTI a identidade é um importante conceito em suas pautas e lutas. Tal conceito é aspecto chave de ordem psicológica, social e política na construção da consciência política, pois os laços identificatórios são importantes na formação de grupos que desenvolveram ações coletivas. As ações coletivas não são apenas ações de um agregado de pessoas, mas são ações de grupos de pessoas e, portanto, de pessoas que compartilham laços identificatórios no seio desses grupos,

permeados, necessariamente, pelo contexto social no qual esses sujeitos e grupos são produzidos e produzem a si mesmos.

Entendemos que a identidade é um importante elemento psicopolítico, atuando na produção de um sujeito social e político consciente politicamente e atuante na reconstrução do mundo; decidido a lutar para garantir para si o direito à voz e à luz; ao resgate do direito cidadão de reconstruir sua memória coletiva e construir sua história sem que essa acabe ocultada pelas forças dominantes.

É nesse campo de poder/força, como diz Bourdieu (1998), que podemos observar as violências simbólicas dentro do ambiente familiar, desde a rejeição emocional, encaminhamento para aconselhamento psicológico (a falsa cura gay) passando pelo desrespeito a identidade gênero, chegando até a expulsão de casa. Bourdieu vai definir a violência simbólica como “uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconsciente de a exercer ou a sofrer” (Bourdieu, 1996: 16), mas mais tarde acrescentará que “O que denomino de violência simbólica ou dominação simbólica, ou seja, formas de coerção que se baseiam em acordos não conscientes entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais” (Bourdieu, 2012: 239). Quando ainda não ocorrem as violências físicas como correção de sexualidade através da agressão física ou estupro corretivo, como no caso das mulheres lésbicas.

Sendo assim, se torna de extrema importância a análise da trajetória dos sujeitos LGBTI para compreender a construção das suas identidades. Para Castells (1997), o processo de construção da identidade é dado com base em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significados.

Se torna, portanto, relevante entender a diferença entre identidade e papéis, pois, na maioria das vezes, o sujeito LGBTI é atuante em movimentos sociais que discutem a temática. Porém, as identidades organizam significados, ou seja, identificação simbólica da finalidade e da ação praticada pelo ator; já os papéis organizam funções.

Sobre sujeitos, Castells (1999), fez a seguinte afirmação:

Sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos. São o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência. Nesse caso, a construção da identidade consiste em um projeto de uma vida diferente, talvez com base, em uma identidade oprimida, porém, expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade. (p.26)

Ele ainda vai acrescentar dizendo que o indivíduo tem o desejo de ser um sujeito de criar uma história pessoal, de atribuir significado a todo conjunto de experiências da vida individual, e que a transformação de indivíduos em sujeitos, resulta da combinação necessária de duas afirmações: a dos indivíduos contra as movimentos e a dos indivíduos contra o mercado.

Castells (1999), por diversas vezes, dialoga com Alain Touraine (1994) para falar sobre sujeito e identidades, tanto que utilizará o conceito de sujeito para definir uma das três concepções de identidade que apresentará em *O Poder da Identidade*. Para Touraine (1994), o sujeito é aquele que está – o tempo todo - tentando sempre subverter a ordem social vigente, sendo o ator principal da modernidade. O sujeito, para se reconhecer como tal, precisa das relações sociais e luta contra os determinismos, como a heteronormatividade. Por isso a importância dos movimentos sociais, pois estes são o movimento vivo da sociedade e desencadeiam transformações que trazem mudanças estruturais na esfera macro da sociedade; isso pode refletir na forma como os grupos sociais enxergam, discutem, e se organizam para enfrentar estas transformações.

É exatamente no campo da identidade que Castells (1999) estuda os movimentos gay e lésbico, pois não entende que a diversidade sexual possa ser entendida como uma preferência sexual, pelo contrário, elas são “opções por identidades e duas identidades distintas: lésbicas e homens gays”. O autor ainda complementa esta ideia afirmando que “as fronteiras da interação social e auto-identidade são cultural, social e politicamente construídas”. (p. 241).

Os movimentos sociais estabelecem processos sociais que criam identidades, transformando-se em fontes de criatividade e inovações socioculturais, conformando o que Alain Touraine chamava de o pulsar da sociedade. Assim, indivíduos que antes estavam dispersos e desorganizados ao se integrarem a grupos para manifestar seus pleitos, passam a compartilhar o sentimento de pertencimento social. Todavia, há que se salientar que alguns movimentos sociais se organizam em torno de ideias conservadoras, baseados em xenofobias, que não buscam mudanças sociais emancipatórias.

Segundo Touraine, a categoria "sujeito" aparece cada vez mais central e determinante para a análise dos movimentos sociais. Será, pois, a respeito da sociedade contemporânea, que o sujeito assume prioridade na sua análise sociológica. Sendo assim, os novos movimentos sociais se organizam pelo direito à identidade e à dignidade humanas, eles mobilizam princípios e sentimentos. (TOURAINÉ, 2008, p.262).



Para retomar Castells (1999), vamos pensar nas três formas e origens de construção de identidades: a identidade legitimadora, que é introduzida socialmente por instituições dominantes, visando expandir sua dominação sobre os atores sociais; a identidade de resistência, que é criada por atores que se encontram em situações desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da dominação; e finalmente a identidade de projeto, que ocorre quando os atores sociais constroem uma nova identidade, ao mesmo tempo redefinindo sua posição na sociedade e buscando a transformação da estrutura social. A identidade de projeto produz sujeitos, que são atores sociais coletivos. Assim, a construção da identidade consiste num projeto de vida diferente, que rejeita uma identidade oprimida e marginalizada. A Interseccionalidade é fundamental então, pois como um estudo de sobreposição de identidades sociais e sistemas relacionados a opressão e discriminação, esse processo inclui a inserção de classe social desse sujeito, a sua construção de gênero, como também a questão racial.

Outro importante autor que debate identidade é Stuart Hall (2005), o qual aponta que o estudo contemporâneo sobre o tema cresceu no século XX na teoria social, pois as velhas identidades estariam em declínio, surgindo novas identidades que fragmentam o indivíduo moderno. Na pós-modernidade a identidade é constantemente alterada, transformada historicamente, e não biologicamente, basta vermos como exemplo a própria sigla LGBTI e sua disputa interna por categorias/identidades e visibilidade. A identidade unificada não existe, ela é mera fantasia. Assim, podemos nos identificar com diferentes identidades de forma temporária, alterando-a constantemente.

Gohn (2012) nos informa que as abordagens culturalistas, apesar de não incorporarem em sua luta as leituras e interpretações marxistas, não se afastaram por completo desta corrente teórica. Em suas palavras, ela diz que os novos movimentos sociais:

(...)criticaram as abordagens estruturais ortodoxas que se detinham excessivamente na análise das classes sociais como categorias econômicas; criticaram também os estudos que se preocupavam apenas com as ações da classe operária e dos sindicatos, deixando de lado as ações coletivas de outros atores sociais relevantes. É importante registrar que eles teceram críticas ao marxismo, mas tiveram com ele um diálogo permanente não o descartando. (GOHN, 2012, p.30)

Dentre os movimentos sociais contemporâneos, Hall (2005) destaca que o Movimento Feminista da década de 1960 foi fundamental neste processo de descentralização do sujeito, uma vez que questionou antigos papéis sociais representados por homens e mulheres; questionou a estrutura familiar, a sexualidade e a política.

Este movimento fortaleceu a importância de se pesquisar e conhecer, nas ciências sociais, a formação de identidades sexuais e de gênero, e as diferenças substanciais existentes entre homens e mulheres no campo da sexualidade. As questões de gênero e políticas públicas podem nos mostrar como a orientação divergente pode proporcionar compreensões tão díspares a respeito da sexualidade humana e provocar reações tão heterogêneas em indivíduos. Muitas vezes, estas reações podem, por exemplo, tornar-se a mola propulsora dos movimentos LGBTI. Para tanto, comparar experiências, aparentemente situadas no mesmo campo reivindicatório, mas com posturas, demandas e compreensões da luta bastante divergentes, parece ser de imensa valia para o entendimento das contradições, dos conflitos e dos antagonismos, das idiosincrasias próprias do movimento LGBTI.

Deste modo, a reivindicação da inclusão nesse universo dos movimentos sociais, tem-se dado em torno de questões como preconceito, direito a reconhecimento legal das relações entre parceiros (as) do mesmo sexo e do direito à adoção, à doação de sangue, à identidade de gênero, dentre outras. Isso tem permitido a alguns teóricos nomear esta forma de luta e resistência como "apelo à diferença", indo na direção contrária dos demais movimentos sociais que buscam a união do grupo em torno de pautas unitárias, mas dialoga com o método interseccional, que será discutido mais a diante.

Apontamos como “díspares” se olharmos com ingenuidade para esses discursos: um pela equidade e o outro o reconhecimento da diferença. Identidade e diferença, então, encontram-se na base da formação desse novo sujeito social e político, constituindo-se, identidade e diferença, o par orientador dessa sociedade plural e múltipla. Porém, também pode ser entendido como a construção de discursos e práticas sociais, articulados em um ‘NÓS’.

Para a compreensão dos diversos fenômenos inseridos nas ações coletivas e nos movimentos sociais, é necessário que se entenda como se dá a constituição de uma unidade coletiva: ‘NÓS’. Isso requer uma reconstrução deste processo de constituição do quem e do que somos “NÓS”. Esta unidade coletiva decorre de processos de construção, contradição, negociação, tensionamento e conflito.

A história da construção da trajetória LGBTI não faz parte da história dos vencedores e sim da história daqueles que foram privados, muitas vezes, do direito a construir sua própria memória<sup>7</sup>, social, coletiva e política pelo fato de terem sido

---

<sup>7</sup> Vale dizer, aqui, que, em nenhum momento, entendemos história e memória como conceitos sinônimos, mas sim como conceitos se relacionando dialeticamente. História refere-se aos fatos ocorridos, vividos individual e coletivamente, narrados, descritos, registrados e tendentes a cristalizar-se no seu processo de

privados de um nome, da palavra, da visibilidade, da afetividade. Como foi possível observar, aqueles que não tem a orientação de seu desejo, segundo a heteronormatividade, nunca tiveram direito a um lugar na história oficial, a não ser como atores secundários desviantes, ou mesmo maculadores da história e da memória oficial da humanidade, heterossexualmente orientada.

É nesse contexto, de construção de um “NÓS”, da visibilidade e na produção de uma contra memória oficial, no direito a afetividade, identidade e uma orientação sexual dissonante, é que o movimento LGBTI encontra no movimento feminista aporte teórico, metodológico e um caminho já desbravado pelas mulheres ao questionarem comportamentos desviantes do que se entendia sobre: “o que é ser mulher”

### **1.3 Minas, manas e monas: movimento feminista e a luta LGBTI**

Para a reflexão sobre o movimento LGBTI, é importante pensar sobre a sua intersecção com o movimento feminista. Na análise da história do movimento feminista é necessário perpassar a compreensão das suas peculiaridades em sentido mais amplo, pois trata-se de um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria.

Na concepção de Ivone Caetano (2017), no decorrer da história as indagações das mulheres sempre existiram na sociedade, mas foi somente em meados do século XX que as demandas femininas por direitos foram apresentadas de forma mais estrutural, resultando no movimento feminista. O feminismo, ainda de acordo com Ivone Caetano (2017), tem como marca distinta a defesa dos interesses de gênero, a horizontalidade decisória, a sua autonomia e a crítica as construções sociais das atribuições sociais das mulheres. Assim, o feminismo, classificado e entendido como um movimento social, estava “diretamente ligado as reivindicações por direitos sociais, civis e políticos, tendo a luta sufragista como ápice da mobilização das mulheres em torno deste ideário em diversos países.” (CAETANO, IVONE. 2017).

---

sua construção. Já a memória (social e coletiva) é um conceito que diz respeito ao permanente processo de reconstrução e ressignificação dos fatos experienciados por um sujeito individual ou coletivo. Lembramos que o conceito de memória coletiva foi desenvolvido, inicialmente, por Maurice Halbwachs, partindo das ideias de Émile Durkheim. Segundo este autor, para a análise da memória, faz-se necessária a localização das lembranças referentes aos fatos experimentados. Todavia, é impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças, se não tomarmos para ponto de aplicação os quadros sociais reais, que servem de ponto de referência nesta reconstrução, ou seja, a chamada memória. Para um maior aprofundamento nesta questão, recomendamos os trabalhos de Soraia Ansara (2000; 2001; 2005).

Nesse sentido é importante falar em feminismos, pois enquanto, as mulheres brancas e burguesas, tem seus marcos destacados em um feminismo hegemônico, pode-se pensar nos diversos movimentos de mulheres, como as mulheres negras em sua luta pela igualdade racial, as operárias nas fábricas, as mulheres que participaram da revolução russa, entre outras, e que são constantemente esquecidas quando se fala nas “ondas do feminismo”.

Mas, para esse feminismo branco europeu (que se estende a outros continentes), após a ampliação da luta sufragista, que ocorreu no início do século XX, na Europa, com a significativa atuação de mulheres através das reivindicações pelo direito ao sufrágio (direito ao voto), o movimento feminista teve um grande refluxo. Essa primeira parte do movimento sufragista e do movimento feminista foi chamada de onda do feminismo liberal, pois era composta por mulheres da classe média e alta que queriam a sua liberdade financeira e econômica, além da participação política com o voto. A partir do ano de 1903, a luta feminista sufragista intensificou-se com a adesão de mulheres trabalhadoras e representantes das classes mais baixas.

De tal modo, nos anos 1930, movimento de primeira onda foi paulatinamente desarticulado em diversos na Europa, Estados Unidos e Brasil. Contudo, foi de intensa luta de mulheres trabalhadoras nas fábricas e na reconstrução do pós-guerras mundiais. Mas, o movimento ressurgiu com maior expressividade somente nos anos sessenta enquanto movimento feminista.

Como relata Ivone Caetano (2017), a segunda onda feminista começa no início da década de 1960, tendo importância no Brasil durante a ditadura militar, de 1964. Essa segunda onda é caracterizada pela isonomia material, ou seja, a ocupação da proteção da mulher de acordo com suas especificidades.

“Esse é um movimento de caráter libertário, que não restringe as suas reivindicações ao lugar da mulher no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo.” (CAETANO, IVONE. 2017)

Os movimentos feministas levantaram questões como a violência doméstica e sexual, a reivindicação pelo domínio do próprio corpo, a busca pelo prazer sexual e o aborto, o controle de natalidade, e a sua realização pessoal enquanto ser e indivíduo. Destarte, nesse período – meados da década de 1980 - ganhou destaque a elaboração do conceito de gênero como ferramenta para possibilitar a visualização dessas questões,

concebendo-o o como uma construção social e rechaçando a teoria que atribui determinadas características à biologia.

Por gênero, usaremos o conceito adotado por Scott (Joan, 1990) quando afirma que o núcleo essencial dessa definição está baseado em duas proposições inter-relacionadas:

[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, Joan, 1990, p. 21).

O conceito de gênero, surgido no contexto anglo-saxão, é usado para caracterizar uma relação, se constituindo em uma outra perspectiva, de ordem epistemológica, para a análise das relações sociais. Tal conceito nasce e do esforço das estudiosas do feminismo que, ao se voltarem para a condição da mulher, para si mesmas, tentam construir um conceito de gênero desvinculado do sexo, da identidade biológica de um indivíduo. Assim, gênero é o processo de construção social do sujeito masculino ou feminino e não a condição natural de macho e fêmea inscrita nas genitálias. Isso implica dizer que as relações afetivas, amorosas e sexuais não se constituem apenas realidades naturais, mas que são construídas culturalmente, são resultantes da indústria humana. Ao associar a categoria gênero ao patriarcado, ao marxismo e à psicanálise, Joan Scott (1989), explica a subordinação da mulher e a dominação masculina, sendo o gênero o elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos. A autora entende que as relações de gênero possuem uma dinâmica própria, a qual se articula com outras formas de dominação e de desigualdades sociais.

Significa trabalharmos com a percepção de que os papéis (masculinos e femininos) são socialmente construídos numa sociedade, podendo se tornar diferente, entre sociedades ou até mesmo dentro de uma mesma sociedade (SAFIOTI, Heleith Iara, 1994).

Para Giddens (1993, p.54) “[...] As ideias do amor romântico estavam claramente associadas à subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior”. Imagem essa que perdurou por muito tempo dentro da história dessas mulheres, como abordado por Michelle Perrot (1991), a história do “sair” dessas mulheres para os lugares públicos, para o mundo do trabalho, constituindo, ao longo dos tempos, novos modelos de famílias na sociedade. O que percebemos são novos deveres e obrigações que vão sendo atribuídos às mulheres.

O movimento feminista, após uma série de debates e questionamentos, busca desenvolver o próprio conceito da categoria “mulher” enquanto categoria pretensamente universal, que carregaria as mesmas questões, debruçando-se sobre a análise da diferença dentro da semelhança. Reconhece-se que as mulheres não são iguais entre si, tendo em vista a presença de elementos diferenciadores como a classe, raça e sexualidade que propiciam relações de dominação e subordinação, impossibilitando uma efetiva solidariedade. Deste modo, há enfoque na subjetividade e nas posições sociais que as atravessam e as definem como mulheres, reconhecendo as interseções entre marcadores de opressão, e discutindo-se como essas combinações específicas se refletem no próprio ser-mulher. Assim, entende-se a questão de gênero não mais como algo a ser isoladamente considerado, mas fundamentalmente ligado a questões como etnia, sexualidade, classe e afins, sob a perspectiva de que as desigualdades sociais são, na verdade, fruto de uma complexidade, oriunda do emaranhamento de relações de poder. (CAETANO, IVONE. 2017)

Entre o fim da década de 1970 e o início da década de 1980, o surgimento de interseccionalidade como fruto das reivindicações feitas por mulheres negras, lésbicas e do terceiro mundo se deu em consonância com as novas leituras críticas sobre gênero que deram origem à incorporação das diferenças nos movimentos feministas (Piscitelli, 2008). De fato, os anos oitenta reinventaram o feminismo. Nesse período, “a teoria feminista não apenas desenvolveu uma vitalidade impressionante como também conseguiu dar a sua interpretação da realidade um status acadêmico” (Garcia, 2011, p. 93). Nessa década, o feminismo no singular deu lugar à diversidade de mulheres e, por consequência, originou o feminismo da diferença. Os conceitos “categorias de articulação e/ou interseccionalidades” teriam surgido como resposta à rejeição da categoria mulher e à prevalência de um discurso hegemônico que privilegiava a imagem de mulheres brancas, heterossexuais e de classe média alta como referência para o projeto feminista, e que, simultaneamente, invisibilizava mulheres negras, indígenas, lésbicas, pobres e não ocidentais.

Para Mirla Cisne (2017) “a perspectiva da interseccionalidade foi cunhada pelo Black Feminism (feminismo negro), movimento que criticou de maneira radical o feminismo branco, de classe média, heteronormativo. ” De acordo com Hirata (2014, p. 69) “a interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política”.

Segundo Brah (2007, p. 249):

Nos EUA as tensões políticas no feminismo envolvendo as inter-relações entre ‘raça’ e outros fatores como classe e gênero datam das campanhas antiescravidão. Durante a década de 1830, por exemplo, as mulheres estadunidenses se tornaram cada vez mais ativas no movimento abolicionista, contexto no qual aprenderam a defender seus próprios direitos de se envolver no trabalho político e onde suas experiências de relativa marginalização as compeliram a formar sociedades de mulheres anti-escravagistas separadas [das sociedades anti-escravagistas de homens]. A primeira sociedade

feminina antiescravagista foi formada em 1832 por mulheres negras de Salem, Massachusetts, seguidas por sociedades similares estabelecidas por mulheres brancas de outros locais.

Com esse mesmo fito analítico, na década de 1980, ganham destaque as publicações das feministas negras Angela Davis (1981) e bell hooks (1981) que publicam, respectivamente, *Women, Race and Class*, e *Ain't I a Woman? Black Women and Feminism*. Ambas problematizaram a homogeneidade da categoria “mulher” e afirmaram a necessidade de se considerar as desigualdades de “raça” e classe social, e questionam frontalmente o feminismo branco heteronormativo.

Como exemplifica Mirna Cisne (2017):

Embora já existisse essa perspectiva, o termo interseccionalidade só foi escrito pela primeira vez, pela jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw em 1989, quando juntamente com outras autoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs, passam a produzir sobre o conceito e, sob o estímulo do feminismo negro, nos anos 1990, a problemática da interseccionalidade passa a ser desenvolvida nos países anglo-saxônicos.

No universo acadêmico, Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, Angela Davis, bell hooks, Barbara Smith e Chirlane Mc-Cray são alguns dos nomes pioneiros na formulação crítica do entrecruzamento de diferenças sociais que resultaria na noção de interseccionalidade (Henning, 2015; Moutinho, 2014).

Crenshaw (2002) buscou analisar os sistemas múltiplos de subordinação que são descritos de diferentes modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. Para Crenshaw (2002, p. 177), a interseccionalidade:

[...] busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como as políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. Utilizando uma metáfora de interseção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. ... através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias serão por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando interseções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam (destaque nosso).

Embora Feminismo Negro e interseccionalidade sejam indissociáveis (Akotirene, 2018), Patricia Hill Collins (2017) afirma que é um equívoco atribuir o surgimento do conceito às mulheres negras apenas, pois outros grupos de mulheres como as latinas, indígenas e asiáticas estavam igualmente envolvidas na reivindicação

da “inter-relação de raça, classe, gênero e sexualidade em sua experiência cotidiana” (Collins, 2017, p. 8-9).

Kimberlé Crenshaw (1991) define interseccionalidade a partir da interação entre diferentes formas de opressão. A autora analisa as consequências materiais e simbólicas que atingem os grupos que estão na encruzilhada de diferentes marcadores e o modo como ações e políticas específicas operam conjuntamente na criação de vulnerabilidades.

Crenshaw enfatiza “sobretudo as intersecções da raça e do gênero, abordando parcial ou periféricamente classe ou sexualidade” (HIRATA, 2014, p. 62). Além disso, como se pode perceber na citação acima, o seu método não apenas diferencia os eixos de subordinação, mas, permite analisá-los de maneira isolada um do outro. Eles podem se cruzar ou se sobrepor, como também se excluem mutuamente. Um dos exemplos fundacionais de Kimberle Crenshaw – o do cruzamento no trânsito –, com efeito, configura a interseccionalidade como um evento. Crenshaw escreve:

Considere uma analogia com o trânsito em um cruzamento, indo e vindo em todas as quatro direções. A discriminação, tal qual o trânsito em um cruzamento, pode fluir em uma direção, mas também pode fluir em outra. Se acontece um acidente no cruzamento, o evento pode ter sido causado por carros vindo de diversas das direções e, às vezes, de todas elas. (1989, pag 149)

Posteriormente, a autora escreve:

Mas nem sempre é fácil reconstruir o acidente: às vezes, as marcas de deslizamento e as lesões simplesmente apontam que tudo aconteceu simultaneamente, frustrando todos os esforços de determinar quem causou o incidente. Nesses casos, a tendência parece ser que nenhum dos motoristas é responsável pelo evento; não há o que ser feito, cabendo a cada um dos envolvidos apenas voltar para seu carro e ir embora (1989, pag 149)

Nesse sentido, é importante compreender que essas relações se fundem entre si, uma não esgote a outra, tanto que podem entrar em contradição entre si, posto que se inscrevem na dinâmica dialética e conflitual entre patriarcado-racismo-capitalismo. A linha do novelo é, portanto, esse sistema simbiótico, como nos aponta Saffioti (1987, p. 60):

Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração [...]. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987, p. 60).

Portanto, é importante entender de que forma, ao questionar os papéis de gênero, seus estereótipos ou suas expressões, o movimento feminista abre caminho e dá força



para que o movimento LGBTI venha questionar esses corpos dissonantes. Venha questionar as sexualidades desassociadas desses corpos e dessas expressões do que é ser mulher ou o que é ser homem. A Interseccionalidade, por sua vez, traz à tona o debate dentro do movimento LGBTI sobre de que forma as opressões infligem em cada identidade abarcada pelo guarda-chuva do movimento *queer*<sup>8</sup>.

Ao comentar sobre o feminismo, Sérgio Vitorino, militante do grupo Panteras Rosa e do partido português Bloco de Esquerda, nos aponta para o papel que o movimento feminista teve na articulação e formação de diversas lideranças dos movimentos LGBT e de como a consciência política de que o patriarcado subordina a todos, mesmo aos homens homossexuais, é estratégica para a superação do mesmo. Sérgio Vitorino assim relata<sup>9</sup>:

“Pra mim foi à chave da leitura política das questões homossexuais, é a minha base. Através do meu percurso para chegar até aqui e antes de chegar à homossexualidade. Eu vejo a homofobia como um produto do patriarcado. Acho que a luta das mulheres e a luta dos gays e das lésbicas vão no mesmo sentido. Mesmo que haja muita misoginia entre os gays, não deixam de ser homens e de ter privilégios masculinos e de usá-los... Mas é isso.... Acho que a homofobia é produto do patriarcado, é um subproduto do patriarcado.”

Para completar essa seção e construir uma base sólida para a discussão sobre movimento LGBTI é importante retomar um nome fundamental das teorias feministas: Judith Butler, que vai retomar o discurso de identidade. O livro de Butler, Problemas de gênero, publicado em 1990, provocou uma revolução nas hostes feministas porque contrariava alguns dogmas. Ao questionar a distinção sexo/gênero e ao problematizar a razão de o sujeito do feminismo ser “as mulheres”, Butler apontava para a chamada “heterossexualidade compulsória” imposta pelas instâncias reguladoras do poder, ou seja, pelo discurso hegemônico. Dessa forma, ela visava abrir caminho para uma “construção variável da identidade” (BUTLER, 2010, p. 23), que incluiria não só as lésbicas como também os transexuais e os intersexuais. Dessa forma, ao discutir a performatividade de gênero, Butler trabalha contra a afirmação de identidades, tal qual se dá no movimento LGBTI, criando no contexto brasileiro divergências entre os *queer* e os *identitários*.

---

<sup>8</sup> O termo Queer pode ser traduzido originalmente por estranho, excêntrico, raro, extraordinário, e com toda sua carga de preconceito, estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais para caracterizar a oposição e contestação a heteronormatividade compulsória. Queer significa colocar-se contra a normalização, aponta para o que não está no centro, ele representa a diferença na sua forma mais transgressiva e perturbadora (LOURO, 2013, p.39).

<sup>9</sup>Entrevista concedida a Leandro Colling, Jornalista, mestre e doutor em comunicação e cultura contemporâneas, professor da UFBA e coordenador do grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade (CUS), para a pesquisa Políticas das diferenças e o respeito à diversidade sexual e de gênero na ibero-américa, vinculado ao Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, em 2004.

As teorias feministas postulavam uma distinção entre sexo e gênero, sendo que o primeiro corresponderia ao domínio anatômico (biológico) e o segundo ao domínio sociocultural, Judith Butler afirmava que tanto o sexo quanto o gênero são construídos e estão sempre a se fazer socialmente, portanto não é possível conceber o primeiro como natural.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo (BUTLER,2010, p.25).

Em seu livro, *Problema de Gênero*, (1992), Butler estabelece conexão com diferentes autoras, entre elas, Simone de Beauvoir. Butler analisa os gêneros, que segundo a mesma "pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis de gênero na cultura" (1992. p. 28). E ainda afirma que "a gente não nasce mulher, torna-se mulher", indagando para o fato "não há nada em sua explicação que garanta que o 'ser' que se torna mulher seja necessariamente fêmea" (1992. p. 27). Assim sendo, a dualidade existente entre gênero e sexualidade levou a teoria do *sujeito uno*, teoria essa, onde Butler propõe a ideia de gênero como um resultado, no lugar de um sujeito centrado. Nas palavras de Butler: "A presunção aqui é que o 'ser' um gênero é *um efeito*" (1992. p. 58, grifo da autora). Ou seja, o *efeito* seria a aceitar a identidade como expressão do indivíduo e não um *sentido uno* do próprio.

Butler apontava para a possibilidade de haver política sem que seja necessária a constituição de uma identidade fixa, de um sujeito a ser representado, para que essa política se legitime.

A desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada. Esse tipo de crítica põe em questão a estrutura *fundante* em que o feminismo, como política de identidade, vem-se articulando. O paradoxo interno desse fundacionismo é que ele presume, fixa e restringe os próprios sujeitos que espera representar e libertar (1992. p. 213).

Por isso é fundamental estabelecer aqui uma diferenciação sobre o movimento *queer* americano e brasileiro. Nos Estados Unidos, o movimento *queer* é reconhecido como movimento social que abarca o guarda-chuva de identidades e expressões de gênero e sexualidades dentro da sigla LGBTI+, mesmo que a movimento G ainda seja a mais visibilizada, tanto dentro do ativismo, quando politicamente, artisticamente, quanto dentro do próprio movimento. Já no Brasil, o *queer* seguiu os passos de sua

fundadora e questiona as identidades das siglas LGBTI+. No entanto, aqui, ela se tornou também uma identidade, reivindicando o LGBTQI+. É curioso o caso brasileiro, pois se baseia na teoria de fluidez de gênero, no não binarismo, nas identidades e expressões ‘fora das caixinhas’, mas demandam por representatividade e legitimidade dentro da sigla LGBTI e dentro do público alvo de políticas públicas. A movimento *queer*, hoje, no Brasil, pode ser identificada também como não-binários, fluídos, neutro, andrógono, agênero, entre outros.

Dito isso, podemos, enfim, adentrar ao movimento LGBTI.

#### **1.4. De ponta a ponta do arco-íris: um panorama da Europa, América Latina e Brasil**

Quando pensamos em movimento LGBTI e a marcha do orgulho LGBTI, é inevitável revisitarmos ao evento de Stonewall, tendo em vista que quanto mais nos afastamos do acontecimento, mais lutamos pela memória. Jaffre, 1981, afirma que “o Stonewall se converteu em uma lenda que celebra o mito da unidade (um único movimento social LGBT), o Gay Pride é o ritual que, a cada ano, faz renascer esse mito”. Para entender o poder da representação de Stonewall, é preciso fazer uma releitura histórica do movimento LGBT, no Brasil e no mundo.

A partir da década de 1960 e 1970, o movimento gay (ainda chamado assim), se formava e ganhava força frente a repressão e propulsionado pelo movimento feminista. O movimento feminista contribuiu efetivamente para a consolidação do movimento homossexual, como também para reduzir o preconceito contra este movimento, pois além de reivindicarem o direito ao prazer sexual como forma de bem-estar psíquico e como uma forma de estar no mundo e da sexualidade enquanto um direito humano, lutavam para a incorporação das chamadas minorias, nas agendas de debates.

As demandas emergentes neste contexto histórico tiveram seu ápice no movimento de maio de 1968, na França, e tinham por objetivo a libertação sexual, a autoexpressão, o questionamento de autoridades e também estavam atreladas aos direitos políticos e, posteriormente sociais e culturais, sem perder o foco das questões estruturais socioeconômicas - essenciais a emergência e consolidação da cidadania.

Para Gohn (2008, p.4):

O Maio de 68 francês não foi uma simples rebelião juvenil porque os ideais libertários que ele continha rapidamente espalharam-se em diferentes partes do mundo, em diferentes conjunturas sócio-políticas e culturais. Expressou-se pelo inconformismo, como um grito de revolta de estudantes, que se disseminou entre trabalhadores, mulheres, negros e outras categorias sociais oprimidas, que passaram a se organizar em movimentos sociais.

Tal contextualização dos movimentos LGBTI são compreendidos através da conceituação dada por Gohn (1997) sobre movimentos sociais, que esclarece que não existe um único conceito sobre movimentos sociais e sim vários, de acordo com o paradigma<sup>10</sup>. Quanto as teorias, ela ressalta que existem várias, cada qual com seu entendimento próprio sobre o que eles são, bem como a que tipo de manifestação se referem; sendo tratados ora como fenômenos empíricos e ora como objetos analíticos e teóricos.

Gohn (1997) destaca ainda que a partir dos anos de 1990 as ações coletivas na sociedade brasileira buscam o respeito à liberdade dos indivíduos se diferenciarem e fazerem suas próprias opções, tanto em reivindicações referentes ao direito à vida como “os direitos sociais modernos, relativos às questões de gênero, sexo, raça, etnia.” (p. 207). Portanto, fala da consciência política individual e coletiva.

Em uma narrativa hegemônica sobre a construção das políticas LGBTI no Brasil, somos sempre levados à revolta de Stonewall, que teria nos influenciado e deixado um modelo político focado na questão da identidade. Dentro do processo de revisão bibliográfica, me deparei com alguns curiosos textos que compartilhavam da minha inquietude de sempre questionar a perspectiva dominante, e majoritariamente – inclusive no meio acadêmico – branca, hetero e eurocêntrica. Com isso, o olhar voltou-se a procurar por informações sobre os movimentos LGBTI na América Latina, vizinhos, sem a menor pretensão de diminuir a importância histórica de Stonewall.

Ancorada principalmente nas ideias de Ronaldo Trindade em seu texto sobre *A invenção do ativismo LGBT no Brasil: intercâmbios e ressignificações*, surge a análise de que, partindo da ideia da divisão do sistema mundo em dois blocos socialista-capitalista, produziram-se conflitos no interior dos países latino-americanos, propiciando – através da interferência estadunidense – a emergência de ditaduras militares para enfrentar o “avanço” do socialismo. Para além de combater o alastramento do pensamento socialista, as ditaduras latino-americanas se viram diante de uma juventude inflamada pelos processos de descolonização, revolução sexual nos EUA, maio de 68 na França e a própria revolta de Stonewall.

Alessandro Soares (2006) corrobora o evento de Stonewall como sendo um dos mais importantes do mundo na luta LGBTI, e relata que “em meados do século XIX, no

---

<sup>10</sup> “Para nós um paradigma é um conjunto explicativo em que encontramos teorias, conceitos e categorias, de forma que podemos dizer que o paradigma X constrói uma interpretação Y sobre determinado fenômeno ou processo da realidade social. Esta explicação deve diferir da de outros paradigmas” (GOHN, 1997, p. 13)

então reino de Hanover, Karl Heinrich Ulrichs dá início, em 1864, às primeiras manifestações públicas, ainda que inicialmente sob o disfarce de pseudônimos, em prol da emancipação de gays e lésbicas”.

A história do movimento de liberação de gays e lésbicas, nos Estados Unidos da América, começara sob a influência da experiência alemã de finais do século XIX e princípios do XX, sendo que a primeira organização gay que se tem registro em território estadunidense data do ano de 1924. O movimento LGBT contemporâneo pode ser considerado como o resultado de um complexo processo que permeia a noção de diversidade sexual. Apesar da resultante vigente possuir ascendências em movimentos de diversos locais, como Amsterdã, Copenhague, Paris e Grã-Bretanha, foi nos Estados Unidos que em meados das décadas de 1950 e 1960 surgiram organizações que proliferaram crenças políticas e práticas catalisadoras da criação de um caráter identitário mais singular ao movimento.

No início da década de 1960, relações entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas crime nos Estados Unidos. Em 1969, alguns estados já tinham derrubado essa lei, mas Nova Iorque permanecia inflexível. Por lá, um bar chamado Stonewall Inn, localizado no bairro de Greenwich Village, era um ponto de encontro frequente para a população LGBTI. Ainda que foi reconhecido como “bar gay”, Stonewall era razoavelmente blindado contra o policiamento. Os donos do bar faziam parte da máfia italiana e pagavam propina para que os policiais ficassem sossegados. Grande parte do público era composto por jovens gays da periferia ou que foram expulsos de casa. Além disso, o lugar era muito frequentado por drag queens e travestis, que normalmente eram recebidas em outros bares com hostilidade.

Na madrugada do dia 28 de junho de 1969, a polícia não fez vista grossa. Ela entrou no bar e agrediu violentamente frequentadores e quem estava na frente do bar. Treze pessoas foram detidas. Alguns eram funcionários – que estavam vendendo bebida alcoólica – e outros eram travestis e drag queens. A acusação, neste último caso, era de “violação do estatuto de vestuário” – naquela época, era exigido por lei que as pessoas usassem pelo menos três peças de roupas consideradas “apropriadas” ao seu sexo.

O ponto de virada foi a reação dos frequentadores e vizinhos do bar. Enquanto as pessoas eram levadas para a viatura, uma multidão se reuniu em frente ao bar e uma mulher lésbica começou a jogar moedas, garrafas e outros objetos na polícia, e impulsionou os demais presentes a fazer o mesmo.

Não demorou para o acontecimento se tornar um verdadeiro levante. O enfrentamento entre policiais e insurgentes durou dias. A Revolta de Stonewall se

tornou um símbolo da libertação gay e das demonstrações de orgulho do movimento LGBTI. Pouco tempo depois da “barricada de defesa” ficar famosa ao redor do país, foi fundada a Frente de Libertação Gay dos Estados Unidos, e o dia 28 de junho foi reconhecido como o dia internacional do orgulho LGBTI.

Em uma perspectiva decolonial, torna-se essencial não só buscarmos referências bibliográficas mais ao sul de Stonewall, como também reconhecer as participações e protagonismos de atores pagados pela história. Aqui, apontamos a fundamental participação de duas protagonistas no levante de Stonewall: Marsha P. Johnson, mulher negra e trans que ficou conhecida como “a Rosa Parks do movimento gay” e Sylvia Rivera, travesti, que estavam na liderança do levante.

Um ano após Stonewall, ocorreu a primeira Parada Gay. Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera foram impedidas de participar da organização, que ficou majoritariamente nas mãos de homens gays, e ao subirem no palco para reivindicar que reconhecessem a importância da população T naquele processo, foram vaiadas e retiradas do palco. Em 1970, então, Marsha P. Johnson cria o STARS – Street Transvestite Action Revolutionaries, para acolher, abrigar e ajudar travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade.

Em novembro do mesmo ano, sob a ditadura do General Juan Carlos Ogonía, na Argentina, era criado o Grupo Nuestro Mundo, descrita por Nestor Perlongher como a primeira tentativa de organização de diversidade sexual argentina<sup>11</sup>. Fundado por 14 sindicalista homossexuais, James Green esclarece que nada nos leva a crer que a sua criação estivesse relacionada aos eventos novaiorquinos daquele período. Segundo ele “(...) não havia qualquer indicação de que os ativistas argentinos tivessem informações mais exatas a respeito do surgimento do movimento de libertação gay nos EUA quando o grupo foi fundado, em novembro de 1969”<sup>12</sup>.

Em 1971, já inspirado no *gay power*, foi criado em Buenos Aires, a FLHA – Frente de Libertação Homossexual Argentina. Ao longo dos anos, o grupo se tornou uma espécie de congregação de diferentes grupos autônomos que se organizavam coletivamente. Essas organizações se mantiveram sempre em diálogo com as questões feministas, e deixavam claro sua aproximação com as pautas da esquerda, demarcando então seu comprometimento com frentes de luta mais amplas. Em 1972, o FLHA, publicou o “SOMOS”, a primeira revista vinculada para homossexuais na América

---

<sup>11</sup> PERLONGHER, Nestor. *Prosa Plebeya*, Ensayos. 1980-1992. Buenos Aires, 1997

<sup>12</sup> GREEN, James. *A luta pela igualdade: desejos, homossexualidades e a esquerda na América Latina*. Cadernos AEL, v.10 n18/19, 2003. Trad. Ronaldo Trindade, p.25

Latina. SOMOS, seria também, posteriormente, o nome da primeira organização política LGBTI brasileira, como veremos em breve.

A Associação Internacional de Lésbicas e Gays – ILGA –, fundada em 8 de agosto de 1978, em Coventry, Inglaterra, é a maior e mais antiga federação de organizações de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais do mundo, em atividade, mas não foi a primeira. Entretanto, faz 28 anos, os/as participantes da ILGA lutam contra a discriminação e a opressão contra lésbicas e gays, reivindicando Direitos humanos e o direito de amar a quem se queira.

No México, o movimento LGBTI nasceu das mobilizações da esquerda mexicana contra a opressão governamental, quando o Partido Comunista Mexicano incluiu em sua legislação que ninguém deveria estar sujeito a discriminação por motivos de raça, sex, religião ou orientação sexual. Um ano mais tarde, 1979, aconteceu a *Primera Marcha Del Orgulho Homosexual* na Cidade do México organizada pelos coletivos *Frente Homosexual de Acción Revolucionaria (FHAR)*, *Grupo Autónomo de Lesbianas Oikabeth* e *Grupo Lambda de Libertacion Homosexual*.

Foi ainda na década de 1970, que León Zuleta e o estudante de filosofia e psicologia Manuel Velandia fundaram o primeiro grupo de ativismo homossexual da Colômbia, o *Movimiento por la Liberación Homosexual*, que organizou diversas atividades políticas pelo país, dentre elas a Primeira Marcha Gay.

Acreditamos ser importante destacar esses movimentos latino-americanos, pois vejo neles similaridades de uma história compartilhada de colonização, e que terminam por influenciar a forma e as estratégias que os movimentos sociais utilizam em suas práticas. Carlos Fígari salienta que a os habitantes deste continente estiveram sempre subordinados a um tipo de dominação similar, calcada na subjugação dos corpos racializados e sexualizados como patê do empreendimento colonizador<sup>13</sup>.

Afirmar que as políticas sexuais do enredo estadunidense serviram de fonte inspirador ou forneceram as bases para o ativismo LGBTI brasileiro é reforçar uma versão hegemônica daquela velha dicotomia centro-periferia. É clichê a frase que diz que um povo sem memória é um povo sem história, e o medo de incorrer no erro de suprimir nossa própria história e “apagar” a luta de tantos LGBTI’s, que diferente dos estadunidense enfrentavam na América Latina ditaduras rigorosas e violentas, repressões, exploração econômica, além dos olhares conservadores cristãos que

---

<sup>13</sup> FÍGARI, Carlos. El movimiento LGBT em América Latina: institucionalizaciones oblicuas. Buenos Aires, Nueva TRilce, 2010

serviram – e servem até hoje - historicamente de suporte ideológico ao sistema colonial (e ditatorial).

O primeiro grupo de ativismo brasileiro LGBTI surgiu em 1978, com uma dúzia de estudantes, escriturários, bancários, intelectuais passaram a se reunir semanalmente em São Paulo. Os participantes eram maritalmente homens gays, com a participação não regular de algumas mulheres lésbicas. O nome do grupo foi uma homenagem a publicação do FLHA, e eles não utilizavam o termo gay ou expressões americanizadas.

A ditadura brasileira conseguiu frear de maneira significativa os avanços nas organizações do movimento homossexual brasileiro (MHB). Isso porque, de um lado, questões comportamentais se tornaram objeto da razão do Estado depois do golpe de 1964, ainda mais após 1968. A sexualidade passou a ser, de certo modo, tema de segurança pública e nacional para os militares, já que era prioridade governamental manter a estrutura familiar cristã, nuclear, monogâmica, patriarcal e heterossexual. Pode-se afirmar, então, sem dúvidas, que apenas o fato da existência pública de corpos e desejos contrários à norma padrão de sexualidade e gênero sempre foi um ato político de resistência da maior grandeza.

Mesmo nesse contexto, em 1978 é criado o Lampião da Esquina, que foi um jornal com conteúdo voltado para a movimento homossexual – na época a movimento LGBTI ainda era vista sob o guarda-chuva do movimento G (gay) e era reconhecida desta forma - brasileira que circulou durante os anos de 1978 e 1981. Nasceu dentro do contexto de imprensa alternativa na época da abertura política de 1970, durante o abrandamento de anos da censura. Com pelo menos onze pessoas LGBTI conduzindo o projeto e sua produção, e em formato tabloide, tinha editorias fixas como "Cartas na Mesa", onde as cartas dos leitores eram publicadas e respondidas, "Esquina" onde eram reunidas notícias, "Reportagem", onde sempre a matéria de capa estava localizada, e a partir do número cinco a coluna "Bixórdia". (MEMÓRIA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2017)

Das páginas do O Lampião, saíam notícias não só relacionadas com o "ser gay", temas raciais, a situação das mulheres lésbicas e das travestis, a já assustadora violência contra gays mas também política nacional, a luta pela abertura política no país, a história da organização do que viria a ser o movimento LGBT no mundo. No próximo subitem, conheceremos mais sobre a história do Lampião da Esquina, assim como de outros grupos fundamentais para consolidação do MHB, e posteriormente de toda a movimento LGBTI.



A questão da homossexualidade somente começou a ser discutida no âmbito federal de políticas públicas na época do “boom” do HIV/Aids na década de 1980. Foi a partir daí, que o governo enxergou os homossexuais como cidadãos que necessitavam de políticas específicas para o controle da epidemia que se alastrava cada vez mais. É necessário sublinhar que a quebra da indiferença só se constituiu a partir do escândalo midiático e do temor da classe média, de maioria branca e heterossexual, de ser infectada pelo vírus. Mas também pela força da organização do movimento LGBTI, pela criação das redes e grupos de apoio (um aprendizado feito a partir dos movimentos feministas. É importante enfatizar que o movimento foi importante sujeito nesse momento)

Assim, década de 1980 considerada como uma época de “declínio” do movimento homossexual em virtude da diminuição dos grupos organizados, Facchini, (2005), argumenta que se trata da constituição de uma nova geração de militantes contextualizados no novo período social e político do país. Para Simões e Facchini, no início dos anos 1990, é possível identificar a crescente aproximação dos grupos e associações ao modelo das organizações não-governamentais, com a criação de estruturas formais de organização interna e elaboração de projetos em busca de financiamentos, bem como uma preocupação em estabelecer relações com atores sociais diversos, como a mídia, parlamentares, técnicos de agências governamentais e associações internacionais. E, posteriormente, a marca é a diversificação de formatos institucionais e propostas de atuação, pela ampliação da articulação em redes de grupos LGBT e a presença de novos atores.

Facchini (2009) explica que a partir da década de 1990, o movimento multiplica também as categorias de referência ao seu sujeito político:

Assim, em 1993, ele aparece descrito como MGL (“movimento de *gays* e lésbicas”) e, após 1995, surge primeiramente como um movimento GLT (“*gays*, lésbicas e travestis”) e, posteriormente, a partir de 1999, começa a figurar também como um movimento GLBT – de “*gays*, lésbicas, bissexuais e transgêneros”, passando pelas variantes GLTB ou LGBT, a partir de hierarquizações e estratégias de visibilização dos segmentos.

E continua:

Em 2005, o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros aprova o uso de GLBT, incluindo oficialmente o B de bissexuais à sigla aceita no país e convencionando que o T se refere a travestis, transexuais e transgêneros. A solução provisória encontrada pelo XII EBGLT foi posteriormente revogada e, em 2008, o evento já se chamava EBLGBT (Encontro Brasileiro de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). A sigla do EBLGBT acompanhou mudança ocorrida em meados do ano de 2008, a partir da Conferência Nacional GLBT, quando, não sem alguma polêmica, foi aprovado o uso da sigla LGBT para a denominação do

movimento, o que se justificaria pela proposta de visibilizar o segmento das lésbicas. (FACCHINI, RENATA. 2009)

No Brasil, nos anos 2000, temos a eleição do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2006), que marcou uma nova era para os movimentos sociais e começou a abrir as portas do Planalto para um diálogo mais efetivo. A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), criada em outubro de 1995, foi uma das principais organizações ativas no período petista, tanto na construção quanto nas críticas e reivindicações.

É mais fácil falar do que transformar as palavras em coisas concretas porque aí é preciso medir a correlação de forças na sociedade. Mas uma coisa sagrada vocês fizeram: vocês conseguiram quebrar a casca do ovo. Vocês conseguiram gritar para o Brasil que vocês existem e que vocês querem, nada mais, nada menos do que ninguém, ser brasileiros, trabalhar e viver respeitados como todos querem ser respeitados no mundo. *Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso na abertura da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos LGBT, Brasília, 2008.*

A epígrafe do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursando na abertura solene da 1ª Conferência Nacional LGBT, há mais de 10 anos, demonstra o quanto a agenda política do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) torno dos direitos humanos penetrou o Estado brasileiro no recente período democrático que o país experimentou até o golpe parlamentar que viria a destituir a presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Embora a trajetória do movimento LGBTI e o governo Lula seja marcada por avanços, é parte essencial do movimento social ser agente questionador e de pressão de qualquer governo vigente, pois sabemos que, mesmo com governos aliados ideologicamente, sempre haverá bancadas evangélicas, ruralistas e conservadores para nos fazer retroceder. Portanto, o cabo de guerra durante o governo petista se mostrou mais amigável, mas sempre tensionado, sempre combativo.

É importante dizer que, embora as primeiras interlocuções do Movimento LGBTI com o Estado remontem à década de 1980 por meio da difícil luta contra a epidemia do HIV/Aids, elaborada pelo Ministério da Saúde (MS), foi somente a partir de 2004, com o advento do Programa Brasil Sem Homofobia no governo Lula (2003-2010), que uma agenda mais ampla em torno da cidadania LGBT começou a vigorar no âmbito da Administração Pública Federal.

Não é excessivo dizer que, ainda que o Estado brasileiro naquele momento desse um passo importante na direção de assumir a responsabilidade pela garantia dos direitos da população LGBTI, a sociedade civil organizada foi a grande protagonista dessa “transferência” de responsabilidades para o poder público.

Por tal razão, o desenvolvimento das políticas públicas de direitos humanos de LGBTI no Brasil é acompanhado por uma concepção participativa que prevê a participação e o controle social como dimensões fundamentais para o bom desempenho, efetividade e alcance das políticas públicas executadas pelas instâncias governamentais. Com efeito, o Programa Brasil Sem Homofobia nasceu das movimentações da militância LGBT e funcionou como instrumento de pressão, no decorrer da sua existência, para viabilizar a implementação de instituições e instâncias participativas, como as três edições da Conferência Nacional LGBT (2008, 2011 e 2016) e a criação do Conselho Nacional LGBT (2010), entre outras.

Uma das principais reivindicações do Movimento LGBTI em termos de políticas públicas - e uma das principais linhas de ação do Programa Brasil Sem Homofobia, são os Centros de Referência LGBT. Estes Centros funcionam como órgãos capazes de oferecer serviços e atendimentos de ordem jurídica, psicológica e socioassistencial orientando, encaminhando e acompanhando usuários e usuárias vítimas de discriminação LGBTIfóbica para outros equipamentos estatais responsáveis pelo atendimento ao público, como delegacias, defensorias, conselhos tutelares, hospitais ou secretarias de Assistência Social, a depender da necessidade de cada usuário/a.

Em anexo, há uma lista de conquistas e avanços do movimento LGBTI desde a redemocratização, porém, é importante ressaltar algumas delas aqui, reconhecendo a importância de um governo progressista e alinhado com as pautas da população LGBTI.

Em 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha, lei federal brasileira, cujo objetivo principal é estipular punição adequada e coibir atos de violência doméstica contra a mulher e com ela, dentre muitas medidas, a lei federal passou a prever expressamente a união homoafetiva feminina. Dez anos depois, a lei é estendida às pessoas transexuais. (BRASIL, 2006)

Em 2008, considerada um marco histórico, a conferência convocada por decreto presidencial foi a primeira a ouvir, em âmbito nacional, as demandas da população LGBT. O encontro mobilizou governos estaduais, Ministério Público, representantes dos poderes legislativo e judiciário e a sociedade civil organizada.

Desde 2009, o Ministério da Saúde permite que o nome social seja usado no SUS. O nome social é aquele que pessoas transexuais e travestis, por exemplo, usam para se identificar, mesmo quando não alteraram o seu registro civil, o presente no Registro Geral. Desde 2013, o governo federal permite seu uso no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Há também decisões em níveis federal, estadual e

municipal nesse sentido que valem para órgãos públicos, instituições de ensino e empresas estatais.

O PT e o PSOL tiveram grande movimentações e ações efetivas nos mandatos de seus candidatos eleitos voltado à movimento LGBTI, desde a eleição do candidato Luís Inácio Lula da Silva em 2002. A eleição de Jean Wyllys em 2011 - primeiro deputado gay assumido - foi um grande marco e uma abertura para a disputa das políticas públicas LGBTI. Mesmo, os setores conservadores, tendo se furtado de assumir debates sobre pautas LGBTI e ter deslocado essa discussão para os setores da esquerda, isso não significava uma união em torno delas. As questões LGBTI e de gênero questionam as estruturas básicas da sociedade, mas principalmente dogmas religiosos. Esses tensionamentos foram se agravando ao longo do governo Lula, mas chegaram ao ápice no governo Dilma, que também enfrentava barreiras para governar oriundas da pressão dos setores da direita.

Lançado pelo governo federal em 2004, o Programa Brasil sem Homofobia previa, entre suas diretrizes, promover "valores de respeito à paz e à não-discriminação por orientação sexual". Dentre as propostas para a Educação estava a produção de materiais educativos específicos para discutir questões como orientação sexual e homofobia. Com alguns anos de atraso, em 2011, essa recomendação estava prestes a sair do papel com a elaboração do kit Escola sem Homofobia. Contudo, após pressão de setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional, o material foi engavetado pelo governo.

Dessa forma o atrito entre o movimento LGBTI e a Presidenta Dilma Rouseff se agravou quando o movimento cobrou agilidade na implementação e distribuição do kit contra homofobia nas escolas, alegando que Dilma estaria cedendo às pressões da bancada religiosa. O movimento social alegava que, ao mesmo tempo que o governo criava políticas públicas eficazes para a proteção e ampliação dos direitos LGBTI, fazia alianças com os setores mais reacionários da política brasileira, dando espaço a empresários e latifundiários, passando por pastores evangélicos e delegados militares.

No segundo mandato 2014-2016 de Dilma Rouseff, apesar das inúmeras conquistas em questões de gênero e proteção social, houve severas críticas tanto do movimento LGBTI quanto de outros movimentos sociais em relação ao afastamento do governo com as pautas, e esse enfraquecimento da base fazia parte do processo que resultaria no golpe jurídico parlamentar que a presidenta sofreu em 2016. Mesmo assim, as propostas continuavam sendo encaminhadas e aprovadas, mas cada vez mais

lentamente e sem um cuidado direto de Brasília e sem aquela receptividade e diálogo conquistados no governo Lula.

Após o golpe, a movimento LGBTI se viu diante de um governo que mostrava dar as costas às questões identitárias, e começou a se unir e fortalecer novamente como uma frente “única”. O governo de Michel Temer não gerou muitos avanços, apenas consolidou, a muito custo, o que já havia sido encaminhado. Na realidade, esse “congelamento” das ações de proteção social e ações nas áreas de movimentos sociais era só um prelúdio do que estava por vir, acredito que com o intuito de desmobilizar a militância.

Em 2018, Jair Messias Bolsonaro, ex deputado de extrema direita e apoiador da Ditadura Militar, é eleito sem comparecer aos debates, mas com uma agenda e uma campanha baseada em falas e pautas ultraconservadoras, calcadas em posicionamentos machistas, homofóbicos, racistas e de cunho extremista religiosos. Bolsonaro se elege com um discurso em defesa da família, da moral e dos bons costumes, apoiado por setores ultraconservadores, bancada religiosa e do agronegócio, além de líderes extremistas de religiões neopentecostais e conservadores católicos. Com essa promessa de perseguição a opositores políticos, e de tudo que foge dos valores tradicionais família cristã, a movimento LGBTI se prepara para enfrentar um período de recessão de políticas públicas LGBTI e dissolução de órgãos e programas voltados para as pautas da movimento. Um presidente marcadamente homofóbico, racista e misógino por suas falas contra negros, mulheres, movimento LGBTI é eleito através do voto popular, demarcando a nova era conservadora e religiosa que seria enfrentada tanto nos espaços políticos quanto na “pista”<sup>14</sup>.

Em decorrência aos retrocessos feitos pelo governo de Bolsonaro como a reforma trabalhista, reforma da previdência, dissolução de ministérios, submissão de cargos à militares, cortes no Bolsa Família e na pasta da educação; e aos seus depoimentos ao longo do primeiro ano de mandato, a movimento LGBTI sofreu inúmeros ataques, tanto como instituições como individualmente. O número de ocorrências de violência contra pessoas LGBTI aumentou, censuras foram feitas e organizações foram fechadas sem o apoio estatal. Em resposta a esse cenário, o movimento LGBTI se uniu e vem se fortalecendo, fazendo frente a essa crescente onda ultraconservadora e disputando os espaços um a um. Duas dessas disputas resultaram em alguns avanços importantes, como a retirada da transexualidade como “transtorno de

---

<sup>14</sup> Termo utilizado pela movimento LGBTI para se referir a rua, a vivência e experiência na rua.

saúde mental” do CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde), após 28 anos e, finalmente, através de decisão do STF, a criminalização da homofobia. Um fato curioso e possivelmente um marco, foi que, após ser eleito, Jair Bolsonaro foi condenado por dano moral coletivo pelas ofensas que cometeu contra a movimento LGBT em um processo que vinha recorrendo desde 2011, acionado nas cidades do Rio de Janeiro, Niterói e Cabo Frio, pelos grupos Arco-Íris, GDN, Cabo Free, em ação civil pública sendo obrigado a se retratar e a pagar uma indenização de pelo menos R\$ 500 mil a fundo de apoio.

O cenário das pautas identitárias se fez urgente uma conscientização e uma chamada para as ruas. A militância saí da característica sindical ou de caráter exclusivamente político, e passa a tocar a todos. Quando um alvo é colocado sobre nossas costas ou de nossos filhos e amigos simplesmente por amarmos diferente do que foi posto, isso nos impulsiona, nos move. A bipolarização da política brasileira despertou “um gigante adormecido” nutrido de *fake News* e discurso de ódio, porém, ao mesmo tempo, gerou uma empatia entre aqueles que lutam, organizadamente ou não, por igualdade social e distribuição de renda. O desenvolvimento da consciência política e o acesso mais rápido e democrático a informação, trouxe uma nova configuração para os movimentos sociais, as manifestações e até mesmo as Paradas LGBTI.

### **1.5. Quem SOMOS o movimento LGBTI?**

Abril de 1978, tempos de ditadura. O jornal “O lampião da esquina” foi um dos primeiros jornais impressos (os jornais dirigidos à movimento, até então, eram jornais artesanais mimeografados) direcionados a essa parcela da população e que, no que se referia a sua composição estética, apresentava uma estrutura mais simples, com poucas figuras, uma diagramação pouco inovadora e combinava de maneira discreta com tons de vinho e verde. Seu conteúdo ia desde notas culturais abordando filmes, livros, espetáculos e artigos, nos quais se discutia temas como o papel da mulher, a perseguição aos homossexuais no período Nazista, o prazer sexual, a relação Igreja e homossexualidade.

Alessandro Soares (2006) explica melhor:

Como se pode observar, do ponto de vista editorial, apresentava estruturas narrativas um tanto quanto inovadoras para o discurso homossexual daquele período e exigia de seus leitores uma leitura atenciosa. Ao ler o editorial de sua edição inaugural, se pode perceber suas pretensões políticas, as claras intenções de intervir nas estruturas social e grupal tanto da movimento LGBTI quanto da sociedade em si, buscando normalizar o fato homossexual e extirpar do cotidiano todas as expressões preconceituosas a que grupos minoritários são e estão submetidos.

A primeira página da edição zero do jornal *Lampião da Esquina* traz um editorial de apresentação enfático, com duras recusas a estereótipos, expressões norte americanas. Até o termo gay foi aportuguesado “guei” Nele, as palavras: “É preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara sua preferência sexual como uma espécie de maldição”. O jornal teve ao todo 37 edições, com pelo menos onze homossexuais conduzindo o projeto e sua produção, o Brasil conheceu, ainda encoberto pelo manto da ditadura militar, o primeiro jornal LGBT da história. No expediente figuravam nomes como Agnaldo Silva, Jean-Claude Bernardet, João Silvério Trevisan, Peter Fry, Glauco Matoso e Caio Fernando Abreu.

E de suas páginas transbordava irreverência e coragem. *Lampião* e seus escritores acreditavam na ressignificação das palavras, e por isso, investiam no uso de gírias, bordões e um vocabulário “próprio” da movimento LGBTI. “Bicha sempre foi afrontosa, seja na literatura, seja na vida”. “Nós estávamos experimentando algo que ainda não existia”, explica Trevisan.

Nós não cabíamos na militância que existia naquele tempo. Éramos um grupo de homossexuais que abordava vários assuntos, não apenas os imediatamente pertinentes à movimento homossexual: falávamos sobre problemas dos negros, das feministas, questões ambientais. Queríamos estabelecer o diálogo entre as chamadas ‘lutas menores’, porque a ‘luta maior’, para o pensamento de então, seria a do proletariado. Só havia espaço para nós como política menor, lá no cantinho, como uma política adjetivada: política homossexual, política feminista, política antirracial, política ambiental. (TREVISAN)

O *Lampião da Esquina* inovou ao publicar as gírias que as “bichas” usavam na época, ao mesmo tempo que fazia um trabalho jornalístico sério, abordando vários temas que ainda hoje são espinhosos, como prostituição, aborto e violência homofóbica. A discriminação contra travestis é outro tema que hoje ainda causa muito desconforto, mas que já era discutido nas páginas do *Lampião da Esquina*. “A questão de travestis nasceu no *Lampião* de maneira muito natural”, conta Trevisan.

O Agnaldo Silva morava na Velha Lapa e convivia o tempo todo com travestis, inclusive com travestis barra-pesada – Madame Satã saiu de lá, para você ter ideia. Para o Agnaldo, isso era a coisa mais natural do mundo. Nós sabíamos o que estava acontecendo com as travestis na rua, tanto que há um número do *Lampião* que denuncia a perseguição às travestis em São Paulo.<sup>15</sup>

O *Lampião*, denunciava o estado de opressão vivido por múltiplas minorias. Fosse de modo direto ou brincando com as palavras, fazendo uso de metáforas e jogos de linguagem com o intuito de confundir e/ou brincar com o leitor mais desavisado ou alguém que não conhecesse os códigos linguísticos próprios de gays e lésbicas, ele

<sup>15</sup> Trechos retirados do documentário *Lampião da Esquina*, 2016,

funcionou como um instrumento de denúncia externa e de recuperação da estima de gays e lésbicas, que compunham a clandestina movimento lesbigay.

Mas, em 1979, o governo do Rio de Janeiro lançou um inquérito contra os editores do jornal, apesar do relaxamento da censura à imprensa, e da homossexualidade nem sequer ser mencionada no código penal brasileiro. Eles foram acusados de violar a legislação referente a imprensa e ferir a “moral e os bons costumes”. Essas ações policiais se arrastaram por anos até finalmente serem arquivadas, e os editores do *Lampião* sofreram diversas intimidações e humilhações ao longo desse tempo. O resultado positivo disso foi graças ao apoio que receberam do Sindicato dos Jornalistas, que colocou seus advogados em defesa do jornal. Este apoio já era um sinal de que a homossexualidade deixava de ser objeto de silenciamento, desprezo geral e que a legitimidade das demandas dos homossexuais começava a ser reconhecida.

Indubitavelmente o *Lampião* bebera na fonte de Stonewall - dos movimentos que lhe sucederam – e se afirmou, no Brasil, como uma das portas de construção do movimento LGBTI nacional. A contribuição de *O lampião da Esquina* durou pouco mais de três anos, encerrando suas atividades em sua 37ª edição, em junho de 1981. Mas, suas atividades, ainda que curtas, resultaram em uma das duas iniciativas mais importantes que acabaram por inspirar a grande quantidade de grupos que surgiram posteriormente, ao longo da década de 1980.

A principal delas foi a formação, em maio de 1978, na cidade de São Paulo, do Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, que posteriormente se chamaria Grupo Somos de Afirmação Homossexual. Após o lançamento do *Lampião*, um grupo de intelectuais, artistas e profissionais liberais, descontentes com as restrições da vida social, de ficarem em “guetos”, começou a se reunir semanalmente em São Paulo. De primeiro, pequenas reuniões com debates de experiências pessoais, relatos. Reconhecidos uns nas falas dos outros, o sentimento de movimento e de insatisfação fez com que eles escrevessem uma carta aberta endereçada ao Sindicato dos Jornalistas, protestando contra a forma difamatória com que a “imprensa amarela ou marrom” apresentava a homossexualidade.

Em fevereiro de 1979, os membros desse grupo criaram o SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual e vieram a público em um debate sobre “minorias” realizado na USP, onde fizeram contato com outros grupos que já vinham discutindo a questão da homossexualidade e começavam a falar sobre um projeto de escala nacional. O debate foi muito importante ao estabelecer o movimento homossexual como um interlocutor legítimo na discussão das políticas mais amplas.



O SOMOS desde o início colocou-se contra qualquer tipo de estrutura hierárquica, enfatizava-se, em vez disso, uma igualdade utópica entre os seus membros, ignorando quaisquer diferenças entre eles. Porém, ao fazer isso, ignorava também as especificidades de cada subgrupo, de suas demandas e passava por cima principalmente das questões feministas e raciais. Na prática, consolidou-se uma estrutura de poder informal, baseada em certas “qualidades” pessoais, como maior disponibilidade de tempo para se dedicar as tarefas, popularidade, beleza, melhor educação, entre outros.

Com esses aspectos estruturais, uma agenda extensa e tentativas de aparelhamento partidário, o SOMOS foi ao longo do tempo se fragmentando em pequenos grupos e perdendo força. As rupturas já eram inevitáveis. As atenções dadas as dissensões no SOMOS acabou estimulando os conflitos existentes nos vários grupos por todo país, diminuindo a capacidade de estimular e atrair novos membros. Podemos dizer que, apesar de se voltar a um segmento minoritário da população, cujo modo de vida era extremamente marginalizado e estigmatizado, o grupo SOMOS se organizava similarmente com diversos outros movimentos sociais que visavam promover mudanças na sociedade e na política.

O exemplo do grupo SOMOS e a influência do Lâmpião logo renderam frutos. Mais grupos começavam a se organizar e colocar a questão homossexual em pauta, levantando outras reflexões acerca do modo de vida LGBTI. Um exemplo claro sobre as reflexões levantada sobre o modo de ser gay é contra a dicotomia ativo/passivo, dominador/dominado, propondo uma nova identidade da diversidade sexual, baseada em relações sexuais/afetivas essencialmente igualitárias.

As lésbicas se mostravam extremamente preocupadas com o que concebiam como reprodução machista dos papéis sexuais entre homossexuais. Por duas razões, a primeira, de que a dicotomia ativo/passivo era muito acentuada nas relações lésbicas, e em segundo porque a opressão exercida sobre as mulheres pelos homens dentro do movimento LGBTI era muito real. Ou seja, como atualmente, as mulheres deveriam lutar em duas frentes: contra relações de dominação entre os sexos e contra a reprodução de dominador e dominado no ambiente homossexual.

Desde os debates realizados na USP, um segmento de mulheres tinha sido atraído para os grupos homossexuais, porém, questões pertinentes somente às mulheres eram difíceis de abordar em reuniões onde homens predominavam e essa percepção acabou por estimular as mulheres lésbicas a procurarem se aproximar dos grupos feministas.

Nos últimos quarenta anos de lutas por cidadania e reconhecimento no Brasil, as lésbicas organizadas se confrontaram com dificuldades tanto no movimento feminista quanto no LGBTI. Já no início das atividades com os gays, perceberam atitudes machistas e discriminatórias desses companheiros de militância. Cabe refletir sobre a socialização dos gays, por mais afeminados ou próximos dos comportamentos estereotipados e compreendidos como femininos, eles são socializados desde a primeira infância como homens, e por isso são criados dentro de paradigmas misóginos. Esse processo foi analisado no trabalho de Daniel Welzer-Lang<sup>16</sup>, no qual o sociólogo discute a estrutura dos rituais de passagem e socialização dos meninos e dos homens, nos mostrando como o patriarcado encontrou métodos de reprodução da cultura machista, usando os homens mais velhos a reproduzir as experiências e “conhecimento” que tiveram para moldar as próximas gerações.

Sem sermos deterministas, consideramos importante ressaltar essa construção de socialização para os meninos. A repetição de padrões culturais impostos leva meninos, mesmo ainda não em idade de desenvolvimento da sexualidade, a construir sua masculinidade em cima disso, e quando a desenvolvem e demonstram ser uma sexualidade dissidente, esses rituais se tornam mais intensos com o objetivo de corrigir o desvio. Mesmo os meninos gays, podem apresentar traços de uma masculinidade opressiva, a qual foram expostos, podem assim reproduzir atitudes e falas machistas e misóginas.

De acordo com o artigo publicado na Revista Cult, em junho de 2018, sobre *O Movimento das Mulheres Lésbicas Feministas no Brasil*, as lésbicas influenciadas pelos estudos feministas, tinham consciência de que suas especificidades como mulheres – e não apenas como lésbicas – geravam uma dupla discriminação. Como mulheres lésbicas feministas, deliberaram então atuar como um subgrupo dentro do Somos, o Grupo de Ação Lésbico-Feminista ou apenas LF, com posição política de independência frente à centralização do poder masculino.

Ainda de acordo com o artigo publicado na Revista Cult, em junho de 2018, sobre *O Movimento das Mulheres Lésbicas Feministas no Brasil*:

Em uma reunião geral do Somos de julho de 1979, auge do grupo, estavam presentes dez lésbicas e oitenta gays. Ainda que notoriamente minoria, as lésbicas do LF expuseram suas decisões: encaminhar o debate sobre machismo e feminismo no Somos, ter um grupo de acolhimento e afirmação da identidade só para lésbicas e buscar alianças com o movimento feminista. Nessa reunião, foram hostilizadas e chamadas de histéricas. Ainda que tenham sido atacadas, receberam apoio de alguns gays do Somos, mais

---

<sup>16</sup> WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: A construção do masculino: A construção do masculino: dominação das mulheres e dominação das mulheres e homofobia in Estudos Feministas, 2001.

abertos às questões de gênero. Em abril de 1980, em São Paulo ocorreu o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), com duzentos participantes de diversos estados. Com presença majoritária de gays, o LF esteve presente trazendo debates sobre as lésbicas, o machismo e o feminismo. O I EBHO foi burocrático e cheio de discórdias que resultaram em um tensionamento das relações dentro de um movimento homossexual cada vez mais múltiplo e amplo. Após a participação de algumas lésbicas e gays do Somos na passeata do 1º de Maio de 1980, em São Bernardo do Campo, introduziu-se uma divisão inconciliável dentro do grupo. O LF percebeu que não fazia mais sentir brigar diariamente dentro do Somos e assim, em 17 de maio, as lésbicas se retiraram de forma definitiva do grupo. O novo nome assumido pelo grupo foi Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF). Agora, então, tudo no feminino.

O GALF operava dentro do gueto de lésbicas vendendo boletins, panfletava folhetos de conscientização sobre discriminação e violência contra as lésbicas e divulgava as atividades do grupo. Coordenava ações contra a onda de prisões arbitrárias, de torturas e de extorsão comandadas pelo delegado José Wilson Richetti a partir de abril de 1980 em São Paulo, ainda durante a ditadura militar de 1964. Os alvos da violência estatal eram LGBTI, travestis, prostitutas, negros e desempregados. Grupos LGBTI organizados, juntamente com o Movimento Negro Unificado (MNU) e outros grupos feministas publicaram uma carta aberta à população condenando essa prática violenta do Estado e conclamando todos para um ato público no dia 13 de junho de 1980, na frente do Teatro Municipal. Quando o ato saiu em passeata pelo Centro de São Paulo, as lésbicas empunhavam duas faixas com os seguintes dizeres: *Pelo Prazer Lésbico* e *Contra a Violência Policial*. Esse episódio político ficou na história como a primeira passeata LGBTI da cidade de São Paulo.

Portanto, como é possível perceber através desses breves relatos, o movimento de lésbicas feministas surgiu com uma fala pelo direito ao prazer, modificando aquele desejo sexual particular – e ao mesmo tempo coletivo - em um potencial transformador e revolucionário. Após essa caminhada pela história dos mais antigos grupos LGBTI brasileiros, falaremos sobre coletivo que se tornou decano ao ser o mais antigo grupo em funcionamento ininterrupto e com história inigualável dentro do movimento LGBTI no Brasil e da América Latina: GRUPO GAY DA BAHIA (GGB).

Foi a primeira ONG homossexual a ser registrada como sociedade civil, liderou a fundamental campanha vitoriosa pela despatologização do “homossexualismo” no Brasil (1985), resgatou a produção de centenas de *sodomitas* luso-brasileiros perseguidos pela Inquisição, dentre outras conquistas.

A história do grupo começa quando seu fundador, após sofrer uma agressão na praia por estar com seu companheiro, coloca um anúncio no Lampião convocando as *bichas* a se organizarem: “Bichas baianas, rodem a baiana tudo bem! Mas deixem de ser alienadas. Venham formar um grupo gay para lutarmos por nossos direitos”<sup>17</sup>. Várias pessoas responderam e em 29 de fevereiro de 1980 realizou-se a primeira reunião, na

---

<sup>17</sup> MOTT, Luiz. O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia. In História do Movimento LGBT no Brasil. Alameda, 2018.

casa do fundador, Luiz Mott, com a presença de 17 homossexuais, sendo a primeira ONG a adotar o termo “gay” em seu nome.

O GGB, carinhosamente chamado de Sindicato dos Gays, se apresentou como o objetivo de defender os interesses da movimento de diversidade sexual da Bahia e do Brasil, denunciando todas as expressões de homofobia, lutando contra qualquer forma de preconceito e discriminação contra gays, lésbicas, travestis e transexuais; divulgar informações corretas sobre a orientação homossexual, construir um discurso científico e correto, lutando contra comportamentos, atitudes e práticas que inviabilizam o exercício da cidadania plena da movimento LGBTI. Além de trabalhar na prevenção do HIV e Aids junto à movimento tratamento igualitário a todos os brasileiros.

Em sua sede o GGB abriga o maior arquivo diversidade sexual da América do Sul, incluindo milhares de cartas (desde 1980) recortes de jornais, revistas, vídeos, cartazes, livros, teses, fotos e postais material que está aberto à pesquisa científica. Em tempos de crescimento do conservadorismo, do corte de investimento em políticas públicas para a população LGBTI, da legitimação do discurso de ódio, e da guerra declarada às minorias feita pelo atual presidente, Jair Bolsonaro, o GGB tem contribuído para registrar e divulgar os dados de violência contra LGBTI's.

Assim como o Lampião e o SOMOS foram resistências em tempos sombrios de regime militar, é extremamente importante saber que o movimento LGBTI continua tendo suas representações institucionais, como o GGB, o Arco-Íris (RJ), CaboFree (Cabo Frio), o GDN (Niterói) e tanto outros, para a luta continuar avançando e não perdemos nossos direitos conquistados com muito sangue, suor e brilhos.

## **II Passeata ou Parada?**

As Paradas LGBTI deram início em 1970, nos Estados Unidos, e na década de 90, no Brasil, tendo sua primeira edição na cidade do Rio de Janeiro. As Paradas configuram como a memória do movimento LGBTI. Passam governos, aliados ou não, e a Parada continua se construindo trazendo às ruas diferentes gerações e classes da movimento LGBTI.

É nela que cada letra da sigla LGBTI se faz presente, atuante e representada. Meio século de marcha, e ainda há barreiras e questionamentos sobre os métodos e conquistas da Paradas: é festa? É ato? Patrocínio ou movimento social? Tem representatividade? Ao longo do capítulo, vamos nos debruçar sobre como as Paradas surgiram e de que forma, atualmente, as principais Paradas constroem e são uma parte viva do movimento LGBTI.

### **2.1 GAY PRIDE: um panorama das principais Paradas LGBTI**

No decorrer dos acontecimentos de Stonewall, podemos observar o surgimento de um movimento coletivo, espontâneo e organizado, que posteriormente, ficou conhecido no Estados Unidos como Gay Pride, e no Brasil como Parada Gay. Com o passar dos anos, a construção orgânica e a disputa dentro da sopa de letrinhas resultariam na modificação desse nome, em 1995 nos Estados Unidos, e somente depois dos anos 2000 no Brasil, para Parada do Orgulho LGBTI, como é hoje em dia, na maioria das cidades.

Em 1970, um ano após o levante de Stonewall, foi celebrado o primeiro Dia da Libertação Gay da Rua Christopher (Christopher Street Gay Liberation Day), ou como ficou conhecida a primeira parada do orgulho LGBTI+ de que se tem registro, da qual participaram milhares de manifestantes. O evento se tornou anual, apesar do nome ter mudado várias vezes ao longo dos anos, e a cada ano é escolhido um tema para o evento, para que seja publicizado um logo e outras publicidades para o evento.

Essas ações coletivas hoje reúnem cerca de 2,5 milhões de pessoas, como por exemplo, na cidade de São Paulo, e devem tudo o que construíram a primeira Gay Pride estadunidense, que ocorreu em Nova Iorque, em junho de 1970, por iniciativa de ativistas como Graig Rodwell.

Rodwell, membro da associação nova-iorquina Gay Liberation Front, pode ser visto como um dos responsáveis por tornar míticas as proporções alcançadas pelos acontecimentos de Stonewall, ou seja, por tornar não só um evento celebrável, mas também por estabelecê-lo como marco histórico e ponto de mobilização LGBTI.

“A beatificação dos motins de junho de 1969 inspirou um movimento de protesto homossexual não só por toda a América, mas também em todo o mundo. O mito de Stonewall é uma criação politicamente genial que não podemos deixar decelebrar. O movimento de libertação gay nascido com o Stonewall construiu uma identidade indispensável à emancipação dos homossexuais” (Jaffre, 2002:53).

Essa identidade indispensável a que se refere Jaffre, permite uma consolidação cultural LGBTI tanto no interior da movimento quanto fora dela, e muitas vezes contribuiu para mascarar a diversidade dentro do movimento, colaborando para que os rótulos gay, lésbica, bissexual, transexuais, travesti e intersexo sejam vistos de forma unitária (e fixa), o que não condiz com a realidade. Ela também forma um mito fundador de um único e mesmo movimento, uma crença de um movimento livre de dissensos. Tal mito, e aqui escolhemos o conceito narrativo da palavra, permite uma aparente construção identitária unitária, não refletindo a real multiplicidade de identidades construídas pelos indivíduos presentes nos múltiplos movimentos existentes na movimento LGBTI, e ainda, dentro de cada um dos coletivos em particular.

Todavia, essa situação gera uma memória coletiva, potencializadora das ações do movimento LGBTI, e se transforma em capital político e cultural, representando múltiplos espaços de poder conquistados, em níveis distintos, nas diversas sociedades.

As celebrações da Gay Pride se tornaram não só símbolos de mobilização da movimento, então na época chamada GLBT, como também se transformaram em um instrumento de pressão social, abrindo um canal de comunicação e visibilização perante a sociedade, trazendo luz às pautas reivindicatórias da população LGBTI. A aquisição da visibilidade é um perigo para os donos do poder, pois visibilizar significa expor e a exposição é tática de normalização, sendo então uma das principais pautas das Gay Pride desde seu primeiro desfile.

Da mesma forma que, incansavelmente, pontuamos que o movimento LGBTI não é unitário, não é correto colocar as pautas LGBTI como tal. Assim, pode-se dizer que, cada movimento constrói sua própria pauta, pois como vimos pela ótica da interseccionalidade, cada sigla da chamada “sopa de letrinhas” (terminologia usada por Facchini, em 2005), afirma que cada indivíduo que constitui o movimento é tocado por diferentes opressões, chegando às vezes a proporcionar pautas antagônicas. Entretanto, na ocasião da Parada, o que se pode observar, muitas vezes, é a busca de um consenso dentro dos diversos temas que perpassam as reivindicações, funcionando como um “guarda-chuva” para os inúmeros movimentos dentro do movimento LGBTI. Assim, é possível compreender o processo de escolhas dos temas das paradas e seus contextos

político e sociais, mesmo que ainda sejam palco de disputa sobre visibilidade, alcance, protagonismo.

Dentro dos temas recorrentes nas paradas organizadas em todo o mundo, estão as questões das parcerias civis e matrimônio, proteção jurídica para garantir os direitos a partilha de herança e bens no caso de morte do conjugue, a garantia de benefícios fiscais pecuniários, assim como a não discriminação laboral e social, a luta contra a homofobia e a luta e reconhecimento dos direitos LGBTI como direitos humanos.

Uma questão que se põe todos os anos em que se realiza as Paradas, como um desafio ou ainda uma autocrítica, é o limite de vinte e quatro horas de visibilidade da agenda proposta por organizadores e movimento. É comum ouvir durante a realização das Paradas, vindo de seus integrantes, que nessas marchas se faz visível o que no resto do ano é invisível. É um momento privilegiado em os diversos indivíduos em suas sexualidades e gêneros podem desfrutar da liberdade de expressão que a sociedade lhes nega diariamente: de se montar, de ter voz, de andar de mãos dadas, de beijar seus companheiros e companheiras. É sempre uma afirmação de existência, mas que parece ter um efeito Cinderela, pois volta-se à marginalidade quando as badaladas do desligar do trio soam, e os sorrisos dos “simpatizantes” que acompanharam o desfile e desfrutaram junto do evento, voltam a ser olhares desconfiados e assuntos a não serem comentados.

Em termos da terminologia adotadas. O “s” do antigo GLS, foi extinto. O “S” na época referia-se aos não-assumidos ou uma movimento *gay-friendly*. Depois de muito debate confirma-se que a sigla deve incorporar os protagonistas do movimento e, hoje, devido a muito trabalho do movimento social, a população que se considerava “S” entendem o lugar de protagonismo na sigla e na luta LGBTI, e apoiam as jornadas da movimento. Porém, há ainda uma parcela da sociedade que vê a população LGBTI, de forma sectária, tolerando “até certo ponto” ou “usando” como atração quase que circense em seus eventos ou círculos sociais. O famoso “não sou homofóbico, tenho até amigo gay” ainda perdura, e reconhecemos nessa fala o ainda arcaico pensamento de ter “amigos” gays, desde que eles se encaixem nos critérios do tolerável – não afeminado, não escandaloso, dançarino, cabelereiro, aquele que não oferece risco a sexualidade alheia, e lista se estende... O estereótipo só serve para novelas, personagens cômicos, bloco das piranhas (evento de rua no qual homens se vestem, caricaturalmente, de mulher), entre outros espaços rigidamente determinados.

Contraditoriamente, hoje em dia, após anos de trajetória histórica e um olhar com mais carinho e cuidado para dentro do próprio movimento, é possível reconhecer que são exatamente essas imagens, estereótipos, das “bichinhas” como ficaram conhecidas, que abriram portas, na base do pontapé, para que hoje possamos performar as sexualidades de forma mais livre, se comparada aos anos de movimento LGBTI. Foram os afeminados, as travestis, as “caminhoneiras” que tiveram mais coragem de romper com padrões da sociedade heteronormativa, pois os que mais sofrem são justamente os que estão contrapondo os estereótipos e expectativas de gêneros, estando, com isso, expostos e mais suscetíveis a agressões e mais alvo de preconceito, e acabaram por assim, ressignificando símbolos referentes a movimento LGBTI.

No que se diz em relação à produção simbólica nas Paradas, observa-se que os movimentos LGBTI retomam símbolos referências a momentos históricos da opressão vivida por gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros e travestis, mas que de alguma forma, tornam essa opressão de maneira a servir de propulsão, de estímulo à mobilização e ressignificam a memória coletiva de LGBTIs, convertendo-a, efetivamente em memória política. Resignificar tem sido um grande aliado dos movimentos sociais, principalmente do movimento negro ao questionar vícios de falas oriundos da era escravocrata, que permanecem no nosso cotidiano, assim como o próprio movimento LGBTI ressignifica termos e comportamentos. Porém, ressignificar pode também ser um elemento emocional, pois se ressignificam sentimento de injustiça e, ao fazê-lo, abrem-se novas possibilidades de conscientização política e de produção identitária. Resignificar pode também significar o uso indevido de símbolos e ações com apropriações contrárias as pretendidas, evento comum das estratégias conservadoras e discriminatórias.

Um exemplo de ressignificação e homenagem pode ser vista no uso do triângulo invertido nas cores rosa, sinal que fora atribuído pelos nazistas a gays levados aos campos de concentração, e preto, destinado às lésbicas, assume, na vida do movimento, um novo significado, atua como um elemento positivo de reconhecimento e autorreconhecimento, como por exemplo o nome adotado pelo coletivo Triângulo Rosa, criado em 1985 no Rio de Janeiro.

Para dar continuidade as relações simbólicas e imagéticas presentes nas Paradas, podemos citar o símbolo da bandeira do arco-íris, reconhecido internacionalmente. Foi em 1978, que ela apareceu pela primeira vez na Parada pela Liberdade de Gays e Lésbicas de São Francisco (San Francisco Gay and Lesbian Freedom Parade). Concebida pelo artista Gilbert Baker, seu produtor, de forma artesanal, ajudado por



trinta voluntários, para compor a cena da marcha. Inicialmente, ela tinha oito faixas, sendo que cada cor representava algum elemento da, na concepção do artista, movimento. Assim, o rosa representava o sexo; o vermelho, o fogo; o laranja, a cura; o amarelo, o sol; o verde, a natureza; o turquesa, as artes; o azul índigo, a harmonia; o violeta, o espírito. Se, por um lado, ela enfatizava a alegria tipicamente associada aos gays, ela, por outro, foi uma estratégia política de visibilização. A partir de então, a bandeira foi rapidamente reconhecida como o símbolo, que poderia representar a diversidade sexual.

Certamente, os movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros têm desempenhado, ao longo da história, este extenuante e difícil papel de criar estes espaços emergentes, oriundos da luta política entre os dominantes da memória oficial, propondo uma contra-memória oficial, ao pleitearem significados do passado, ao se confrontarem com os detentores do poder, com propósitos a adquirirem o direito de construir, publicamente, sua memória coletiva.

Para o historiador Gabriel Salazar (1999), a memória atua como base da construção de identidades coletivas, da construção de uma consciência política, individual e social, da construção de novas subjetividades no seio de seu próprio sujeito.

No processo de construção da Parada, estão presentes aspectos coletivos e individuais, estão presentes as expectativas sociais, que os participantes têm a respeito de si, do outro e da própria Parada. Tais expectativas recebem um sentido efetivo quando elas se materializam em ações concretas e que podem ou não serem propulsoras de mobilização, capazes de orientar e conduzir à participação, ou não, de sujeitos que se reconhecem nesse universo, em alguma medida.

O autorreconhecimento do outro, de adversários e antagonismos (Sandoval, 2001), permitem significar politicamente a Parada, partindo-se de lugares diferenciados. E essa experiência individual, quando compartilhada coletivamente, faz com que manifestem significados coletivos ou, quem sabe, uma consciência política coletiva.

Reconhecer seu lugar e sua condição social no sistema de dominação-exploração (Saffioti), reconhecer o lugar do outro tanto como aliado quanto como adversário, como alguém que tanto pode partilhar de um mesmo lugar quanto, pode se opor diametralmente a ele, são alguns dos aspectos que possibilitam a construção de uma identidade coletiva, vista em movimento, a superação de crenças e valores sociais cristalizados e a emergência de sentimentos de eficácia política, que contribuam para o fortalecimento de sentimentos de pertencimento grupal.

Assim, entendemos que, como afirma Soraia Ansara (2005), a “(...) memória política é uma verdadeira luta contra o esquecimento”, e é, também, uma luta pela visibilidade da história dos esquecidos, deixados na marginalidade da história. E esse é o caso de homens e mulheres homossexuais, travestis e transexuais, é o caso dos movimentos LGBTI.

Nesse sentido, a visibilidade que promove o surgimento de um mercado e de uma ‘cultura GLS’ e a consolidação dos movimentos LGBTI no Brasil, significam, dentro da nossa visão, um elemento importante para compreendermos a construção dessa consciência e memória coletiva, bem como o próprio processo de construção da Parada. A visibilidade é a peça chave e dela não se pode abrir mão, sob risco de se perder a luta, de se retroceder aos porões do esquecimento e à famigerada condição de subordinados e explorados passivamente. Para assumir o lugar de cidadão e cidadã é fundamental a visibilidade, pois ela é uma estratégia política e, no caso das minorias, serve como um instrumento de ruptura de tabus e preconceitos, através da normalização, como dito anteriormente.

A Parada, então, é um componente de participação popular, que viabiliza a consolidação do indivíduo e de sua identidade autônoma, sua emancipação, mediante a possibilidade do exercício de uma cidadania ativa e da participação política (AVRITZER, 2016), de forma independente, mas coletiva, desenvolvendo sua consciência política ao mesmo tempo em que atua na construção de uma consciência coletiva compartilhada pelos seus pares.

O sentimento de ser cidadão, de reconhecer-se como sujeito de direitos é a condição para o exercício de uma cidadania ativa. Assim, admitir-se enquanto sujeito político é o que permite o desejo de participar coletivamente. Se, de um lado, é fundamental reconhecer-se enquanto um agente capaz de conquistar seu espaço, por outro, este reconhecimento precisa materializar-se em ação e realizar-se em ações coletivas que possibilitem ao sujeito identificar a existência de outros iguais e recuperar sua “autoestima”, que permitirá a esse sujeito assumir uma postura ativa, e, conseqüentemente, exercer uma cidadania ativa, contestando o previamente estabelecido. É saber que não está sozinho.

Praticar essa cidadania e reassumir o uso da voz e da palavra é subverter a ordem dominante. Ao perceber-se como sujeito ativo, participante, ocupante do espaço, o sujeito define seu lugar, ainda que essa participação possa configurar-se de diferentes maneiras e com distintas complexidades. Ao exercer sua cidadania ativa, este sujeito deixa de ser apenas um indivíduo que deveria ter direitos, que não são reconhecidos por

quem deveria fazê-lo e passa a pressionar a sociedade, o poder público, os legisladores, entre outros, a reconhecê-los no campo legal, a planejar políticas públicas e/ou aprimorar as políticas já existentes. Essas mudanças necessitam da participação das pessoas, de fazer-se visível. Como já dizia o ditado, ‘quem não é visto não é lembrado’.

Reconstruir a cidadania é uma tarefa política e psicológica, identitária, cultural e social. Não se pode pensar em pleno acesso ao direito se o direito, a memória e a história são negadas a amplos segmentos da população. Não se pode assegurar a dignidade humana enquanto a experiência afetiva e sexual perde seu domínio privado, mais que isso, seu domínio íntimo, e é controlada a partir outra experiência, que não aquela que lhe dá sentido. Portanto, resgatar a memória e a história daqueles e daquelas que foram postos à margem, que foram obrigados (as) a viver vidas, que não eram as suas, para poderem sobreviver à opressão normativa, faz-se prioridade, no processo de construção da cidadania.

Portanto, faz-se claro que a construção de uma memória política visível se faz por meio da construção de uma contra-memória fundamentada em estratégias de visibilização, de tomada da palavra que iguala e que ao mesmo tempo ecoa, sendo as comemorações de fatos, como acontece por ocasião do dia do orgulho LGBTI, por ocasião da celebração dos protestos iniciados em Stonewall. São em momentos simbólicos importantes de visibilização, na qual se ressignificam os acontecimentos da história, que se reescreve a memória oficial, se escrevem a memória política e se sedimenta tudo o que está intrínseco ao processo de luta individual e coletiva.

Celebrar os eventos da memória popular, da memória daqueles considerados como vencidos, é vulgarizar – no sentido de trazer a realidade “das pistas” ao sol - é ressignificar o passado. Consequentemente, escrever um novo presente, uma nova história pública e abrir caminhos para um futuro, no qual a diferença seja algo positivo. Ao conhecer e reconhecer o passado, os movimentos sociais potencializam suas próprias ações, potencializam seu repertório de estratégias e ações coletivas, e avançam nas conquistas.

## **2.2 I Parada LGBTI do Rio de Janeiro**

A Parada LGBTI de São Paulo é considerada uma das maiores do mundo e a mais famosa, e merecidamente, tem inúmeros estudos sobre e concentra um dos maiores investimentos de *pink Money* e financiamento do mundo. No entanto, há alguns anos, a militância do Rio de Janeiro vem reivindicando o reconhecimento como cidade

organizadora da Primeira Parada LGBTI do Brasil, que aconteceu em 1995, na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro.

O primeiro espaço gay no Rio de Janeiro foi criado por Nyhlmar Amazonas Coelho, em 1961, com o nome de *Turma OK*. Funcionou regularmente até o Ato Institucional Nº 5 (1968), quando o grupo se dispersou, retomando suas atividades em 1972, sendo durante anos, um ponto de encontro e resistência. (CÂMARA, CRISTINA. 2015)

Com a influência do Grupo Somos (SP) e do jornal *Lampião*, em 1979, surgiram mais grupos no Rio. Em julho, foi criado o Grupo de Atuação e Afirmação Gay (Gaag) em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, formado por lésbicas, na maioria negras e trabalhadoras, contando com apenas um homem. Ainda no final de 1979, surgiu o grupo Somos/RJ (MACRAE, 1990; FACCHINI, 2003), que, assim como o Gaag, teve vida curta e após uma divisão gerou o grupo Auê.

A ditadura ainda impactava muito a sociabilidade da movimento LGBTI. Em 1981, o escritor Herbert Daniel, ex-militante da luta armada, voltou do exílio após doze anos vivendo na clandestinidade (CÂMARA, CRISTINA. 2015). Foi o último exilado a voltar ao país e seus romances retratavam as repressões política e sexual, como demonstra o trecho a seguir:

Ser homossexual, o que é isto? Na época da guerrilha, sexo era assunto “pessoal”, não era “político”. A separação entre pessoal e político, entre público e privado, é uma das bases da ética de toda política conservadora. A esquerda, adotando essa ética conservadora, pensando de uma certa forma o poder, pensou um corpo abstrato, “socialista”, onde o sexo era uma tecnologia a serviço da procriação, ou só procriação de um prazer conformado a preconceitos. (Deixa Aflorar, 1986, p.7 apud CÂMARA, 2000)

Em 1982, o movimento homossexual encontrava-se em um momento de tensão, e Daniel passou a ser uma liderança forte. Nessa época, as reuniões do grupo Auê passaram a ser em sua casa, em Laranjeiras. No entanto, entre o final de 1983 e o início de 1984, o grupo se desfez. (CÂMARA, CRISTINA. 2015). A partir de 1986, o movimento LGBT do Rio foi gradativamente se imbricando com as ONGs/Aids. Mas seria seu papel fazer a prevenção ao HIV/Aids ou sua missão deveria estar focada na defesa de direitos LGBTI? Este foi um debate central para o Triângulo Rosa e um momento singular para o movimento LGBT.

Após receber o diagnóstico do HIV, Herbert Daniel fundou o Grupo Pela Vidda/RJ (GPV). No Rio, a Associação de Travestis e Liberados (Astral) foi criada em 1992, por iniciativa de Jovanna Baby, que já tinha proximidade com o Projeto Previna,

colocando em questão as correlações entre prostituição-violência-marginalidade-HIV/Aids (CÂMARA, CRISTINA. 2015). A Astral surgiu em resposta à violência policial, principalmente em áreas de prostituição. A formação de uma associação de travestis foi o primeiro passo para mais adiante se definir uma identidade “travesti” (CARVALHO e CARRARA, 2013).

Em 1993, foi criado o Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual (GAI), um dos principais grupos LGBTI carioca e que se mantém atuante e com grande influência até hoje na cidade. Diferente dos grupos anteriores, o GAI (sigla que caiu em desuso com os anos) já demonstrava atenção ao desenvolvimento organizacional e à gestão do conhecimento, focos presentes na ideia de profissionalização das ONGs. Do mesmo modo, o grupo surgiu atento ao contexto da Aids e ao início dos apoios do governo federal a projetos de ONGs, o que possibilitou, anos mais tarde, que o grupo realizasse oficinas de formação militante a outros que estavam surgindo.

Nos parece importante adentrar nos detalhes sobre a organização LGBTI carioca, pois esta formação dará uma característica peculiar ao movimento da cidade e à própria Parada LGBTI. Enquanto São Paulo passava por governos com forte repressão policial, como veremos mais adiante, os grupos cariocas, principalmente o Arco-íris descobriam outros caminhos de ocupar a cidade, unir e organizar. Acreditamos que o fator do Rio de Janeiro ser uma cidade costeira com o atrativo turístico, principalmente o turismo sexual, a repressão na redemocratização era mais implícita do que as políticas higienistas exaltadas nos jornais paulistanos.

Nos anos iniciais do Grupo Arco-íris, organizava eventos culturais públicos, como Tardes de Convivência no Museu de Arte Moderna; Mostras de Filmes Gays/Lésbicos; Seminários “Pensando a Homossexualidade”, que eram estratégias para testar a adesão do público a eventos coletivos LGBT. Mais adiante, diferentemente de grupos anteriores, o GAI incentiva a participação de mulheres, inclusive desenvolvendo projetos específicos e atividades dirigidas a lésbicas e mulheres bissexuais, além de uma atuação mais recente junto ao público jovem.

Até o final do século XX, o movimento LGBTI carioca migrou gradativamente das ações e campanhas contra a Aids para uma cultura de sociabilidade LGBTI, às claras, para além dos guetos. A formação militante e o ingresso nas ONGs se tornam um diferencial, resultando em trocas institucionais regionais, nacionais e internacionais.

Quinze anos após as primeiras mobilizações brasileiras do movimento homossexual, a articulação de representantes de grupos LGBTI de sessenta países reuniram-se na cidade do Rio de Janeiro, para participar da 17ª Conferência Anual da

Associação Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA), renovando o fôlego do movimento no país.

Pela primeira vez, a Conferência da ILGA, em sua 17ª edição, foi realizada no Brasil, no Rio de Janeiro, entre 19 e 25 de junho. O encerramento da conferência realizou-se com centenas de participantes e simpatizantes na Marcha pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Travestis, marchando na Avenida Atlântica, na Praia de Copacabana, repetindo palavras de ordem, levantando cartazes e bandeiras, atrás de um caminhão emprestado pelo sindicato dos bancários (GREEN, 2000).

Então, em 1995, a praia de Copacabana, paisagem de forte referência internacional, que recebe eventos de grande visibilidade e repercussão, recebia a Primeira Parada do Orgulho LGBTI do Brasil, com 2 mil pessoas – 2 mil fantasias, cores e performances que traduziam o direito de existir e coexistir com a diferença.

Veriano Terto Jr. comentou:

No Rio, as Paradas são organizadas pelos grupos gays, mas também têm o apoio e a colaboração das ONGs/Aids. Em São Paulo, foi um pouco diferente, já que os grupos locais criaram uma instituição dedicada exclusivamente ao evento: a Associação da Parada. No Rio, em geral, os grupos gays e ONGs/AIDS ajudaram a criar um ambiente social mais propício para os gays. Em alguns momentos houve uma sinergia entre grupos gays e ONGs/Aids que abriram iniciativas culturais, como teatro, vídeos, festas, espaços de encontro etc. Então, este diálogo interinstitucional contribuiu para que os grupos se recompusessem agregando de alguma forma a temática da Aids na agenda de lutas do movimento gay. (Veriano Terto Jr. – ativista do Somos, Auê e Assessor de Projetos da Abia).

Como fonte de referência e visibilidade, o formato também motivou grupos de ativismo LGBTI de outras regiões da capital a multiplicarem as Paradas em sua área de atuação como Madureira, Jacarepaguá, Vista Alegre, Campo Grande, entre outros.

Uma cidade marcada pelo samba e pelo carnaval, a Parada LGBTI do Rio de Janeiro não se destaca pelo show megalomaniacos, patrocínios ou multidões, mas por conseguir ter tudo isso ainda com a marca do movimento social. A Parada do Rio atualmente é um evento que mobiliza a cidade e que tem se mostrado efetiva como palco de disputas de políticas públicas e eleição de representantes LGBTI.

### **2.3 I Parada LGBTI de São Paulo**

Sobre a (pequena) quantidade de pessoas que compareceram ao evento, um jornalista de São Paulo sugeria que o homossexual brasileiro preferia o anonimato de seus armários à exposição pública de sua orientação sexual, mas, contraditoriamente a essa suposta preferência pelo anonimato, certas ruas do bairro dos Jardins, nesse mesmo

ano, já se encontravam tomadas, principalmente nos finais de semana, por um grande número de homossexuais que pouco se importavam em ser anônimos (TRINDADE, RONALDO. 2011). O mesmo ocorria em outros pontos da cidade, como a região central, onde todos os lugares se viam pessoas de todas as cores e idades.

Esta primeira manifestação do *orgulho gay*, em São Paulo, resultou dos esforços de militantes de grupos como o etc. & tal, e o Centro Acadêmico Estudos sobre Homossexualidade, da Universidade de São Paulo – CAEHUSP. Nesta primeira edição, era mais visível seu caráter político, se aproximando, muito mais, a uma manifestação de caráter sindical, operária do que às manifestações atuais. Este evento foi marcado por palavras de protesto, discursos militantes e, ao final do evento, a intervenção bem humorada da travesti Silvetty Montilla. Desde aquela ocasião, ela já atuou na animação dos participantes, sendo que, neste momento, fora uma manifestação espontânea. Certamente, a aparente dicotomia entre festa e política já se expressava na atuação bem humorada de Silvetty.

Essa manifestação foi muito importante para a Parada do Orgulho LGBTI – na época ainda chamada de Parada Gay - de São Paulo, pois nela surgiram numerosas lideranças, importantes para o movimento, em um futuro próximo. De uma simples curiosidade sem compromisso, que alguns dos participantes haviam confessado, a um posterior engajamento, uma atuação decisiva na cena política da luta por direitos iguais.

Por aqueles anos algo aconteceu, o que configuraria um novo cenário para as experiências de homossexualidade vivenciadas na metrópole paulistana. Os organizadores da reunião que ocorreu na Praça Roosevelt acharam que seria mais conveniente que, no ano seguinte, utilizassem a Avenida Paulista. Iniciou-se um processo de reuniões e organização daquela que seria a primeira Parada do LGBT paulistana, sob a coordenação do grupo CORSA - Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor – e demais colaboradores e colaboradoras.

Em 28 de junho de 1996, a primeira Parada do Orgulho GLT de São Paulo, se realizou no local pretendido, com um total de duas mil pessoas (2 mil) presentes. Para, Ronaldo Trindade (2011) “aquelas duas mil pessoas que saíram do desfilando pela Avenida Paulista e agitavam a bandeira, gritavam palavras de ordem, que versavam sobre igualdade de direitos, dignidade e respeito”.

O sucesso da primeira edição da Parada do Orgulho Gay, abriu novos canais de comunicação entre os militantes e outras instituições (TRINDADE, RONALDO. 2011). Do ponto de vista político, um ativista que se identifica como Lola diz o seguinte em

entrevista com o pesquisador Alessandro Soares da Silva, em sua pesquisa sobre a Parada LGBTI – Brasil, Portugal e Espanha:

“A princípio os objetivos dos grupos era de fazer um evento público, de comemoração do dia do orgulho gay. De alguma forma, aquilo tinha um caráter subjetivo para o movimento, era o movimento ainda se afirmando pra si mesmo, nós somos militantes, nós vamos pra rua, nós vamos fazer isso e aquelas pessoas estavam imbuídas disso. Nesse sentido, esse grupo de pessoas, que dentro do corsa tinha uma divisão entre os reflexivos e os ativistas de bandeira em punho e havia uma certa oposição, e, nesse sentido, os ativistas de bandeira em punho tinham muita clareza disso, se precisava dar visibilidade ao movimento. Do ponto de vista subjetivo, era isso: era buscar esse lugar da militância, fazer um espaço público, dizer estamos aqui, vamos marcar esse dia do orgulho gay. Não tinha, necessariamente, uma palavra de ordem, ou uma frase, um título ou um nome a I Parada ou mesmos registros físicos como papéis, documentos, panfletos, cartazes, não tinha e não tem, mas aconteceu e o mote político era vozes ativistas de bandeira em punho e aquelas palavras, que confundiam com a própria experiência das pessoas militantes com as suas militâncias de movimento sindical, de movimento de Igreja, de movimento estudantil” (Lola, 42 anos, militante, 23/12/2005).

A realização da Parada proporcionou ao movimento LGBTI um espaço de autoafirmação política e de negociação entre as múltiplas identidades neles contidos. A busca pelo lugar de militância equivale a visibilizar-se, fazer-se público enquanto parcela da sociedade que é sistematicamente invisibilizada. Assumir esse espaço público, todavia, não foi algo simples, algo que facilmente se resolveu. Muitos eram aqueles e aquelas que desejavam participar e não tinham coragem, pois julgavam a exposição muito forte e o juízo social demasiado cruel, quando não temiam por seus empregos, relações familiares e em geral. Assim, se, de um lado, visibilizar era preciso, por outro, o preço desta visibilidade era enorme: Segundo Priscila, 34 anos, militante,

“(…) as barreiras sociais e culturais, naquela época, nos impediam de tomar iniciativas mais agressivas. Eu me lembro que eu queria pegar o microfone e fazer o meu discurso, mas o medo de ser vista e reconhecida falou mais alto e eu calei!” (Entrevista concedida em 05 de outubro de 2015).

Nesse sentido, Lola também assinalava que:

“As pessoas não tinham coragem de pegar o microfone na rua e de falar. Porque tinha isso, a gente ainda tinha barreiras culturais e sociais e questões intrínsecas da nossa subjetividade para assumir isso. Foi um momento legal de estar na rua. Era essa a proposta: Não tinha título, não tinha nome, não teve muito registro.” (Entrevista concedida em 23 de dezembro de 2005).

O acontecimento da I Parada LGBTI paulista trouxe, não somente um impacto midiático, mas um impacto no interior dos movimentos, pois São Paulo despontava como um grande centro homossexual. O fato de se ter uma manifestação pública para o dia do orgulho fazia da militância paulistana uma espécie de referência nacional, pioneiros.



Em 28 de junho de 1997, começava a II edição da Parada do Orgulho Gay de São Paulo, com maior número de manifestantes desfilando pelos centros da grande São Paulo. Dessa vez, não estavam apenas os fundadores do movimento e os grupos punks, mas junto a multidão estavam líderes de partidos socialistas, assim como anarquistas e militantes de outras causas sociais. De acordo com cálculos da Polícia Militar da época, totalizaram 3,5 mil pessoas. Ronaldo Trindade (2011) relata que “a Parada saía dos becos e boates, para tomar as ruas, e agora se tornava palco e ponto de interesse da mídia, políticos, e outros movimentos sociais. A Parada tinha vindo para ficar.” No Rio de Janeiro, nesse mesmo dia, manifestante saíam às ruas para comemorar esse grande dia, pois a partir de então, as mudanças e as representações de diversidade sexual corriam dentro e fora do país.

“Uma vez consolidada numericamente, a Parada do Orgulho *GLBT* passou a ser um evento esperado por milhares de gays e lésbicas de São Paulo, e também dos interiores e mesmo de estados vizinhos como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná”. (TRINDADE, RONALDO. 2011)

Em 1998, o grupo CORSA começa a administrar a Parada Gay da cidade de São Paulo. O tema da Parada, em 1998, era *Somos muitos e estamos em todas as Profissões*, tema esse que foi escolhido após um debate dentro da sede do CORSA. Para organizar a III Parada, o grupo buscava melhoras as condições de estrutura do evento, captando recursos no segmento comercial dedicado ao público LGBTI, porém encontram obstáculos no caminho em busca de financiamento, pois empresários locais não viam a Parada como uma fonte lucrativa e não queriam seus nomes associados a tal evento.

“Se em outros países, importantes marcas aliaram seus produtos ao público gay (bebidas alcoólicas, refrigerantes), a falta desse apoio inibia de certo modo o pretendido avanço numérico. Um reflexo disso é a falta de anunciantes de artigos que não são voltados exclusivamente para homossexuais.” (TRINDADE, RONALDO. 2011)

Pois, a mídia é um espelho da sociedade, está nela refletido o que as pessoas vestem, comem, compram. Se um grande número de pessoas LGBTI começa a se manifestar nas ruas de forma pacífica e agregadora, começa a influenciar os estilos de vida e atitudes enraizados nessas representações. E cada vez mais, essas manifestações tinham mais adeptos, e tais números crescentes, além de impressionar organizações políticas, servia de influência para a produção de um mercado segmentado e lucrativo.

“Mas o ponto positivo estava na inclusão desse segmento nas formulações de políticas públicas, na apropriação midiática diversa, na elaboração de estratégias

econômicas desse grupo e na formulação de campanhas publicitárias. ” (TRINDADE, RONALDO. 2011)

A visibilidade naqueles primeiros anos era marcada, sobretudo, por um *modus operandi* sindical e por uma parcela da militância que havia decidido mostrar a cara, mas muitos eram aqueles que queriam participar e reconheciam a importância da visibilidade para a movimento LGBTI, mas que ainda não se sentiam suficientemente livres para agir, se expor perante a família, ou ainda para quem não se havia declarado. Fosse para o mundo do trabalho, no qual poderia vir a sofrer sanções futuras, pelo fato de não estar no modelito normativo vigente. Nesse contexto, o grupo Corsa foi de máxima para que a Parada do Orgulho Gay se consolidasse como um evento político importante, na cena LGBTI nacional. Mesmo que muitos outros grupos e coletivos independentes estivessem contribuindo para isso, foi a atuação do Corsa que garantiu que esse projeto político tivesse continuidade.

O Grupo continuou buscando apoio e encontrou apoio inclusive na Igreja Católica, ainda que de maneira velada. A esse respeito, recorda mais uma vez Lola:

E assim aconteceu a II Parada... Prá nós, é sucesso, né, um sucesso de público, de aceitação das pessoas que estavam em volta, né... Ainda tínhamos um caráter ainda bem ligado ao movimento e a grupos... Por exemplo, o grupo Corsa e os ativistas de outros grupos. E o Corsa virou a referência de ser o grupo, que organizava a parada. O Brasil já enviava e-mails, mandava cartas... Outros grupos perguntando quando ia ser, quando era... E essas coisas começaram a circular em torno do grupo Corsa. Nesse ano, o grupo Corsa perde a sede porque a APTA foi desalojada do espaço e o grupo Corsa ficou sem sede. Mais uma vez, eu procurei a minha amiga, que tinha me apresentado o Batata – que era o Beto – e ela foi pedir pro padre Alfredo, aqui da Santa Cecília, e uma das reuniões foi feita numa das salas da Igreja aqui, mas uma coisa tem que ser lá no fundo escondido... Padre Alfredo era legal e tudo, mas a cúria não podia tomar conhecimento de um negócio desses e a gente fez, mais de uma reunião do grupo Corsa lá, na paróquia. Daí, virou uma confusão, porque grupo Corsa e Parada era uma coisa só, porque a Parada era feita pelo grupo Corsa... Em 97, 98 até a III Parada, em 99, que daí a gente já tava num outro lugar.” (Entrevista concedida em 23 de dezembro de 2005).

Graças ao crescimento da Parada, em 1999, foi criada em São Paulo a Associação da Parada do Orgulho GLBT<sup>18</sup>. Como recorda Lola:

---

<sup>18</sup> Desde janeiro de 2008, A associação da parada estava composta da seguinte forma: Diretoria Presidente: Alexandre Santos (Xande); Vice-presidente: Murilo Moura Sarno; Tesoureiro: Manoel Antonio Ballester Zanini; Secretária: Adriana da Silva; Adjunto de Tesoureiro: Ricardo Gambôa; Conselho Fiscal: Alessandra Saraiva, Anna Paula Vencato e Eduardo Lourenço da Cunha; Conselho de Sócios Fundadores: Nelson Matias Pereira, Ideraldo Luiz Beltram e Renato de Freitas Baldin. Conselho de Ética: Pela diretoria: Murilo Moura Sarno e Reinaldo Pereira Damião; Pelos associados: Cleuser Mari Lemos Alves e Herbert Kazutoshi Tsumura; Pela Sociedade Civil: Áurea Celeste da Silva Abbade (GAPA); Secretarias e Grupos Internos: Lésbicas - Papo de Mina: Cléo Dumas; Travestis e Transexuais - Terças Trans: Adriana Silva, Alessandra Saraiva e Alexandre Santos (Xande); Gays - Entre Homens: Murilo Moura Sarno.

As primeiras paradas tiveram um caráter mais politizante, de estar na rua, de ser visível, de levar alguma discussão para quem tivesse vindo, seja quem fosse, gays ou não, né, de que estamos aqui, de que vamos continuar dizendo prá sociedade que a gente quer ter um espaço, que a gente precisa ocupar, talvez descobrir ou construir dentro da sociedade... não sei... não se tinha essa clareza toda.” (Entrevista concedida em 23 de dezembro de 2005)

Nas vésperas da III Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, o grupo CORSA passava por mudanças internas, onde de um lado, tinha uma parcela dos organizadores que estava ligado aos acontecimentos desde a I Parada, e de outro, organizadores do grupo que acreditavam que deviam focar em questão mais sociais. Essa divisão acabou por afastar esse segundo grupo, menos político.

Utilizamos mais uma vez o depoimento da ativista Lola, coletado pelo pesquisador Alessandro Soares da Silva, para retratar:

O Corsa estava na seguinte situação, nessa época: “Já lá na ação da cidadania, o grupo Corsa já tinha se desfacelado um pouco, tinha partido ao meio, porque, então, o grupo mais político, chamado pelos outros de ativistas de bandeira em punho, tinha assumido a presidência, né, Era o Luiz Ramires o presidente do Grupo Corsa, naquele ano, em 98, final de 98, foi a eleição, então prá 99. Tínhamos nos transferido lá pro edifício Andraus, mas o grupo Corsa continuou ainda e com uma resistência, apenas as pessoas que eram os dirigentes da gestão anterior do grupo Corsa que se opunha a essa questão mais política partidária, mais politizante, de bandeira em punho e tal, saiu, mas as outras pessoas continuaram indo. E o grupo Corsa panfletava sobre as reuniões do grupo Corsa, muito antes de existir a Parada ou de que a Parada fizesse isso. Já era prática deles fazer panfletinhos, dizendo reuniões aos sábados, o endereço e quais os temas que ia ter, já tinham os temas, decidiam com antecedência os 4 temas do mês e panfletavam nos lugares. Por isso que o Corsa tinha muita gente, porque eles faziam militância, militância de chão de fábrica, essa coisa meio sindical. Eles iam nas boates, eles iam nos bares... É claro , militância era coisa de bicha feia, bicha pobre.. entendeu.... Não tinha nenhum glamour prá bicha de classe média, mesmo que fosse intelectualizada pr isso. O grupo Corsa tinha essa característica: gente pobre, feinha... O outro era um grupo mais bonito, mais bem vestido, mais bem arrumado, mais bem articulado que o grupo politicamente articulado... Lula, Beto e outras pessoas que vieram com eles depois e que serviam de apoio. Eles tinham a base deles. Uma base de apoio dentro do Corsa, um núcleo de pessoas que votavam com eles, e aí, começou a acontecer coisas lá dentro, que não era uma prática do Corsa. Bom, mas houve um grupo de resistência lá dentro, sobretudo liderado por pessoas muito simples como o Joãozinho, por exemplo, que organizava um vôlei, que tinha lá no Ibirapuera. Nós fizemos vaquinha, tinha uma rede, tinha uma bola... e todos os fins de semana esses viados desciam lá pro Ibirapuera e montava a rede e era o futebol das bibas, ou melhor, o vôlei das bibas... E batiam vôlei e fechavam... E aí, tinham contato com os outros, porque, ao lado, tinha as outras quadras de vôlei normal... Faziam disputas... Passavam os outros garotos e eles chamavam prá entrar no time e a convivência tava acontecendo e lá na ação da cidadania tava rolando as reuniões e as coisas tavam indo bem.”(Entrevista concedida em 23 de dezembro de 2005).

Em meio às disputas internas ao grupo e as tensões que a Parada e o grupo viviam por não saberem mais onde um começa e termina o outro, cogitou-se a opção de separar ambos, uma opção de criar uma associação autônoma, que gerisse e organizasse

o evento. É nesse conturbado e extremamente tensionado contexto político que é criada a Associação do Orgulho de Gay, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (GLBT).

Ao longo da construção da associação, pode-se perceber como o processo político estava distante das bases, no qual o cidadão e a cidadã estavam inseridos e que se pautavam pela atribuição a outrem, ao político, o dever fazer acontecer. A construção da associação se fez engessada, porque as pessoas não se reconheciam como sujeitos políticos da ação, como agentes do processo.

A concentração da III Parada do Orgulho GLT, ocorreu em 28 de junho de 1998, com o tema: “Os direitos de gays, lésbicas e travestis são direitos humanos”. Contava agora com três trios elétricos, alguns carros alegóricos e com uma extensa bandeira do arco-íris conduzida por muitos braços erguidos. Em meio ao evento foram distribuídos preservativos e camisetas com dizeres relativos ao mundo gay. Vale lembrar que neste ano, a Parada recebeu também um maior número de mulheres homossexuais, já que era o ano em que o movimento de ativismo das lésbicas completava duas décadas.

Importante pontuar, aqui, que nas duas primeiras paradas, ela se chamou Parada do Orgulho GLT. A partir da III Parada, ela acolhe o B de Bissexuais, passando a chamar-se Parada do Orgulho GLBT. Da mesma maneira, mais tarde, surgirá, na estrutura organizacional da Associação da Parada, uma secretaria específica para debater as questões da bissexualidade, o Espaço B.

Com a criação da Associação da Parada em 1999, a Parada deixa de ser um evento organizado por um grupo dentre grupos de militantes, e ser representado por um grupo com formação específica, que organiza não apenas a Parada, mas uma série de outras ações, na área do LGBTI. Com certeza, se pode dizer que o surgimento da Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros foi um desdobramento da ação militante de diversos coletivos e pessoas, assim como da própria característica politizante que marcaram as duas primeiras paradas. Como recorda Lola,

As primeiras paradas tiveram um caráter mais politizante, de estar na rua, de ser visível, de levar alguma discussão para quem tivesse vindo, seja quem fosse, gays ou não, né, de que estamos aqui, de que vamos continuar dizendo pra sociedade que a gente quer ter um espaço, que a gente precisa ocupar, talvez descobrir ou construir dentro da sociedade... não sei... não se tinha essa clareza toda.” (Entrevista concedida em 23 de dezembro de 2005)

Quando se tem em conta qual tipo de representação da homossexualidade que vem, cada vez mais ganhando espaço em eventos e nas mídias refere-se, principalmente, a elementos da classe média das grandes cidades brasileiras, definem-se atitudes, comportamentos e estilos de vida imbuídos nessas representações. O número de presentes na Parada não impressionava apenas às organizações políticas, mas serviam

de inspiração – base de dados - para a produção de um mercado segmentado e possivelmente bastante lucrativo. Enquanto a Parada se consolidava como um grande movimento de massa, o seu público passava a aparecer em discussões relacionadas não apenas a política gay, mas também aos indicadores econômicos.

No ano de 2001, a V Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, desembolsou para sua preparação 320 mil reais. Duzentos mil foram arrecadados de apenas três empresas privadas, ainda que duzentas outras tenham sido contatadas. Nesse momento, os homossexuais foram vistos, retratados, documentados de diversas formas e representados na imprensa como valiosos consumidores, muitos deles vindos das camadas médias e altas da população. Nesse mesmo período, essa matemática se torna gente, os números se tornaram fato, uma vez que duzentas mil pessoas que ocuparam a Avenida Paulista, vindo prestigiar o evento, migrando das mais diversas cidades e estados brasileiros e também de outros países.

Vale ressaltar que, embora a Parada se multiplicasse vertiginosamente a cada ano que passava, esses números tornaram mais desumana a homofobia: contraditoriamente, um maior número de vítimas era registrado. Ano após ano. Hoje, o Brasil é o país que mais mata transexuais e travestis no mundo, e está entre os cinco países mais perigosos para um LGBTI morar, incluindo os que tem penalidade criminal para a prática.<sup>19</sup>

Os motivos pessoais dos que esperavam ansiosamente por aquele dia, aquelas 24 horas de liberdade, tinham a ver com as pautas militantes em relação a um evento que, através da política de visibilidade, pretendia - e parecia - tornar mais fácil a vida dos homossexuais na cidade. Mas, definitivamente, um novo campo de possibilidades havia se estabelecido, fazendo com que a homossexualidade se tornasse um assunto de interesse das mais variadas instituições que passaram, junto com os ativistas e acadêmicos, também a produzir discursos e saberes sobre a homossexualidade.

Nessa nova configuração, uma variedade de práticas culturais, até então restrita aos bares, boates e espaços privativos, poderiam ser vivenciadas publicamente. O mesmo valia para os casais de namorados que, naquele dia, trocavam carícias publicamente e caminhavam de mãos dadas pelas ruas. Além disso, a Parada era um momento privilegiado para ver pessoas, “ferver”, já que o evento parecia uma grande

---

<sup>19</sup> Dossiê sobre assassinatos e violência contra pessoas trans em 2019. (ANTRA, 29/01/2020). Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/01/29/lancado-dossie-sobre-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2019/>

boate ao ar livre, em que as pessoas poderiam beber e dançar ao som de suas músicas preferidas. Durante a Parada, os públicos diversos de LGBTI ocupam a Avenida Paulista e, ali, o “submundo colorido” se faz visível por meio dos carros alegóricos das boates. Fazer tudo isso para além do “gueto”, pelo menos naquele momento ritual, era tanto o que desejavam quanto o que os organizadores esperavam que se fizesse. Em diversos pontos da cidade, mesmo para quem não pretendia ir à manifestação, era possível perceber a multidão que para lá se conduzia nas ruas, ônibus e metrô.

A vinda de um grande número de LGBTI’s para São Paulo, por causa da Parada acabou sendo bem quista também pela área do turismo, já que ao se tornar parte do roteiro do Turismo Gay, muitos dos turistas que chegavam à cidade, lotavam a rede hoteleira da cidade. O mesmo vale para o número de passagens compradas nesse mesmo período, ganhando a simpatia dos empresários das empresas de transportes aéreos e terrestres. Mas não eram apenas os grandes empresários que lucravam com o evento. Donos de bares, saunas e boates tinham a sua clientela multiplicada no período da Parada, pois, ela passou a se realizar no feriado de Corpus Christi. Esses visitantes eram informados sobre a noite gay paulistana através dos diversos flyers e publicações, encontrados nos ambientes frequentados pelo público LGBT e também distribuídos aos montes durante o evento.

Hoje, São Paulo possui a maior Parada Gay do mundo e o Brasil é um dos países que conta com o maior número de cidades que realizam esse tipo de manifestação. O tímido movimento passou a ser uma referência mundial, e colocando São Paulo entre as cidades mais gays do mundo. Durante as edições, proporcionou encontros entre homossexuais, bissexuais, transgêneros, travestis, intersexuais, simpatizantes e heterossexuais dos mais diversos lugares do país; reafirmando redes de solidariedade, diversificam-se debates sobre o tema por meio de filmes, peças de teatro, artes plásticas, música e debates para um público amplo. Ressignificam o espaço público, tiram seus afetos do privado.

Cada vez mais que a Parada de São Paulo tinha um crescimento populacional, era possível perceber tal avanço refletido na mídia (novelas, jornais, publicações online), avanço esse que pautava a inclusão de pessoas LGBTI na sociedade.

Em 2005, quando completou uma década de existência-resistência, os organizadores foram informados de que, de acordo com o Termo de Ajuste e Conduta (TAC), imposto pela Prefeitura de São Paulo, a Parada corria o risco de não se realizar

na Avenida Paulista.<sup>20</sup> “Ainda assim, para marcar resistência, a Parada ocorreu na Avenida Paulista, emplacando mais um recorde de público. Desde então, juntamente com a mundialmente conhecida Corrida de São Silvestre e com a Festa de Réveillon, a Parada acontece com autorização para ser realizada no local abrigando um público que não para de se multiplicar a cada edição” (TRINDADE, RONALDO. 2011).

A aliança definitiva com o poder público se concretizou em 10 de fevereiro de 2005, quando foi criada pela Prefeitura de São Paulo a CADS (Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual<sup>21</sup>), uma das ramificações da Secretaria de Participação e Parceria da Prefeitura de São Paulo.

Stonewall, deixou marcas profundas e nos proveu de uma simbologia visual, mas os caminhos do movimento massivo que aqui, no Brasil, se produziu, distinguia a Parada Gay de São Paulo de qualquer outra. Ao invés de afirmar um grupo identitário coeso que toma a orientação sexual por condição de pertença, conduziu a um coletivo mais amplo e coligações mais poderosas que espelham o reconhecimento crescente de novas formas de articulação, que operam por meio da coalizão: a afinidade em vez da identidade (Haraway, 1985). Stonewall continua a ser memorável, um ícone histórico e mesmo constituir um plano de fundo para um campo simbólico quase sempre ligado à identidade gay. Mas a despeito da intransigência policial, que de diversas maneiras reprimiu a insistente ocupação de espaços públicos pelos homossexuais – James Green (2000) documentou muito dessa violência ao longo do século XX – o gay pride tropical se produziu e fortaleceu por meio da multidão. Por isso, a história da Parada Gay de São Paulo, está na direção contrária de reafirmar exclusivamente os poderes de uma política identitária de fronteira e coerente, revelando também as muitas conexões e alianças estabelecidas em nome do respeito à diversidade.

A diferença entre a própria estrutura do evento realizado em São Paulo e em outros países parece exemplificar isso. Não existem aqui as alas representativas de cada segmento do mundo gay, seguindo agrupados numa grande e organizada marcha., como

---

<sup>20</sup> <http://www.paradasp.org.br/historico.php>

<sup>21</sup> O objetivo dessa coordenadoria é desenvolver “ações sociais de inclusão e proteção à cidadania e contra a discriminação de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis e transexuais que vivem e convivem na cidade de São Paulo, defendendo os art. 5º da Constituição Federal e o 3º da Declaração Universal de Direitos Humanos, segundo os quais todos são iguais perante a lei e toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. A posse solene da primeira diretoria aconteceu na Câmara Municipal de São Paulo, onde se encontravam também deputados, vereadores e militantes de vários estados, e foi finalizado com um discurso proferido pela travesti Miriam Queiroz. [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/participacao\\_parceria/coordenadorias/cads/organizacao/index.php?p=934](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/participacao_parceria/coordenadorias/cads/organizacao/index.php?p=934)

acontece em Barcelona. Na enorme festa realizada nas ruas de São Paulo, o que se percebe é uma grande confusão, proposital, de categorias. Enquanto participante e organizadora da Parada LGBTI de Niterói, noto que parece haver certa procura dos participantes por algum trecho da parada coerente com seu estilo de vida (salientado pelos carros de boates, determinados estilos musicais); para outros, o trecho mais atrativo era a parte em que havia maior concentração de corpos ou tipos desejados; outros ainda, procuravam acompanhar os carros de tendência partidária, movidos por um sentido militante. Para outros, estar por perto do carro principal, é o que realmente valia a pena; ficar próximo dos amigos, ficar nas áreas menos conturbadas.

Como abordou Ronaldo Trindade em *O Mito da Multidão: uma breve história da Parada Gay de São Paulo*, “da maneira como vejo, nosso mito é a multidão”. Esse conceito pode nos levar a um panorama inteiramente novo e nos lança em um furacão de mudanças se processando continuamente. A Parada Gay de São Paulo se construiu como um movimento de massa, mas sua dimensão e capacidade de expansão ainda é um campo vasto e inóspito que precisa ser pesquisado, assim como as diversas Paradas LGBTI, Brasil afora, que beberam na fonte do CORSA, e de tantas outras referências que a Parada de São Paulo nos traz.

Surgiram outros sujeitos, novas alianças, novas siglas, novas gírias, novas possibilidades. As fronteiras foram demolidas. Ativistas LGBTI agora se associam a empresários, artistas, políticos e personalidades da moda e da noite. Empresários, artistas, políticos e personalidades da moda e da noite LGBTI se assumem e se posicionam, “botando a cara no sol” e “dando pinta” na rua, ao lado de milhares de sujeitos, nada unitários, mas unidos e diluídos naquela multidão.

### **2.3.1 A Parada Virtual de São Paulo**

Devido a pandemia da COVID19, todos os eventos e aglomerações foram proibidos na maior parte do Brasil, principalmente os de grande porte como as Paradas LGBTI. Com responsabilidade social, os organizadores da Parada LGBTI de SP “adiaram” indefinidamente a realização da Parada nas ruas e planejaram uma Parada virtual, a ser realizada através das redes sociais, com o intuito de não deixar a data passar em branco e marcar presença.

Para tal empreitada, a organização convidou diversas marcas parceiras e influenciadores digitais para promover e apresentar o evento. A proposta foi transmitir, no dia 14 de junho, ao vivo, oito horas de “festa”, alternando com palestras, discussões



e apresentações artísticas online. Além da programação virtual, a Avenida Paulista recebeu projeção de luz e os prédios de teatros e museus da capital foram decorados com a bandeira do arco-íris, símbolo do orgulho LGBTI. O tema da edição foi solidariedade, já que o objetivo era arrecadar doações para o projeto Rede Parada Pela Solidariedade, que apoia uma parcela da população LGBT em situação de vulnerabilidade.

Realizada pela ONG APOGLBT SP em parceria com a Dia Estúdio, contou com um time apresentadores de canais do *youtube*, e influenciadores digitais, cada um na sua casa celebrando o orgulho: Canal das Bee, Diva Depressão, Jean-Luca, Louie Ponto, Lorera Fox, Mandy Candy, Nátaly Neri e Spartakus, além das marcas Natura, Avon e BodyShop.

Mais de 30 mil pessoas acompanharam a transmissão online durante a tarde, com shows, apresentações e debates sobre preconceito, diversidade e racismo. Cantoras como Daniela Mercury, Liniker, Mulher Pepita e Gloria Groove também fizeram shows, além de outros artistas como a ex-spice girl Mel C e o cantor Ricky Martin que gravaram mensagens. O prefeito da cidade de São Paulo, Bruno Covas (PSDB), também participou com um vídeo gravado, no qual aparece agradecendo aos apoiadores da parada pelo movimento e "recebendo" os turistas na cidade, "ainda que virtualmente".

Apesar da presença de grandes nomes, inúmeros likes e visualizações, a Parada LGBTI foi alvo de críticas por parte do movimento LGBTI, apontando que os organizadores haviam esquecido a base do movimento, as dragqueens que abriram alas pras primeiras Paradas, anos atrás. Uma questão que nos chamou atenção foi que, apesar de intensamente patrocinada e em plena pandemia mundial, na qual muitas pessoas perderam seus empregos e muitos LGBTIs estavam impedidos de trabalhar e fazer show (dependendo do auxílio emergencial do governo), a organização não deu prioridade pros artistas da movimento, se tornando alvo de críticas do próprio movimento LGBTI nos comentários das plataformas que transmitiam a Parada.

Outro ponto que ficou gritante foi o recorte geracional da Parada Virtual. Dentro os convidados estiveram vários influenciadores da nova geração, mas artistas LGBTIs antigos ficaram de fora, como Silvetty Montilla e Kaká di Polly, nomes importantes da militância LGBTI de São Paulo que estiveram presente na primeira Parada do Orgulho da cidade há mais de 20 anos. Kaká di Polly foi a primeira a se manifestar sobre a falta de convite a ela e outras drags lendárias na *live*.

“Parabéns à Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (APOGLBT/SP), por não deixarem esse dia sem celebração, mas eu, assim como muitos artistas da noite, aqueles que estiveram desde a primeira parada

com poucas pessoas na Paulista, onde me joguei na rua para que a Parada pudesse prosseguir, quando era proibida pela polícia, se sentiram esquecidos, revoltados, desrespeitados e entristecidos com a ausência desses que, há anos, se dedicaram à Parada sem receber um tostão, apenas pela militância tanto apregoadá pela Associação. (...) O novo é sempre bem-vindo, mas a história jamais pode ser esquecida. (...) O pior de tudo é que, quem fez a história sempre fez por amor e pela causa, por militância e bem sabemos que todos foram pagos e patrocinados para estarem ali. Outra coisa, para que pedir dinheiro sendo que grandes patrocinadores injetaram grandes somas? Queremos saber onde foi parar esse dinheiro, que destino vai ter e o que vai ser feito dele. Sabemos que pelos patrocinadores a escolha foi feita pelos Youtubers e seus números de seguidores, mas cabia à Associação ter alguém para não deixar cair no esquecimento uma luta nossa de 23 anos. São 45 anos dando minha cara a tapa, Silvetty Montilla são 35 anos dando a cara dela a tapa. Lá, em pé naquele trio, durante anos. Cadê o convite de Silvetty Montilla? Aonde foi parar o convite? Aonde foi parar o nosso nome? Quem foi que lembrou de fazer uma homenagem para qualquer uma de nós?<sup>22</sup>

Silvetty Montilla fez o mesmo ao postar seu desabafo no Instagram. A dragqueen disse que não estava ali para “brigar” com nenhum dos influencers da *live*, pois reconhece a importância deles no cenário nacional, ainda pontuou que é importante dar espaço sim a pessoas novas do movimento LGBTQ+, mas que também é essencial que se lembre das figuras históricas que ajudaram a pavimentar o caminho para que artistas como Pablo Vittar e Gloria Groove pudessem existir e fazer sucesso, citando a ícone Miss Biá, que faleceu recentemente.

Não era sobre quem estava lá, mas, sim, sobre quem não estava e deveria estar. Em protesto contra o esquecimento, Salete Campari decidiu fazer uma Parada LGBTQ virtual paralela, através de uma vaquinha virtual, reunindo as drags mais antigas da cena noturna paulista, Thalia Bombinha, Paulette Pink, Divina Núbia, Dimmy Kieer, Lyza Bombom, Dany Colt e Márcia Pantera.

Para além da questão da representatividade geracional, muitas pessoas apontaram que os apresentadores investiram em frases e gírias “lacradoras” e que demonstravam pouco conhecimento sobre a história do movimento LGBTQ paulista e nacional. Isso pode indicar que, graças a uma maior visibilidade e muita luta, hoje em dia os adolescentes e jovens – em sua maioria e com um recorte de raça e classe bem marcados – conseguem assumir suas sexualidades e identidades mais cedo, no entanto, sem conhecer – ou reconhecer – a história e as pessoas que tornaram isso possível.

É importante conhecer a história do movimento a qual se faz parte, principalmente quando falamos de um país latino, colonizado e que passou por períodos ditatoriais, para entendermos que a democracia e as liberdades foram conquistadas e construídas com muito esforço, muita luta e muito sangue. Se hoje, lutamos para que

---

<sup>22</sup> Trecho retirado do site oficial de Kaká di Polly, em junho/2020

mais escolas e espaços recebam nossos jovens de saia, de barba, de mãos dadas com quem eles quiserem, é porque lá trás houve resistência, organização, combate a AIDS, e muita luta pela promoção de direitos civis. Se hoje, combatemos o avanço do ultraconservadorismo aliado a um fanatismo religioso, podemos nos apoiar, contar e aprender com aqueles que vieram antes, que estavam aqui antes. E lembrar sempre, que uma luta LGBTI, feminista e antirracista se alia a uma anticapitalista – já que o sistema econômico lucra com desigualdade social e manutenção da (atual) ordem social – e que o evento, a manifestação da Parada LGBTI não pode se tornar submissa ao capital, aos patrocinadores, aos likes e visualizações.

#### **2.4 A cabeleira do Zezé: a carnavalização da Parada LGBTI**

Na terceira Parada de São Paulo, fez-se notório um lado mais festivo, visibilizado na utilização de trios elétricos pelos chamados ‘amigos da parada’, ou parceiros como chamamos hoje em dia (em muitos casos empresários e organizações que financiavam os Trios); na atuação das travestis, dragqueens etc., durante o evento, as quais acabavam sendo quase que o único destaque das paradas nos meios de comunicação. Bem como a alegria vivida pelos homens e mulheres que lá estavam, contribuiu para que se pensasse que esse evento perdesse sua dimensão política, visto que, habitualmente, festa e política são postas em campos opostos e, até mesmo, contraditórios. A dimensão festiva da Parada faz com que ela seja aproximada, de certa forma, ao carnaval. Desta maneira, estamos de acordo com Moacir Lopes de Camargos (2004), quando ele diz que:

Se observarmos o contexto da Parada, pode-se notar como o caráter ritualístico do carnaval proporciona um direito de gozar de liberdade, de familiarizar-se, de quebrar regras habituais da vida cotidiana em sociedade e fazer ousadias de beijar o(a) namorado(a) em plena avenida, o que, na vida cotidiana é considerado imoral, obsceno. Também vale mascarar-se/fantasiar-se de todas as formas possíveis e imagináveis (desde atrizes famosas, personagens de desenho etc.) de todas as maneiras, mesmo que isso seja por um dia, que seja utopia de um mundo carnavalesco. O dia da Parada funciona como catarse para a purificação, para a renovação, o nascimento para o novo. Cada um pode se mostrar tão louco como queira, dançar eroticamente (corpos seminus) em plena rua, desfazer-se em risos, pois o denominador comum da característica carnavalesca – o tempo alegre – faz-se presente. Todos – gays, lésbicas, travestis, transgêneros – se mistura com a multidão, que os acompanha na rua e segue a celebração até a praça, onde termina a festa, com um show de um grande artista. (...) Tais elementos típicos do carnaval (trios elétricos, muitas cores etc.) são o apêlo principal para o gay se inserir no processo de carnavalização. E essa atmosfera está presente do início ao fim da Parada, ou seja, é um grande momento com cenas típicas do carnaval. Para enfatizar, ainda mais, o tom festivo do evento, a imprensa colabora e clica todos os momentos, sobretudo os personagens com disfarces mais hilariantes. Dessa maneira, ao dialogar com o gay para criar o seu discurso sobre a Parada, a imprensa o carnavaliza por meio de seu poder de difusão das informações.” (Camargos, 2004:3-4).

A carnavalização, visto por muitos de forma pejorativa, ganhou essa alcunha devido também a uma imagem cultivada pela mídia que faz com que as performances na Parada sejam vistas de modo estereotipado, despolitizado, caricato e esta ação da imprensa traz, muitas vezes, consequências sérias para o equilíbrio e a reciprocidade entre LGB e os Ts, pois – por incrível que pareça – há divergências internas sobre os “limites da alegria e da exposição”.

Pelo fato de travestis, transexuais, drags e outros virem fantasiados e serem o alvo preferencial da imprensa, que valoriza as fantasias ao invés do conteúdo político do evento e da performance em si, estes sujeitos acabam por ser responsabilizados pelo fato de os elementos políticos serem diluídos na imprensa e no imaginário popular, a tal ponto de praticamente desaparecerem. Entretanto, parece-nos que, se isto acontece, não é porque os Ts sejam os responsáveis, já que é o caminho mais fácil é culpabilizar a parcela T, mas sim, porque se trata de uma estratégia de desconstrução da legitimidade da luta por parte daqueles que detém o poder.

É proposital que a festa que a Parada representa seja um espaço de ruptura com o rigor da vida cotidiana, no controle social exercido pelos dominantes, tanto do espaço público quanto privado. Porém, essa ruptura traz consigo elementos políticos, de contestação, os quais ganham visibilidade e atuam como fator de regate da autoestima e possibilitam ação e participação ativa do exercício da cidadania, por parte daqueles e daquelas que, até então, estavam contidos e invisibilizados na marginalidade ou dentro dos “armários” sociais. Ao saírem do “armário”, já não se pode negar sua existência, mas se pode deslegitimar suas demandas, carnavalizando-as.

Ao se destacar o elemento festa, em detrimento do elemento político, ao se dissociar e mesmo opor festa e política, se está caindo em uma cilada, que só serve a quem detém o poder, e incorre no mesmo erro de despolitizar o carnaval. Carnavalizar a Parada, não tira sua legitimidade ou capacidade de ação política, pelo contrário, só reforça.

O carnaval, a festa cultural popular principalmente de cidades como Rio de Janeiro e Olinda, que se caracterizam por carnavais de rua e com forte apelo alegórico, folclórico e cultural, vai servir de enfoque nesse trabalho pois é o que tem mais elementos de aproximação – fantasias, consumo de bebidas alcoólicas, “fervo”, ocupação do espaço público, etc. Este sempre foi um ato político, de resistência, de ruptura a moral e bons costumes, espaço de encontro de capoeiristas, escravos, malandros e marginalizados da sociedade. Os blocos de rua caracterizam bem o paralelo que pretendemos traçar com as Paradas.

Os desfiles dos blocos de rua são marcados por ativismos diversos que se articulam, sobretudo, em torno do debate sobre a ocupação dos espaços públicos da cidade. Nesta comunhão – profana - entre festa e política reconhecemos o corpo como elo vital entre a experiência festiva e as práticas marcadas pela política. Para analisarmos estes movimentos ligados a festividade com perfis de engajamento político, compreendemos que a perspectiva do corpo é, em princípio, uma dimensão decisiva a ser analisada. E por isso é preciso entender de que forma a apresentação de diferentes corpos, modificados, expostos, desviantes da cis-normativa, diametralmente opostos as expectativas sociais, presentes na Parada LGBTI já são uma forma de engajamento político.

Em tempos de resistência frente a Estado com poucos projetos de políticas públicas, o carnaval está correlacionado a ideias de mudança e autenticidade. Para Bakhtin (1987) tais festividades em tempos não democráticos, assumem um papel importante frente a visibilidade necessária da população. Pois até mesmo, os sambanredo das Escolas de Samba, traziam a época, críticas sociais a cidade do Rio de Janeiro. Pois tal entendimento é necessário para analisarmos que o carnaval de rua possui um lugar de protagonismo frente as políticas públicas sociais.

“Em um contexto de endurecimento das práticas regulatórias metropolitanas, a nossa teoria é que os atores vivenciam nessas experiências musicais, de encontros desacelerados com o outro, a possibilidade de vivenciar “heterotopias”<sup>23</sup> potentes e cotidianas” (LEFEBVRE, 2001; FOUCAULT, 2013).

Sendo assim, o carnaval não oficial reivindica para si, todo tempo, a percepção de transgressão ao ocuparem os espaços públicos fundando lugares, fundando o que Cíntia Sanmartin Fernandes; Micael Maiolino Herschmann; Flávia Magalhães Barroso(2019)<sup>24</sup> conceituaram em Corpo, cidade e festa: as “performances do dissenso” no carnaval de rua carioca como sendo “territorialidades sônico-musicais temporárias”. Essas territorialidades têm um papel fundamental nos modos de ocupação dos espaços de cidades com forte marcas culturais e musicais como o Rio.

---

<sup>23</sup> A origem da ideia de heterotopia remete à concepção de espaço desenvolvida por Foucault, em especial aquela encontrada no texto “Des espaces autres”, de 1967, e no livro “Les Mots et les choses”, de 1966. O autor apresentava uma abordagem espacial que conferia uma interpretação plural da sociedade, levando em conta atores e fenômenos que anteriormente seriam descartados devido ao seu caráter marginal, inconstante e apolítico. É justamente nesse sentido que o autor opôs tempo e espaço, descrevendo lugares e espaços que funcionam em condições não hegemônicas.

<sup>24</sup> Cíntia Sanmartin Fernandes; Micael Maiolino Herschmann; Flávia Magalhães Barroso. Corpo, cidade e festa: as “performances do dissenso” no carnaval de rua carioca. p. 157-175

Na década de 1980, por exemplo, os blocos carnavalescos de rua que ocorriam no interior dos bairros voltam as ruas e ganham força como resistência cultural popular após o fim da ditadura. A vontade de liberdade foi a força propulsora para a reconstrução do carnaval de rua, de modo que a herança pós-ditadura foi determinante para que o movimento carnaval de rua se vinculasse aos movimentos culturais que lutavam pela independência de suas ações e negassem a intervenção do poder público (BARROS, 2013)

É através do corpo, pelo modo de estar, na dança, na fantasia e na performance que fica visível que as práticas destes grupos operam no dissenso em que a imprevisibilidade dos percursos conduz uma atitude mais “autônoma” dos corpos-coletivos urbanos. (Cíntia Sanmartin Fernandes; Micael Maiolino Herschmann; Flávia Magalhães Barroso. *Corpo, cidade e festa: as “performances do dissenso” no carnaval de rua carioca*. p. 157-175)

Como dito anteriormente, o carnaval não oficial convoca para si, a noção de transgressão. Foucault (1994) aborda os encontros coletivos através do conceito da catarse e aponta que nos processos catárticos podemos observar certo cancelamento – temporário - dos instrumentos de vigilância. O autor descreve muitas das cenas que presenciamos no campo: as leis suspensas, os interditos retirados, o frenesi do tempo que passa, os corpos se misturando sem respeito, os indivíduos que se desmascaram, que abandonam sua identidade estatutária e a figura sob o qual eram reconhecidas, deixando aparecer uma identidade completamente diferente (FOUCAULT, 1994, p. 43). A experiência de subversão do carnaval clandestino está, sem dúvida, imersa na vivência da catarse.

As atividades festivas de perfil transgressor que desafiam regras e subvertem a ordem, como é o caso do carnaval “não oficial” e das Paradas, promovem desvios do político em relação ao “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001), por onde a vivência destes engajamentos é inextinguível – como a experiência de ocupar um túnel em plena zona sul carioca cantando marchinhas e seguindo o estandarte do Bloco Boi Tolo. Ou seja, permanece de alguma forma na cidade e no cidadão, por conta da abertura de possibilidades de expressão do corpo no espaço público como um gesto de liberdade, um “gesto sem fim” (DIDI-HUBERMAN, 2017).

Então, assim como seguir o estandarte “abrindo alas”, quando a Parada sai às ruas de São Paulo, Madri, Toronto, Lisboa, Porto Alegre, ou ainda Niterói, em que os e as LGBTIs ousam mostrar-se, está em xeque a visão de uma sociedade única, fixa e normativa. Quando estes saem às ruas, verdadeiramente, as tomam para si, revelando o múltiplo: trajetórias, sexualidades, gêneros, performances, amores, corpos. Tomar a rua

em uma sociedade cis-heteronormativa é uma ruptura, é resistência, é existência e pertencimento compartilhado à cidade.

### **III Parada LGBTI de Niterói**

Esse terceiro capítulo se debruça a entender um pouco da historicidade da cidade de Niterói, que já foi capital do Estado Guanabara, e hoje desponta como uns dos municípios mais progressistas na questão legal de políticas públicas para a movimento LGBTI. Ainda que o avanço da extrema direita conservadora tenha achado terreno, Niterói e suas instituições LGBTI seguem como exemplos de resistência, com repercussão até nacional, e esse capítulo tentar percorrer a construção desse espaço e dessas instituições.

Para além disso, relacionaremos esse contexto histórico com a formação do movimento LGBTI niteroiense, a sua relação com a universidade, o surgimento dos grupos organizados, a relação dos editais e programas governamentais com ações ligadas diretamente à cidade, os seus tensionamentos e disputas, bem como a construção desses quinze anos de Parada LGBTI.

#### **3.1 Niterói: de Araribóia ao Trevo da Diversidade**

Ao pensarmos os espaços nos quais se dão as subjetividades intrínsecas aos processos sociais e políticos dos movimentos sociais, não podemos ignorar reflexões acerca da territorialidade desse contexto. “A dimensão territorial é parte constituidora tanto da organização de resistências quanto do fortalecimento das identidades regionais” (Haesbaert, 2002: 82).

Este trabalho delimita-se territorialmente ao município de Niterói, e, em razão disso, a questão da territorialidade passa a ser um ponto central na produção da subjetividade, compreendida a partir das diferentes formas de analisar, conceber, sentir e agir no mundo. Para Guattari,

o território envolve uma ‘ordem de subjetividade individual e coletiva’, a possibilidade de os grupos manifestarem articulações territoriais de resistência, em contraposição ao ‘espaço liso’ homogeneizante, imposto pela ordem social e política dominante. (Haesbaert, 2002: 13)

O espaço urbano não se estabelece em um campo passivo de conflitos sociais e locais estáticos para a construção dos processos decisórios e seus atores, mas também um agente participante da estrutura das relações sociais, das práticas de formação do movimento social e de enfrentamento a violência contra LGBTI’s, e da ação do poder

político. A cidade, nesse sentido, não pode ser entendida apenas como local geográfico, apesar da sua estrutura material e jurídica, mas também como espaço de movimentação que engloba as reproduções das relações sociais.

As cidades não são apenas reflexos do que se passa na sociedade. São bem mais que um mero cenário passivo, onde os conflitos, a cultura, se expressam. Os espaços urbanos não se limitam também a ser locais ou palcos da produção industrial, da troca de mercadorias, ou lugares onde os trabalhadores vivem. Eles são tudo isso e muito mais, são produtos: edifícios, viadutos, ruas, placas, postes, árvores, enfim, paisagem que é produzida e apropriada sob determinadas relações sociais. A cidade é objeto e também agente ativo das relações sociais. A dominação social se dá também através do espaço urbano, em especial a dominação ideológica, aquela que se oculta ao olhar do dominado. O poder político é exercido, em parte, por intermédio do espaço urbano, assim como a exploração econômica. Os espaços urbanos ou o ambiente construído, de um modo geral, não se constituem meros cenários para a sociedade, mas são parte dela. (MARICATO, 1997: 42)

Niterói é uma cidade com cerca de 513 mil habitantes<sup>25</sup>, situada à margem oriental da baía de Guanabara, no lado oposto ao Rio de Janeiro. Sua fundação e desenvolvimento acompanham a cidade vizinha, Rio de Janeiro, fornecendo-lhe inicialmente produtos agrícolas. A cidade de Niterói pode ser considerada pequena geograficamente, pela sua extensão territorial: 134.50 quilômetros quadrados, que são equivalentes a apenas 0,30% da área total do Estado do Rio de Janeiro. Mesmo assim, possuem características de metrópole.

O fato de Niterói já ter sido cidade capital provincial até o final do século XIX e posteriormente estadual (de 1903 até 1975) lhe dava uma responsabilidade, projetos de desenvolvimento e acima de tudo controle, pois ficava sob os olhos da corte, mas também significava um menor espaço para a sociedade civil se organizar e ganhar força. A proximidade com a metrópole resultou em muitos obstáculos à construção de sua identidade de cidade-capital. Somente com a interventoria de Ernani Amaral Peixoto - homenageado com tantas ruas em seu nome por todo o estado do Rio de Janeiro, e a principal via do centro de Niterói – Niterói consegue finalmente consolidar seu papel de centro político do estado. A intervenção teve o objetivo de “neutralizar os conflitos políticos internos”. Amaral Peixoto tem dois mandatos, e tamanha era a influência sob a cidade e gestões futuras, que ficou conhecida como a era “amaralelista”. Amaral Peixoto era genro de Getúlio Vargas, então, no período do Estado Novo, Niterói recebe um grande impacto urbanizador, ocupando o segundo lugar nacional em obras realizadas pelo poder público, que visava tornar-se um novo e grandioso centro urbano, e , na época, perdia apenas para a capital do país.

---

<sup>25</sup> IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2019



Em 1960, com a capital nacional sendo transferida para Brasília, a criação do Estado da Guanabara e a eleição de Roberto Silveira (PDT) deram esperanças sobre garantir o status de centro político fluminense. Niterói sempre desenvolveu, para as outras cidades vizinhas, uma importante função, seja por seu papel de capital do Estado do Rio de Janeiro até 1975, quando fazia a conexão do interior e das cidades circunvizinhas com a metrópole do Rio de Janeiro, seja pela efetividade de serviços que a torna pólo de referência até hoje para toda a região fluminense do Estado do Rio. O fluxo da população de Niterói para a cidade do Rio, das mais diversas formas – comércio, trabalho, entre outros –, se estabeleceu mais sistematicamente em 1835, com a inauguração da navegação a vapor, e se intensificou a partir de 1974, com a inauguração da Ponte Rio-Niterói.

Porém, em 1975 esse processo é revertido com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara, o que representou um duro golpe na autoestima dos niteroienses, que se viram ainda fortemente ameaçados pela perda de sua identidade. Contudo, o desenvolvimento urbano da metrópole faz com que a maior parte da população ativa se desloque diariamente para trabalhar no Rio, ao mesmo tempo que se inscreve na cidade<sup>26</sup> um novo modelo de expansão populacional.

Com a transferência da capital, órgãos e outros setores também migraram para o Rio de Janeiro, o que colocou Niterói em declínio, porém, abriu espaço para que outros campos, principalmente o da cultura e dos movimentos sociais ganhassem força.

Com o advento da ponte Rio-Niterói, facilitador dessa fusão, a cidade de Niterói tem um crescimento demográfico gigantesco, sofrendo com o êxodo carioca. Niterói acabou servindo de terreno para a expansão do mercado imobiliário do Rio de Janeiro, que até hoje influencia e interfere na conformação da cidade, através da pressão da especulação imobiliária. Se, a partir de um certo ponto de vista, os bairros litorâneos como como Icaraí, Jardim Icaraí e Ingá experimentam valorização imobiliária intensa, se tornando o metro quadrado mais caro da cidade, principalmente após a construção do MAC Museu de Arte Contemporânea, por outro a cidade se viu sem estrutura para receber aquela migração e conviver com outro modelo de sociedade e dinâmica municipal, aumentando a desigualdade social e gerando os bolsões de pobreza,

Contudo, consideramos que Niterói ainda mantém a mentalidade de província, seja na esfera política quanto estadual, trazendo aqui a ideia de província abordada por

---

<sup>26</sup> Martins & Knauss (1997:10) lembram que “a história das cidades evidencia um movimento incessante de significação variada dos espaços”. Por isso, Niterói é vista aqui, como um espaço “múltiplo”. Diversos projetos (sociais, políticos, econômicos, individuais, classistas ou culturais) surgem e são estudados demonstrando a multiplicidade de sujeitos e processos sociais”.

Margareth da Luz (2009): “A característica provinciana da cidade, (...) era, em outros, motivo de orgulho, pois se referia a uma sociedade onde os valores da família prevaleciam.”. Ou seja, um conceito de cidade como condomínio, com características bairristas (expressada até hoje no voto), satisfeita com pouca miscigenação, fluxo de pessoas, comércios pequenos, nomes de grandes famílias e valores morais de cultura e sociedade conservadores herdados do século XIX.

A elite de Niterói, que ainda carrega uma mentalidade escravocrata herdada da era das famílias donos de terras proprietárias do que hoje corresponde a cidade, tem uma visão negacionista dos problemas da cidade, associando sempre a pobreza ou decadência aos êxodos, seja do Rio ou – e principalmente – de São Gonçalo e Itaboraí, como nos aponta o historiador Nelson Ricardo da Costa e Silva (2019). Ou seja, como se problemas não nascessem com IPTU niteroiense, mas fossem importados, em especial, quando se fala da classe trabalhadora. Os anos 1990 foram muitos significativos para sua atual estruturação, em que a ilegalidade e a violência social, como nas demais cidades brasileiras, crescem nos bairros mais pobres, enquanto a população mais rica fecha-se “em guetos, multiplicados por serviços de segurança, muros e grades que garantem a homogeneidade e a segregação dos iguais” (Maricato, 1997: 42)

Nas últimas décadas, a ocupação se consolidou nas áreas de expansão natural. O processo de ocupação provocou uma elevação no custo das propriedades locais e dos terrenos ainda não edificadas. Conseqüentemente houve o remanejamento da população de menor renda anteriormente estabelecida, configurando uma nova estratificação sócio-espacial a partir da implantação e proliferação de dezenas de condomínios privativos, ocupados por famílias de mais alta renda. Os loteamentos implantados a partir da década de 50 são progressivamente ocupados e, paralelamente, inicia-se o processo de favelização, particularmente nas encostas, reservas florestais e em áreas invadidas de propriedades públicas e privadas, ou nas áreas remanescentes dos diversos loteamentos. (PMN, 1999:26)

Niterói é ainda uma cidade extremamente ligada a presença da Universidade Federal Fluminense. Usados por muitos como cidade-dormitório, alguns bairros sofrem bastante influência da rotina da universidade e dos estudantes. Isso impulsiona principalmente o meio cultural que é uma das características fortes da cidade.

A cidade, para além do MAC, possui uma grande variedade de museus e equipamentos de cultura. Já houve mais cinemas, mas deram lugar para outros tipos de empreendimentos através da pressão da especulação imobiliária, e da concessão de algumas gestões, como a de Jorge Roberto Silveira.

Apesar de ser o berço do Partido Comunista do Brasil (1922), berço da umbanda (1908), ter a marca da juventude universitária (1960), e ser um campo fértil para o debate e a construção da pauta da cultura, Niterói é extremamente conservadora, em sua

maioria católica<sup>27</sup> (ao contrário de outras cidades que tem demarcado o avanço do conservadorismo atrelado as religiões neopentecostais), além de elitizada e desigual (mesmo liderando rankings de qualidade de vida, em comparação a outros lugares do Estado do Rio de Janeiro).<sup>28</sup>

Uma cidade rica, uma cidade embranquecida, onde seus moradores, de certa forma, têm acesso a diversas políticas públicas que outras cidades não têm, como por exemplo: educação, saneamento, se comparado aos municípios vizinhos. A política pública em Niterói é bem aplicada, então, por a maioria dos seus cidadãos e cidadãs (a classe média e alta) conseguirem acessar essas políticas públicas, inclusive educacional, cultural, de promoção de cidadania, eles tem mais consciência dos seus direitos e sabem como cobrar, inclusive institucionalmente, politicamente do que eles discordam: as minorias políticas, as pessoas mais progressistas, os LGBTI'S, entre outros.

É uma cidade com um forte movimento social e também tem se mostrado cada vez mais conservadora e de extrema direita, através de suas representações políticas partidárias, pelos núcleos familiares do interior do estado que mantem a visão escravocrata da época de uma Niterói capital do Estado, aliado as alas conservadoras da Igreja Católica e das instituições neopentecostais. Desde as eleições de 2018, que a Praia de Icaraí se tornou palco dos desfiles das “passeatas” verde e amarelas. Niterói foi recordista na votação do atual presidente (2019-2022) e ainda elegeu diversos deputados apoiadores e aliados às pautas ultraconservadoras, que hoje fazem frente a todas as pautas progressistas e disputam os espaços da cidade, sua população e as políticas públicas. Costumamos dizer, nos movimentos sociais, que é uma cidade que tira seu preconceito do armário a cada momento, a cada oportunidade que ela tem. Obviamente, a cidade é um campo de disputa, uma mediação de forças, um cabo de guerra cotidiano, pois, ao mesmo tempo, Niterói conta, atualmente, com quadros fortíssimos nas esquerdas, com parlamentares como Talíria Perrone (PSOL), Leonardo Giordano (Pc do B), Flávio Serafini (PSOL), Veronica Lima (PT), Waldeck Carneiro (PT) entre outros que lutam pelas pautas progressistas, as pautas humanitárias e dão continuidade à luta. Sem contar com um movimento social orgânico e presente em diversos setores da sociedade, como o movimento LGBTI, muitas vezes representado (e atacado) na imagem do GDN.

---

<sup>27</sup> O número de católicos, 62%, é superior à soma dos praticantes de outras religiões. Dados: Estudos Socioeconômicos de Niterói, TCE RJ 2006.

<sup>28</sup> Dados retirados do Mapa da Desigualdade do Observatório Social do Brasil, 2016 – disponível em: <https://niteroi.osbrasil.org.br/mapa-da-desigualdade/> e do Mapa da Desigualdade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, da Casa Fluminense, 2020, disponível em: [https://www.casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2020/07/mapa-da-desigualdade-2020-final\\_compressed.pdf](https://www.casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2020/07/mapa-da-desigualdade-2020-final_compressed.pdf)

Ou seja, se há um LGBTI agredido, o movimento social tem se colocado junto para levar na delegacia, pra registrar, e realizar todos os processos institucionais. Se há briga por política pública, o movimento social e as demais instituições da sociedade civil tem se prontificado a debater, participando ativamente da maioria dos conselhos da cidade, de cultura, direito de igualdade racial, das mulheres, juventude, saúde.

Atualmente, o município se encontra em vigência do segundo mandato do prefeito Rodrigo Neves (PDT) (2017-2020), compõe uma gestão progressista que abre as portas para receber e dialogar com os movimentos sociais, conquistando importantes avanços nas pautas de direitos humanos, como o apoio através do veto da emenda do vereador Carlos Macedo sobre a discussão de gênero no plano municipal de educação (como veremos no subitem a seguir) ou ainda a consolidação do tripé da cidadania, que consiste na criação e implementação de três pilares: um conselho municipal LGBTI - criado em 2016 – um órgão do poder público, a CODIR (Coordenadoria de Defesa dos Direitos Difusos e Enfrentamento à Intolerância Religiosa), e por fim, um plano municipal, que ainda espera a assinatura do prefeito.

### **3.2 Formação e consolidação do movimento LGBTI em Niterói**

O movimento LGBTI sempre esteve presente na luta, e ao longo dos anos encontrou diversas formas de se organizar, resistir e sobreviver. Assim como diversos outros, no período da ditadura militar brasileira, passou a clandestinidade, pois eram caçados como subversivos pelo Estado, já que a perseguição a gays e lésbicas por regimes ditatoriais como o nazismo ou o fascismo, era uma prática usual. Após a redemocratização, buscou novas formas de organização, como vimos no primeiro capítulo

Niterói reunia diversos desses encontros clandestinos nas casas dos ativistas e é reconhecido como ponto de resistência. Assim como o Lampião da Esquina, três jornais de circulação local rodavam na cidade na década de 60 com o foco na movimento LGBTI: o Opinião, Os Felinos e O Mito, que foram dissolvidos com o enrijecimento do regime militar.

Na redemocratização, o movimento LGBTI, em busca de se reorganizar, dialoga com outros movimentos que tomavam força nesse novo contexto político. Grande parte do que era movimento LGBTI nesse período, que se chamava Movimento Homossexual Brasileiro, MHB, vem da luta sindical, no intuito de fazer a o trabalho dentro dos sindicatos e trazer a discussão de gênero e sexualidade para aquele espaço. Quando

encontram barreiras dentro do movimento sindical, fica claro a necessidade de um movimento unido, organizado e próprio da luta LGBTI.

O Brasil, pós ditadura, é um país que entra no neoliberalismo, inclusive, como uma forma de estado que terceiriza o estado e seu trabalho de ações sociais e efetivação de políticas públicas. Nesse mesmo período, a epidemia da AIDS avança, e a movimento LGBTI se vê responsável por tentar frear o crescimento do número de mortes por causa da doença, e se encontra em uma sinuca de bico: como lutar sem financiamento? Como ajudar sem estrutura? Como acolher? O que passa acontecer no movimento LGTI, principalmente, é que os sindicatos tinham uma forma de financiamento, então, no movimento do estado de terceirização do Estado, o movimento LGBTI encontra uma forma também de conseguir sobreviver.

Esse movimento de institucionalização dos movimentos sociais sempre foi um ponto de tensionamento entre os grupos e coletivos, pois alguns colocam como aparelhamento do Estado, outros argumentam sobre a limitação do poder de crítica e uns ainda deixam de considerar como instrumento da sociedade civil.

A AIDS traz a população LGBTI para agenda nacional de saúde. As ONGS LGBTI+ se multiplicam e se propõe a compensar o vazio deixado pela falta de políticas efetivas para a área.

Apesar dos anos 1990 terem sido marcados como a expansão e fortalecimento dos movimentos sociais, coletivos e grupos independentes, é a partir dos anos 2000, com o governo Lula, que esse debate ganha força. Com um maior diálogo entre governo federal e sociedade civil, a onda de institucionalizações, ou seja, o movimento de se tornar ONG dos coletivos cresceu, e setores exigiram a autocrítica dos movimentos e seus líderes, acusando de profissionalização da militância e o ingresso desta no chamado terceiro setor, como estratégia de obter recursos e subvenções estatais. Ainda assim, passaram a questionar a falsa impressão de “hegemonia” que esse tipo de direcionamento trazia.

Este processo era um grande palco de disputa, entre ações sérias e comprometidas com as questões vigentes e outras que serviam para absorção das verbas públicas para o setor privado sem a devida preocupação com as demandas trazidas pelo advento da AIDS. Uma das críticas endossadas pelos grupos da sociedade civil, é a de que se, por um lado, a ação de movimentos sociais é fundamental para que o Estado possa resolver satisfatoriamente questões como a da Aids – principal pauta do contexto político da época, e principal porta de entrada para discussão de pautas LGBTI - também é, por outro, do interesse do Estado controlar estas ações e forçar a

transformação de uma grande parcela dos movimentos sociais em ONGs. Esse foi o caminho adotado para que o Estado garantisse, por sua mão limitadora, sua presença no interior dos movimentos sociais.

É nesse período que os vários aspectos da solidão da população LGBTI+ tornam-se mais visíveis. Eram inúmeros gays, trans e travestis morrendo, enquanto esperava-se políticas públicas. É nesse momento também que se compreende a importância da representatividade e do reconhecimento no outro: ao chegar em um grupo LGBTI+ a pessoa descobre que não está sozinho, não está louco, e que há uma rede de apoio.

O que se pode lograr positivamente com a institucionalização é a construção de alianças mais sólidas com as esquerdas político-partidárias, que mantêm com a questão LGBTI uma relação bastante ambígua, e com os demais movimentos sociais. No âmbito da globalização, parece-nos que se abriram espaços políticos importantes para a construção de uma verdadeira solidariedade, uma via de mão dupla que nem sempre é respeitada, porém constrói espaços como os dos Fóruns Sociais Mundial, regional e local. Só foram possíveis pela construção dessas alianças e a superação de eventuais barreiras existentes entre estes e estas e que era resultado do controle social exercido sobre a consciência pelo preconceito e a discriminação.

No caso LGBTI, espaços como esses foram importantes para que tais preconceitos fossem superados, ao menos em parte, entre os demais movimentos sociais e para que estes recebessem daqueles, o apoio necessário à sua luta por direitos humanos.

Durantes as entrevistas realizadas para o presente trabalho, foi trazida essa questão, e apesar das divergências sobre métodos e estruturas das ONG's, a maioria concordou que o caminho da institucionalização permite que o movimento não pare, não trave por questões burocráticas ou até mesmo financeiras. Quando um coletivo cresce, ele demanda certa estrutura hierárquica para organizar atividades, atividades essas que, na maioria das vezes, demandam custos.

Um exemplo dessas atividades, uma da principal cobrança, ou melhor, objetivos de um coletivo LGBTI é ter capacidade de construir um centro de acolhimento, já que a evasão escolar e a expulsão de casa são questões recorrentes na movimento LGBTI, e isso demanda uma estrutura, não só de quem assina o papel se responsabilizando pelo projeto, mas um financiamento. Se pararmos pra pensar em todos os editais que ocorrem hoje em dia, desde o Ministério da Saúde que permitiu e financiou tantas Paradas LGBTI pelo Brasil, até os atuais editais para recebimento de cestas básica

durante a crise do COVID-19, é requerido que instituições se inscrevam, são necessários CNPJ's.

É cabível a crítica da burocratização da militância, porém não a profissionalização dela, já que, quando se luta por políticas públicas a capacitação dos sujeitos envolvidos permite que se consolide nossas ações por dentro do sistema. Um dos tópicos que se discute é que é preciso que a população LGBTI esteja viva, formada, empregada e com comida na mesa, para que ela possa se unir e lutar por uma modificação mais estrutural. A profissionalização da militância e a falsa ideia de criar uma hegemonia existe, e ela deve ser sempre parâmetro para autocrítica, para que possa manter a visão e os valores do grupo, para que não perca, dentro do próprio movimento, aquilo que é das nossas principais pautas dos movimentos: representatividade e diversidade. Quando um grupo se institucionaliza, não necessariamente, ele não visa falar por todos, mas sim ouvir a voz de todos que o procuram e são acolhidos por ele.

Essa rede de apoio se torna essencial quando a mídia vende a AIDS como o “câncer gay”, a imagem de “pessoas aidéticas” (como eram chamadas na época, com total objetivo de estigmatização) era a referência passada da “população gay” para quem crescia e vivia naquelas décadas. Não havia representatividade na política, na televisão, nas ruas, e as que havia no campo da cultura estavam marcadas pela AIDS. Se descobrir sua sexualidade e identidade já é um processo difícil e solitário, imagina em tempos que você associaria diretamente como uma sentença de morte?

A representação que a gente tinha das sexualidades discordantes mais visíveis sempre foram as travestis e profissionais do sexo. Ali na Rua da Conceição, perto da prefeitura velha, na galeria, ali era um ponto gigantesco, mais do que na Amaral Peixoto. Essa era visibilidade que existia. (Sério Aboud, Cidadania Gay – entrevista concedida em 20/04/2020)

O estigma de imoralidade e pecado difundido por religiões conservadoras era agora reforçado pelo de doença. E assim, criavam-se guetos e lugares (mas principalmente horários) nos quais LGBTI poderiam frequentar e expressar suas sexualidades consideradas dissonantes. Existiam guetos e boates em Niterói, mas a exposição em público não era aceitável, como andar de mãos dadas. Em Niterói durante anos existiu uma boate gay (sim, porque nesse período o G ainda tinha mais visibilidade e a estética dos lugares era marcada: com show de dragqueen, voz e violão) em funcionamento, não a mesma, fechava uma e abria outra. Mas sempre existiu esse lugar de encontro. Mesmo assim, a movimento LGBTI de Niterói tinha receio de sair pela

cidade, pois o medo de ser visto ou reconhecido era grande, e isso gerou um movimento de êxodo para o Rio de Janeiro.

No Rio, o grupo Arco-íris já fazia um trabalho muito importante pela luta LGBTI, calcando espaços na vida noturna da cidade e nas pautas legislativas. O grupo era referência no Brasil, mas principalmente no estado do Rio, pois era exemplo de organização LGBTI que tinha força e crescia. Niterói almejava essa posição, não só política, mas porque ter um lugar/grupo de referência tem um impacto transformador muito grande, porque na própria aceitação da sexualidade nós buscamos nossos pares. A nossa sexualidade é uma identidade também, e como Simone de Beauvoir diz “você não nasce mulher, torna-se”, as pessoas vão se tornando algo, e construindo o que é ser gay, lésbica, bi, trans, travesti...

Sérgio Aboud<sup>29</sup>, professor da Universidade Federal Fluminense aponta que a universidade tinha um pouco esse papel, era um lugar mais seguro e mais livre para o exercício da sexualidade e expressão, e que foi dentro da UFF que eles começou a fazer os contatos que o levariam a criar o Cidadania Gay, um dos grupos mais antigos de Niterói. Ele nos conta que a epidemia da AIDS influenciou muito como o movimento se organizou, todo um trabalho gigantesco de especializar a movimento LGBTI na prevenção da doença. Todo os grupos LGBTIs até 2010, mais ou menos, todos são muito voltados a distribuir camisinha, fazer prevenção.

Sérgio Aboud começou a frequentar o Grupo Pela Vida como voluntario, no início dos anos 90. O Grupo pela Vida foi fundado em 24 de maio de 1989, pelo escritor Herbert Daniel. Trata-se do primeiro grupo fundado no Brasil por pessoas vivendo com HIV e AIDS, seus amigos e familiares, com o objetivo de romper o isolamento e desconstruir do estigma relacionado à doença; e por fim, a defesa dos direitos e a garantia da dignidade dessas pessoas. Sérgio atuava como voluntário com prevenção entre os michês, na época ainda existia muito ali na Cinelândia, e participou em 1995 da organização do Encontro Nacional LGBTI, que preparava a 10ª ILGA (Encontro da Associação Internacional de Gays e Lésbicas),

Esses encontros começaram a ganhar proporção e chamar a atenção de candidatos, vereadores e deputados, uns pela repulsa outros pelo interesse de debater essa pauta e levar para suas plataformas de campanha. Em 1996, o Marcelo Freixo se

---

<sup>29</sup> Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (1989) e graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1996). Especialista em Educação e História do Brasil. Atualmente é professor efetivo quadro permanente da Universidade Federal Fluminense. Atua principalmente nos seguintes temas: educação, empoderamento, formação cultural, promoção à saúde, relações de gênero, diversidade sexual, direitos humanos e sexualidade.



candidata a primeira vez a vereador em Niterói pelo PT, e dentro do seu comitê, havia uma diretoria LGBTI. Foi a primeira campanha a discutir as questões LGBTI em Niterói. E através disso, Sergio Aboud e outros companheiros e companheiras terminaram por fundar um grupo: o Cidadania Gay.

Logo depois da campanha de Marcelo Freixo, eles perceberam que se tornando ONG, eles conseguiriam levar os projetos adiante. Inclusive teve um processo do Ministério da Justiça de incentivo de institucionalização, e houve um intenso movimento de institucionalização dos coletivos, o qual Sérgio faz uma crítica aos grupos que se aliaram a governos que não contribuíam com a pauta LGBTI.

Ela é polemica, porque a gente toma porrada, e precisa dar porrada no governamental, no institucional, como a gente bate em que nos alimenta? Na hora de levar porrada, a polícia não pede carteirinha de filiação (Sérgio Aboud)

O Cidadania Gay era, inicialmente, formado por Sergio Aboud, Cleise Campos, dois gays e um casal cis-hétero e suas primeiras ações foram levar avisos, demandas, começar a trabalhar com as travestis, saúde, cultura. Em 1997, o grupo começa a agregar pessoas oriundas da universidade, e esse movimento acabou direcionando para uma produção mais acadêmica. Foi nesse momento também que Sérgio se aproximou de outros setores professores como o de Serviço Social e Letras, e conjuntamente cadastraram o Cidadania Gay como projeto de extensão como forma de conseguir material, financiamento, visibilidade. E esses movimentos foram acontecendo, posteriormente, o Cidadania Gay foi incorporado pelo Grupo de Diversidade de Niterói.

Como referência dentro da universidade, o Cidadania Gay colaborou e apoiou com diversos projetos voltados pra movimento LGBTI em Niterói, dando bolsa para alunos gays, lésbicas, trans e travestis (mesmo que a presença desse dois últimos ainda fosse em menor número), inclusive ajudou na construção do Diversitas, coletivo de luta pela livre expressão da diversidade sexual e de gênero da UFF, formados por, em sua maioria, alunos, mas também contava com a participação de funcionários e professores. O Diversitas ganha espaço ao longo dos anos dentro da UFF e participa ativamente de algumas conquistas LGBTI na cidade, como o reconhecimento da Parada LGBT como uma manifestação de cultura e cidadania da movimento LGBT pela prefeitura, e a Criação do Conselho Municipal LGBTI: essa demanda histórica do movimento, realizada em 2015 junto com o Grupo Diversidade de Niterói (GDN), Cidadania Gay, Grupo Trans Diversidade de Niterói (GTN) e Grupo 7 Cores, além dos membros da sociedade civil.

Como dito anteriormente, o número de pessoas trans e travestis nas universidades ainda era pequeno, e isso se devia a diversos fatores, como expulsão de casa pelas famílias, evasão escolar, para além da questão do nome social. A primeira aluna a ter seu nome social reconhecido oficialmente foi a Rafaella Lira Soares que cursava Biblioteconomia e Documentação, que se encontrava quase jubilada (por não comparece às aulas devido ao desrespeito por ser chamada pelo seu nome de batismo) e por pressão do GDN, do Diversitas e do Cidadania Gay junto a um grupo de docentes, teve esse direito conquistado em 2012, após o tensionamento da greve ter colocado essa questão em pauta.

Como podemos observar, assim como o movimento LGBTI sempre dialogou com o campo da cultura, em Niterói vai também estabelecer um vínculo com a universidade, o movimento estudantil e os professores. Mas isso não significava que Niterói era um local seguro para um LGBTI. A gente tinha uma boate ali depois da Cantareira, a Volúpia, em que as dragqueens, as travestis, quando faziam o trajeto até o terminal, corriam – literalmente - pois corriam o risco de espancamento: pau, pedra, paralelepípedos, entre outros.

Mesmo com avanços conquistados a passos lentos e penosos, como a lei do então vereador Rodrigo Neves, em 2000, que punia estabelecimentos comerciais por discriminação a pessoas LGBT soou ainda a lei que garante direito previdenciário aos servidores homossexuais, dos vereadores André Diniz, Vitor Junior e Paulo Eduardo Gomes em 2006, Niterói se apresenta como uma cidade muito conservadora, muito religiosa, principalmente católica. O Fundamentalista religioso que a gente vê em outras regiões como se concentrando nos neopentecostais, aqui em Niterói tem essa diferença que a grande massa é católica, porém, têm um apego as tradições sem questionamento, como por exemplo: o Bloco das Piranhas. Bloco tradicional da cidade que acontece toda véspera de ano novo, onde homens se vestem de mulher e performam (de forma caricatural, promíscua e muitas vezes desrespeitosa) algum tipo de feminilidade e tem seus comportamentos perdoados pela sociedade.

Em 2003, Victor de Wolf<sup>30</sup>, oriundo do movimento estudantil e gay, quase foi agredido no Bloco das Piranhas, quando perceberam que sua performance afeminada não era ocasional, e que se tratava de um homem gay. Após o ocorrido, Victor de Wolf nos conta que percebeu que não tinha a quem recorrer, já que a delegacia não o respeitaria nem seria um local de acolhimento para o fato. Não havia grupos

---

<sup>30</sup> Produtor Cultural pela Universidade Federal Fluminense, atual Secretário de Cultura de Niterói.

organizados que fizessem essa coleta de dados, que desse acolhimento, que fizessem um encaminhamento jurídico ou psicológico. Foi quando, a partir de sua formação no movimento estudantil, ele resolve convidar um grupo de amigos - que incluía héteros e mães de LGBTI – para funda um grupo.

No mesmo ano, acontece o ERONG: Encontro Regional de ONGS em Búzios e esse grupo e amigos resolver participar. Nesse encontro, Claudio Nascimento<sup>31</sup>, Minc<sup>32</sup>, Rogéria<sup>33</sup> e outras figuras deram fazendo palestras, e o Grupo Arco-íris e outros grupos mais antigos, como o Cidadania Gay, fizeram formação política com quem estava começando. Segundo Victor, eles ensinaram realmente o “be-á-bá”, como faz o movimento, as ongs, processo das entidades, o que era ILGA, ABGLT, as Paradas, a importância de uma ata, como fazer um estatuto e etc. Desse encontro, surgiram vários novos coletivos por todo o Brasil, formados a partir dessa troca: o CaboFree, o Conexão G da Maré e o GDN. Victor de Wolf disse que o nome Grupo de Diversidade de Niterói surgiu no carro voltando do encontro, tamanha era a ansiedade de se organizar.

Em 24 de janeiro de 2004, fundava-se o Grupo de Diversidade de Niterói, com uma comissão eclética de membros fundadores, entre eles gays, lésbicas, mães e hetéros. Data essa que, em 2014, passa ser o Dia Municipal de luta contra homofobia.

A gente não entendia o que era movimento LGBTI, eram pessoas que nós conhecíamos do movimento estudantil. A gente fez militância secundarista, já tava na universidade, a gente tava fazendo o movimento universitário. Éramos do DCE da UFF, a gente tinha uma diretoria do DCE da UFF que era de “combate as opressões” que eu era diretor, a gente tentou fazer uma diretoria LGBTI, mas o movimento estudantil era contra, dizia que não precisava de uma diretoria específica. (Victor de Wolf, em entrevista concedida em 20/04/1992)

Victor afirma comenta que quem olha a comissão de membro fundadores pode estranhar a primeira vista, mas que ela é composta exatamente por quem estava presente, participou daquela construção e acreditou no projeto. Amigos do movimento estudantil, mães, outros LGBTI. Ao ser questionado sobre a questão do protagonismo nas causas, e se as pessoas perguntam sobre terem pessoas hétero na fundação do GDN, Victor respondeu:

Obvio que quem dirige o processo é um LGNTI, mas você precisa de uma rede próximo de você. Você não vai “curar” a LGBTIfobia das pessoas se você não convencer os héteros de que eles precisam se curar também. Você

---

<sup>31</sup> membro do Grupo Arco-Íris, superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do RJ (SEAS.DH).

<sup>32</sup> Deputado estadual pelo PSB/RJ

<sup>33</sup> atriz, cantora, maquiadora e transformista brasileira.

não vai aprovar lei se você tiver só um vereador ou vereadora na câmara, você precisa da maioria. São 21 vereadores em Niterói, a gente precisa de 12, 13 vereadores pra votar. Eu tenho 13 vereadores LGBT na câmara? Não tenho, imagina que a gente consegue colocar um lá dentro. Supremo tem isso? Congresso tem isso? Entoa você precisa ter aliados do nosso lado. Se você não consegue agregar pessoas a sua causa, você não consegue vitória, porque você pode até conseguir um avanço na legislação, mas você não consegue uma mudança comportamento social, estrutural. Por isso acho a cultura um viés importante na discussão do nosso segmento LGBTI. Nunca achei que ter hétero na Parada fosse um problema. Eu acho, particularmente, um erro a gente excluir segmentos, não contar com aliados. Mas quem dirige o processo deve ser a própria movimento. (Victor de Wolf, 20/04/2020)

Victor conta que, cursando Produção Cultural e acostumado a fazer ato no movimento estudantil, não precisou de muito para surgir a ideia de uma Parada LGBTI (na época ainda Parada Gay). Pelo grupo ainda ser recente e um evento desse porte demandar uma grande estrutura, seus companheiros tiveram receio do projeto, mas não desistiu da ideia. Com o apoio do Arco-íris e um trabalho voluntário dos fundadores do GDN e da movimento LGBTI que começa a frequentar e se aproximar, eles conseguem colocar na rua a I Parada LGBTI de Niterói.

A gente teve ajuda do grupo Arco Iris, o grupo arco íris foi muito parceiro, eles estavam muito bem estruturados na época, como um grande guarda-chuva mãe mesmo. Antes de se instaurar esse caos social que agora acomete a cidade do rio de janeiro, de fragmentação política que acabaram repercutindo nos movimentos sociais, mas o arco íris era a hegemonia do movimento l e era que a gente tinha de referência aqui em certa medida. (Victor de Wolf, 20/04/2020)

A expectativa para a primeira Parada era de 3 mil pessoas. O público total foi de 30 mil pessoas. O GDN percebe então que a população LGBTI precisava desses espaços, eles estavam ali, só precisavam se organizar. E foi construindo, sempre junto com o movimento social avanços importantes para a cidade.

No segundo ano da Parada LGBTI de Niterói, é fundando um outro grupo LGBTI: o Grupo 7 Cores. O grupo tem, em sua trajetória, uma característica geracional em sua composição, e se mostra atuante nas disputas por políticas públicas na cidade. Obviamente, como em todo movimento social, vem disputar espaço e militância com o GDN, mas sempre com a compreensão de contra quem é a real disputa: LGBTIfobia, machismo, sexismo, racismo e capitalismo. A partir da segunda edição da Parada LGBTI de Niterói, então, o grupo 7 Cores passar a ter um trio para desfilar com sua base.

Evidentemente, ao longo dos anos, foram surgindo outros grupos LGBTI, que atuavam de forma mais direcionada para alguns setores, mas que sempre trabalharam com união e parceria na construção do movimento LGBTI de Niterói.

Principalmente que os se originaram a partir do próprio GDN, que se colocou a fazer aquilo que o Arco-íris e o Cidadania Gay fizeram com eles: formação política e apoio, dando origem ao GTN Grupo Transdiversidade de Niterói e o coletivo Foca Nelas, coletivo de mulheres do GDN, que posteriormente se descolou da ONG e seguiu independente. Outro exemplo de grupos que surgiram mais recentemente é o Coletivo Lamparinas, o primeiro coletivo de alunos LGBT da centenária faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense; o Grupo Trans Vida, a COLE - Coletiva Feminista das Lésbicas e Bissexuais. Fora os parceiros de outras cidades do estado que acabam colaborando nessa construção, como o Casinha, ONG carioca de acolhimento e cultura LGBT+, o citado anteriormente Grupo Pela Vida, Centro de Referência LGBT de São Gonçalo e os parceiros oriundos de setoriais de partidos políticos e outros movimentos sociais: UJS (União da Juventude Socialista, a JPT (Juventude do PT), MNU- Fórum de Mulheres Negras de Niterói, Marcha Mundial das Mulheres e coletivo nacional ENEGRECER.

Hoje, ainda não podemos afirmar que Niterói é uma cidade *gay-friendly* ou seguro para uma LGBTI viver, pois enfrentamos de novo um crescimento do ultraconservadorismo, porém, podemos afirmar que Niterói desponta como progressista na pauta LGBTI e que possui um movimento forte, organizado, múltiplo e representativo, lutando.

Coisas que em outras cidades vizinhas a gente não vê, coisas que quando a gente vai nos congressos nacionais ou regionais de outros estados, as bichas sempre falam “você são do Rio, né?” E quando a gente fala que é de Niterói, “ah, tinha que ser de Niterói, vocês são muito afrontosas”, “você são muito abusadas”. Porque a gente dá pinta, a gente confraterniza, a gente é o que é sem força a barra, independente do lugar que a gente tá. Ser o que a gente é e respeitar e ser respeitado. (Felipe Carvalho, entrevista concedida em 11/03/2020)

### **3.2.1 Grupo de Diversidade de Niterói**

O GDN, é reconhecido desde 2014 como patrimônio imaterial da cidade pela Câmara de vereadores de Niterói. Isso só foi possível esse reconhecimento, porque a longo dos anos, não só é um dos principais responsáveis por colocar há 15 anos a Parada LGBTI na rua, mas por estar sempre na luta frear o conservadorismo, lutar contra a LGBTIfobia, desenvolver projetos pra movimento LGBTI e calcar conquistas nas políticas públicas e leis de proteção a movimento LGBTI.

Para se manter enquanto ONG, o GDN em seu início dependia da doação, que muitas vezes saía do bolso dos membros fundadores. Com o tempo foram ganhando

editais de financiamento, e participando de programas como o do governo do estado do Rio de Janeiro: Rio sem Homofobia, ou editais do Ministério da Saúde voltados para ações de prevenção.

Só foi possível esse reconhecimento, porque a longo dos anos, não só é um dos principais responsáveis por colocar há 15 anos a Parada LGBTI na rua, mas por estar sempre na luta frear o conservadorismo, lutar contra a LGBTIfobia, desenvolver projetos pra movimento LGBTI e calcar conquistas nas políticas públicas e leis de proteção a movimento LGBTI.

Por exemplo, a Criação do Plano Municipal de Cidadania LGBT, um compromisso do governo municipal com o movimento que está sendo realizado; diversas reuniões da construção do plano foram feitas e estamos aguardando a efetivação do mesmo.

Em 2012, o governo do estado do Rio, investe na Criação do Centro de Referência LGBT em Niterói, ao aperceber a capacidade de articulação do movimento social da cidade. Esse é um serviço essencial e que hoje demanda muita luta para que não seja fechado.

Em 2014, realizaram a Mostra de Arte e Cultura LGBT, através do Governo Federal (MINC) e a Fundação de Arte de Niterói (FAN), dando origem ao 1o ENAC - Encontro Nacional de Arte e Cultura LGBT, com o intuito de manter a mostra com caráter estadual, trazendo reconhecimento e fomentando as culturas das identidades. A Secretaria de Cultura cumpriu a demanda, tanto lançando editais sobre o tema, como incluindo essa ação nas diversas atividades da mesma. Além da criação da Sala da Diversidade e da realização do ENAC.

Outro ponto bastante significativo para dinâmica da gestão da cidade foi a criação de um órgão gestor da política pública: a CODIR - Coordenadoria de direitos difusos, criada dentro da Secretaria Executiva do Prefeito, com o intuito de efetivar as políticas públicas. Esse órgão seria responsável por organizar e oferecer formação continuada dos servidores municipais em Direitos Humanos, especialmente na área de Educação, Saúde e Segurança Pública, com o intuito de permitir que esses profissionais tenham capacidade de atender adequadamente a população LGBTI e suas especificidades. Incluindo o respeito e cumprimento do direito ao uso e Inclusão do nome social no serviço público municipal.

Ainda falando em formação, o GDN juntamente com o GTN criou o PreparaNEM, pré-vestibular social voltado para população LGBTI em situação de

vulnerabilidade, que já ajudou muitas travestis e pessoas transexuais a ingressarem na universidade pública, e que deu continuidade às atividades mesmo durante a pandemia.

E dentro dessa agenda de formação, mas mais direcionado para o campo da educação, o GDN tem assumido a função de cobrar que se cumpra a Lei da Semana da Diversidade, lei de autoria do Vereador Leonardo Giordano (Pc do B) que abrange diversos preconceitos e faz parte de um modelo de educação inclusivo, não discriminatório. A Secretaria de Educação vem cumprindo essa demanda.

Esse último ponto demanda atenção, pois ele gerará um dos momentos mais importantes de disputa do movimento LGBTI de Niterói. Mesmo a lei LEI Nº 2521, DE 26/12/2007, sobre a Semana da Diversidade tendo entrado em vigor em 2007, em 2016 realiza-se a Conferência Municipal de Educação em Niterói, na qual é votada – como de costume – o Plano Municipal de Educação que, posteriormente, será lido e validado na Câmara de Vereadores. Nesse Plano Municipal fica decidido, através de inúmeras reuniões, debates, alterações no texto entre a sociedade civil e instituições que há a importância de se debater gênero nas escolas, devido ao crescendo número de feminicídio e LGBTIfobia.

Ali atuou uma resistência organizada à promoção da abordagem de questões referentes a gênero e sexualidade no sistema de educação formal que logrou em uma emenda de autoria do vereador Carlos Macedo, que prevê no texto original a proibição de distribuir, utilizar, expor, apresentar, recomendar, indicar e divulgar livros, publicações, projetos, palestras, folders, cartazes, filmes, vídeos, faixas ou qualquer tipo de material, lúdico, didático ou paradidático, físico ou digital, que versem sobre o termo gênero, diversidade sexual e orientação sexual, nos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal do município de Niterói.

O então prefeito Rodrigo Neves veta a emenda e cria-se um verdadeiro duelo dentro da câmara de vereadores. A casa do povo se transforma em Coliseu, disputa entre conservadores religiosos e vereadores da extrema direita com sua base erguendo faixas com “Pela família”. “deixem nossas crianças em paz”, “kit gay” e berros, agressões verbais e do outro lado, educadores, movimento social e vereadores de centro-esquerda tentando fazer valer o acordado e votado PME.

Foram inúmeras audiências públicas nesse clima de guerra que conclamava o direito à família, contra a chamada – e inventada – “ideologia de gênero” e apoiados pelos grupos do Escola sem Partido, até que o veto do prefeito foi derrubado na câmara. Perdia-se uma batalha, porém não a guerra. Os movimentos sociais, e principalmente o movimento LGBTI tem gana de persistir. O GDN, junto com outras instituições como o

SINTUFF, ADUFF Sindicato dos Professores, entre outros, fazem pressão junto ao Ministério Público. Apenas dois anos depois, em uma ação judicial decorrente a partir de um pedido de suspensão protocolado em janeiro de 2017 pela vereadora e atual deputada federal no Rio de Janeiro, Talíria Petrone (PSOL), no Ministério Público do Estado do Rio, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio (TJRJ) concedeu liminar que suspende a proibição da discussão de temáticas de gênero, diversidade e orientação sexual nas escolas públicas e particulares de Niterói.

Isso demonstrou uma grande força e articulação política do movimento LGBTI em conjunto com os movimentos da educação e sindicatos, demarcando território nessa luta de frear os retrocessos. Como no processo que o Grupo Arco-íris, o CaboFree e o GDN moveram contra Bolsonaro em 2011 por declarações homofóbicas, que correu oito anos na justiça, entre idas e vindas de recursos, mas que acabou em 2019 obrigando-o a pagar uma indenização de R\$150 mil reais, que foram doados a casas de acolhimento a população LGBTI.

Ao mesmo tempo, elegemos na eleição seguinte Niterói elegeu Carlos Jordy (PSL) – que, mais tarde, se tornaria liderança nos movimentos de direita e ações dos campos ultraconservadores da cidade - e registrou recorde de votos na eleição de Jair Bolsonaro (sem partido), ou seja, é um cabo de guerra tensionamento o tempo todo. Como afirmou Simone de Beauvoir: “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.”, e isso serve também pros direitos conquistados pelos movimentos das causas chamadas identitárias.

Porém, é fundamental mostrar essa força e construir um campo político com e para o movimento LGBTI, pois isso permite que ações como o recolhimento e distribuição de cestas básicas a LGBTI em situação de vulnerabilidade na pandemia, tenham um alcance, confiança e um diálogo com diversos setores da sociedade. Nessa ação, o GDN já doou mais 500 cestas básicas que vem, além da doação financeira, de acordos com a prefeitura e diversas secretarias e instituições.

Além de, como frisou Felipe Carvalho<sup>34</sup> “dar o recado”: “nesse mundo de disputa que a gente vive, algumas vezes é preciso demonstrar força e dizer pra eles “opa, não vou bater naquele *viado* ali não, porque Niterói tem luta, se eu bater nele vai dar merda”,

---

<sup>34</sup> Presidente do GDN, graduando em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense.



Por fim, para consolidar o que vemos debatendo sobre demarcar território e trazendo a discussão anterior sobre se tornar referência, podemos apontar duas conquistas: o Trevo da Diversidade e o Ambulatório Trans.

Essa grande conquista foi resultado de uma articulação iniciada em 2015 em uma conferência de saúde, na qual foi colocada como pauta e aprovamos. Foi tratado com a secretaria de saúde Maria Célia, e então o vereador Leonardo Giordano fez uma indicação legislativa para uma emenda parlamentar do então deputado Wadih Damous, que culminou na implementação do primeiro ambulatório de caráter municipal de todo o estado do Rio de Janeiro, de saúde integral da população trans e travesti. Eloá Rodrigues, militante na presidência Conselho Municipal LGBTI, disse:

Niterói tem essa importância histórica em ter sido pioneira para acolher essa população dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) e está transformando a vida de muitas pessoas, com um retorno muito positivo. É importante desmistificar nossos corpos e cobrar uma maior humanidade com a nossa existência, já que sofremos tantas violências simbólicas e mesmo efetivas. Queremos oportunidades e que possamos ocupar todos os espaços e conviver em harmonia com toda sociedade (Eloá Rodrigues)

O ambulatório tem caráter municipal, mas devido a demanda e a ausência de outros espaços como esse, se tornou referência de atendimento a população T no Estado do Rio de Janeiro, recebendo pacientes da Baixada Fluminense, Região Serrana, Região dos Lagos, Leste Fluminense e demais adjacências. O ambulatório recebeu o nome em homenagem a João Nery, psicólogo e escritor brasileiro. Foi o primeiro homem trans a realizar a cirurgia de redesignação sexual no Brasil, em 1977, ativista pelos direitos LGBTI, falecido em 2018.

Por fim, em 2019, A Câmara de Vereadores de Niterói, projeto de autoria do vereador Leonardo Giordano, que batiza o trevo localizado na Rua Miguel de Frias, esquina com a Praia de Icaraí de “Trevo da Diversidade e Democracia”. Em sua proposta, Giordano lembrou que o local é ponto de encontro de partida de diversos eventos e manifestações na cidade, inclusive da Parada LGBTI. Paulo Eduardo Gomes (PSOL), fez um adendo e lembrou que aquele local também é utilizado para manifestações democráticas e sugeriu que o trevo chamasse “Trevo da Diversidade e Democracia”. Então, no metro quadrado mais caro de Niterói, na zona sul da cidade, existe hoje uma placa lembrando a todos que Niterói tem existência e resistência.

### 3.2 Parada LGBTI de Niterói: 15 ANOS

“A Parada é hoje o único movimento social organizado majoritariamente popular, negro e periférico” (Bruna Benevides<sup>35</sup>)

Bruna Benevides afirmou isso no Fórum da Diversidade de 2019, no qual as instituições interessadas em participar e colaborar na Parada LGBTI se reúnem para discutirem estrutura, tema, organização e tarefas. É possível compreender de onde vem essa perspectiva: a Parada LGBTI de Niterói é orgânica, ela é construída inteiramente pelo movimento social, cada vez mais recortado pelas questões de gênero, raça e classe e cada vez mais representativo.

Para Sérgio Aboud, a Parada é:

Para mim ela é, mundialmente, desde Harvey Milk, ou de Stone Wall, uma sensação. A espetacularização é importante, faz parte da nossa história de ocupação, de resistência. Não é pecado, não é crime, não é doença. A gente precisa lembrar disso diariamente, e as Paradas reafirmam isso anualmente (Sérgio Aboud, 20/04/2020)

As paradas foram marcos culturais de mudança paradigmática da movimento, notamos que, até pouco tempo atrás, países que ainda criminalizavam a sexualidade LGBTI, como na África do Sul, por exemplo, tem feitos paradas e tem conseguido usar esse instrumento como instrumento de luta. Como Cuba e vários outros países que também tem conseguido por esse caminho.

Quando o Arco-íris faz as Paradas lá no início, eles conseguem construir uma ideia no Brasil de você reproduzir, do ponto de vista cultural, o molde do Rio de Janeiro: pegar o Dj da boate gay famosa, pegar a dragqueen que faz show no final de semana, o gogoboy e colocar na Praia de Copacabana. Ou seja, pegam-se os elementos do gueto e transformam-nos em elementos da naturalidade da movimento LGBTI. Na verdade, o movimento LGBTI já tem essa prática de ressignificar palavras, símbolos, como fizeram com os termos “*bicha*”, “*viado*” ou ainda o símbolo do triângulo preto e triângulo invertido, como já foi apontado anteriormente.

Essa referência de você “desgaytizar” a Parada ajuda a tirar aqueles elementos e aqueles corpos que estavam escondidos nos inferninhos do Rio pro palco da visibilidade

---

<sup>35</sup> Vice-presidente do GDN, Secretária de Comunicação da ABGLT, Consultora de gênero e diversidade. Secretária de articulação política da associação nacional de travestis e transexuais (ANTRA), coordenadora do PreparaNem Niterói, pré-vestibular social para pessoas LGBTI+ em vulnerabilidade. Autora do dossiê da violência contra a população Trans brasileira e vencedora do prêmio FAZ DIFERENÇA do Jornal o Globo.

que é a Praia de Copacabana. O Arco-íris foi o primeiro a fazer isso, e a partir daí outros grupos fizeram no mesmo molde, estabelecendo esse padrão de Parada LGBTI. Esse método vai derivar, posteriormente, a crítica popular de que isso é carnavalizar, mas na verdade, só tiraram as pessoas que viviam nas boates e trouxeram pra rua, pra luz (não a luz na concepção iluminista) pra visibilidade, pra pessoas – sociedade - conseguirem enxergar esse movimento.

Como relatado anteriormente, a primeira Parada LGBTI de Niterói surge um ano após a fundação do GDN. Organizada exclusivamente pelo GDN, único grupo ativo na época, o grupo foi buscar apoio com os parceiros, trazendo a ideia do movimento estudantil de que tinha que ter uma manifestação pública, e seguindo os moldes do Arco-íris de tirar do gueto, através do cultural, e levar pra rua. E por isso que a Praia de Icaraí foi escolhida, local mais populoso, mais simbólico da cidade. Por que não na Amaral Peixoto? Porque isso seria não tirar do gueto, já que vimos anteriormente que o Centro da cidade era zona de prostituição, e bares *gay-friendly*.

Foi realizado o 1º Fórum da Diversidade, no DCE-UFF. A maioria dos movimentos sociais da cidade era contrária a realização da Parada, o então Prefeito Godofredo Pinto não autoriza o fechamento total da Praia de Icaraí, mas mesmo assim o GDN, junto com o Cidadania Gay, o CAPA, <sup>36</sup>o Grupo Arco-Iris, o DCE-UFF, o grêmio do Instituto Abel, entre outros, põem a Parada na rua.

Na primeira Parada, a única verba disponível veio do Arco-íris. O resto saiu do bolso dos militantes e voluntários: o panfleto era xerox, mandaram fazer camisas pra vender, iam nas festas LGBTI e vendiam bijuteria, caldinho de feijão, principalmente, porque tudo isso tinha que ser registrado em ata e etc. O ponto positivo era que dava visibilidade pro trabalho do GDN, porque eles distribuíam camisinhas com o panfleto do GDN nas boates e festas GLS do Rio e Niterói, e arrecadavam dinheiro pra pagar o básico: panfleto, cartaz, camisa e trio elétrico.

O trio elétrico o Arco-íris deu para o GDN com os banners, então o que era preciso a partir daquele ponto eram os voluntários. Os Djs que tocam são sempre voluntários, nenhum deles nunca cobrou pra tocar na parada, todo mundo que participa da montagem do trio é voluntario, que vende a camisa também é voluntario. E isso tudo não é contabilizado em dinheiro, mas tem um valor econômico, porque se é preciso pagar alguém pra montar o trio, esse serviço custaria um valor x. As xerox, Victor de Wolf conta que tirou onde trabalhava na época, que seria outro custo y. Então, a Parada

---

<sup>36</sup> O A Capa é um site que reúne notícias e informações focadas na temática GLBT.

tem um custo indireto e esse custo mostrava que o objetivo de ser um movimento de massa estava no caminho certo. O voluntariado mostrava que a construção em conjunto do movimento ia tomando forma.

Ninguém acreditou que daria certo, a prefeitura não quis fechar o trânsito, acreditando que ia dar apenas trezentas pessoas, as pessoas com quem se negociava camisetas e material diziam que “Niterói não é cidade disso e tudo mais.” Nenhuma dragqueen aceitou vir, exceto Eula Rochard, uma dragqueen muito conhecida na noite carioca. No ano seguinte, havia fila na porta do trio de dragqueens.

A gente botou nosso único trio, um carro pequenininho, eis que, na praia de Icaraí, a parada deu 3 mil de pessoas. O trânsito não havia sido fechado, então tinha um monte de viado, sapatão e travesti indo e ônibus vindo. Se tornou um caos na praia de Icaraí, a gente tem foto simbólica desse momento. (Felipe Carvalho)

O Arco-íris deu o trio, mas eram os voluntários que tinham que decorar, então GDN pediu ajuda financeira ao Cine Ideal, que a Eula Rochard era hostess de lá e apresentou o dono, Orlando Capalagunda, para Renato Marques, então presidente do GDN na época. Muitos anos depois, o Cine Ideal chegou a colocar um trio só deles na Parada, a boate Le Boy também na época.

Depois vieram os editais do Ministério da Saúde, até hoje associando LGBTI a AIDS, a doença. O edital proibia o pagamento dos trios, mas financiava toda a divulgação, desde que estivesse atrelado a prevenção. Por isso todos os materiais falavam sobre usar camisinha, fazer o teste, PEP<sup>37</sup> E PREP<sup>38</sup>, etc. Na época do governo de Sérgio Cabral, a gestão apoiava a questão LGBTI, então teve apoio do governo do estado, mas isso variava muito de governo para governo.

A ideia de que a Parada ia para além do fervero<sup>39</sup> - o que não é problema já que beijar na boca sendo LGBTI na rua é motivo de espancamento, então beijar na rua tem que acontecer – era com o intuito de passar a ideia da afetividade. Então, você precisaria ter a pessoa LGBTI ali, mas era importante criar uma rede com o pai, com a mãe, pra que quando ela voltasse dali ela não fosse violentada. Victor de Wolf e Felipe Carvalho relatam que já tiveram alguns casos, de pessoas que chegaram das Paradas e se

---

<sup>37</sup> Profilaxia Pós-Exposição – é o uso de medicamentos antiretrovirais por pessoas após terem tido um possível contato com o vírus HIV em situações como: violência sexual; relação sexual desprotegida (sem o uso de camisinha ou com rompimento da camisinha), acidente ocupacional (com instrumentos perfurocortantes ou em contato direto com material biológico).

<sup>38</sup> Profilaxia Pré-Exposição ao HIV – é o uso preventivo de medicamentos antes da exposição ao vírus do HIV, reduzindo a probabilidade da pessoa se infectar com vírus. A PrEP, deve ser utilizada se você acha que pode ter alto risco para adquirir o HIV

<sup>39</sup> Expressão utilizada no movimento para significar festa, flerte.

suicidaram. A pessoa volta da Parada, tem um problema com a família, não aguenta e acaba se matando, então é importante criar essa rede afetiva.

Então, logo no início quando se fundou o GDN, montaram um grupo de pais e mães, a mãe de Victor de Wolf, Neuzamir, é uma das fundadoras junto com a mãe de Renato Marques - primeiro presidente do GDN - junto com outras mães. A faixa do primeiro trio elétrico era “tenho orgulho do meu filho”, com o objetivo de incentivar mais famílias.

Como dito anteriormente, a partir da segunda Parada, o Grupo 7 Cores começa a participar, mas a gestão ainda recai majoritariamente sobre o GDN. Na terceira Parada, a organização conseguiu estruturar e organizar bem., conseguiu ganhar o edital do Ministério da Saúde. Na época era um edital para as Paradas LGBTI, um projeto no qual financiava-se material gráfico, palestras, viagem de palestrantes para prevenção do HIV/AIDS/DST's.

O GDN só conseguiu esse edital, porque fizeram uma vaquinha pra mandar Renato Marques pra Brasília, pra andar pelos corredores, fazer contato e se informar, pois eles sempre se inscreviam e não eram contemplados. Com as orientações certas, eles se inscreveram novamente e nesse ano foram selecionados. E concorreram e ganharam esse mesmo edital até a 9ª, quando o edital foi extinto

O edital disponibilizava trinta mil reais pra fazer flyer, tela ortofônicas, banner, anúncios, organizar palestras, distribuição de preservativos. O edital foi extinto no apagar das luzes do segundo mandato do governo Dilma. Importante demarcar que esse dinheiro nunca foi pra ONGS ficarem ricas, nunca foi pra pagar trio elétrico ou show. Esse dinheiro pagava material de informação gráfico e material de prevenção e informação sobre HIV/AIDS, com prestação de contas.

O GDN recebeu esse dinheiro por uma década, e vale ressaltar, que nesse período fizeram vários projetos e palestras de prevenção, junto com o Grupo Pela vida, e conseguiram diminuir a taxa de infecção na cidade.

A única regra que o grupo impôs era, e se mantém assim até hoje, de não colocar trios de movimentos políticos, especificamente políticos ou partidários, como por exemplo “setorial LGBTI do PT”, Juventude do PSOL (apesar de todos serem bem vindos para construir a Parada como voluntários e parceiros) e só de movimentos sociais que tenham pelo menos dois anos de atuação, para que não haja grupos e coletivos surgindo do nada pra reclamar o direito a um trio na Parada e fazer disso um trampolim político, devido à grande proporção e visibilidade. No entanto, tiveram trio

de boates, de outros movimentos, como feminista, movimento dos URSOS, bares presentes nas Paradas ao longo dos anos.

Quanto a logística dos trios, a quantidade varia de ano para ano de acordo com os parceiros e movimentos que trabalhavam conjuntamente. Os dois trios obrigatórios são os dois primeiros, referentes ao GDN e ao 7 CORES, respectivamente. Atualmente, o assunto trio se tornou um espaço para o debate da pauta sobre representatividade, por exemplo: após a fundação do GTN, foi requisitado que o movimento T tivesse um trio; quando o grupo Foca Nelas se forma, requisitam também um carro para as mulheres lésbicas e bissexuais. No ano de 2019, saíram cinco trios: GDN, 7CORES, COLE, FOCA NELAS e GTN, foi o recorde de carros na rua e um desafio para a gestão junto a NITRANS, já que a Praia de Icaraí comparada a Copacabana, é menor em extensão. Essa questão vem tensionando o movimento, pois obriga a reconhecer privilégios, e traz à tona outras questões como a transfobia de algumas companheiras ao discutir “quem sobe no trio das mulheres”. Sem contar com o tensionamento velado entre os próprios coletivos que disputam espaço, financiamento, voluntários e visibilidade.

Sobre as falas nos trios, não são cerceadas quaisquer falas de nenhum coletivo ou até parlamentar, desde que estes sejam progressistas e apoiadores. Os grupos organizadores chegaram a um consenso de não dar visibilidade pra fundamentalista conservador ou direita, que durante o ano atrapalha a luta e tira os direitos da movimento LGBTI, mas na hora do espetáculo quer usar o palco da Parada.

Se você é viado, mas se você é do PSL, você não vai falar na nossa Parada, querido, porque você tá do lado errado da luta, vem fazer formação política. Porque, por exemplo, não adianta você ser do governo Crivella e empregar 25 LGBTI's e seu prefeito bispo e sua gestão amolarem a faca que mata 500 LGBTI's. Você tá enxugando gelo, tá passando pano pra partido fascista, fundamentalista, ultra conservador (Felipe Carvalho)

Depois que o programa Rio sem homofobia encerrou, foi necessário buscar outras formas de financiamento. Diferentemente de outras, a Parada LGBTI de Niterói tem acordo entre os coletivos organizadores de não aceitar patrocínio de empresas privadas (aplicativos de entrega, de transporte, empresas do setor da beleza, dentre outros), porque acredita que esse direcionamento pode vir a tirar a autonomia da organização, tendo em vista os contratos oferecidos por tais negociantes todos os anos. A organização da Parada LGBTI de Niterói tem uma grande preocupação de manter a característica orgânica da Parada, e, em especial, de valorizar os artistas da cidade. Crítica que foi feita a Parada Virtual de São Paulo esse ano (2020), como vimos anteriormente, sobre o “esquecimento” das dragqueens mais antigas, da “galera das ruas”, como foi visto em muitos comentários nas redes sociais.

“Soltaram a mão dos que realmente merecem ser enaltecidos por anos de dedicação e trabalho”

“Escuta as vozes que por tantos anos levaram a Parada nas costas”

“Live da Parada se tornou mais um programa Multishow, as cores do arco-íris deram lugar as cores do dinheiro apenas”

“O debate político é ótimo, mas quem começou não estava lá”, finalizou Eula Rochard, a primeira dragqueen a participar da Parada LGBTI de Niterói.

Diante dessa configuração sobre financiamento, foi necessário buscar um diálogo com a esfera governamental, no caso, a municipal. Como já foi dito aqui, o movimento LGBTI de Niterói calçou espaço e foi avanço no diálogo com as gestões da prefeitura. Principalmente na figura do GDN, logrou confiança da esfera pública, respeitando e honrando os compromissos, como por exemplo: o horário de encerramento do som dos trios, em respeito aos moradores, ou encurtar o trajeto da Parada pra não encontrar com a Igreja de São Judas Tadeu, igreja católica tradicional da cidade.

A Parada LGBTI é uma manifestação pública, ou seja, impossibilitada ser impedida por ser direito garantido pela Constituição, que segundo esta só é necessário comunicar ao órgão público que você vai se manifestar em tal hora e local, para a cidade se organizar. Inclusive, há um fato narrado por Felipe Carvalho sobre a 8ª Parada, no qual um bombeiro tentou embargar um dia antes, de maneira arbitrária. A Parada conseguiu permissão no juiz de plantão, de sábado pra domingo na véspera da data. Um ano depois, esse comandante do bombeiro de Niterói sofreu sanções administrativas, porque foi comprovado que sua atitude foi abusiva e motivada por questões eleitoreiras.

Por essa razão, e pela confiança conquistada citada anteriormente, recentemente, a Parada recebe financiamento da estrutura: banheiro químico, grade, posto médico. A prefeitura de Niterói financia a estrutura.

A prefeitura está financiando viadagem? Não, a prefeitura está financiando uma manifestação, um movimento legítimo, e ela entende que se a manifestação vai rolar, é melhor ter uma estrutura pra que transcorra da melhor maneira possível. Niterói é uma cidade com uma estrutura financeira muito bem organizada, royalties de petróleo, ela consegue estruturar os movimentos que acontecem dentro da cidade, e são movimentos que geram renda da cidade. É um movimento que acaba trazendo gente pra cidade, gente de todo o leste fluminense e da capital, região dos lados, região serrana. Isso não é uma dicotomia, não é desproporcional. (Felipe Carvalho)

Em 2019, a organização fez uma parceria inédita: fez pontos de redução de danos. Consciente de que as pessoas ingerem grande quantidade de bebidas alcoólicas

nas Paradas, se alimentam mal, e ficam expostas ao sol quente, a ideia foi colocar pontos de distribuição gratuita de água. Foram em torno de dez mil copinhos de água. E surtiu efeito, pois reduziu muito as entradas no posto de saúde por conta de coma alcoólico e derivados.

A Parada, para além dessa construção orgânica, tem uma organização institucional. A cidade de Niterói tem uma coordenadoria LGBTI que é a CODIR - Coordenadoria de Defesa dos Direitos Difusos e Enfrentamento à Intolerância Religiosa, que faz a intermediação entre o governo e outros setores. Como já dito, ao longo dos anos, por uma excelência na organização comprovada, alguns setores passaram a confiar mais, e essas reuniões foram diminuindo.

Hoje, é feita apenas uma reunião pré-Parada, pra entrega do ofício (a Parada é oficiada junto a prefeitura) para comunicar data, horário (que são escolhidos pelo movimento social), demanda de banheiro, posto, policiamento, dinâmica do trio, dispersão, etc.

Nessa 15ª edição conseguimos que todos obedecessem ao horário estipulado, porque é muito caro pro GDN, porque o movimento social é um movimento político, não de politicagem e politiqueiro, mas político, mas porque articula políticas públicas. Então, não há essa dicotomia de movimento social não ser político, mas muitas vezes são a bengala do poder público que não tem ainda a política pública. Então, o movimento social faz essa política pública na prática, até que essa prática seja reverberada e institucionalizada em política pública real. (Felipe Carvalho)

A parada tem relação direta com vários setores da cidade. O GDN construiu uma ótima relação com a NITTRANS, para o fechamento das ruas, chegada e saída dos trios. A CLEAN vem fazendo a limpeza logo atrás do último carro, a Sec. de Saúde tem o posto médico pra atendimento, e a ordem pública vem cada ano melhorando. A relação com a Polícia Militar ainda é um pouco tensionada, com pontos a melhorar. Todo ano há um movimento de conversar e fazer com que não haja um paredão de PM's, mas que eles colaborem com a organização da Parada. Sendo assim, pode-se dizer que, institucionalmente, esses são os envolvidos nesse mega evento: NITTRANS, Secretaria de saúde, CLEAN, secretaria executiva da prefeitura, e a FAN (Fundação de Arte de Niterói), que faz toda a articulação.

O prefeito Rodrigo Neves em seu primeiro mandato foi a Parada LGBTI de Niterói. É o único prefeito da história da cidade a comparecer, subir no trio e fazer fala. Isso se mostra simbólico pra o movimento, demonstra o entendimento da importância da pauta.

Ao mesmo tempo em que a organização da Parada dialoga diretamente com muitos vínculos institucionais, ela mantém sua perspectiva ativista: ela é um ato, um



protesto, uma manifestação pública. Isso fica muito claro não só quando vemos toda aquela corporeidade LGBTI nas ruas, mas também na própria estrutura da Parada: todo ano o tema da Parada é escolhido no Fórum da Diversidade e ele é relacionado ao contexto político vigente. Exemplo, o tema de 2019, ano comemorativo de 15 anos da Parada LGBTI e primeiro ano sob o governo de Jair Bolsonaro foi “Diversidade acima de tudo, democracia acima de todos!”, fazendo um trocadilho com os dizeres infames do não-presidente.

A Parada, atualmente, tem representado uma das maiores manifestações públicas progressistas, antifascistas, anti todos os preconceitos para além da LGBTIfobia, que mais coloca gente nas ruas. Porque a parada de São Paulo que é a maior do mundo, reúne mais gente do que as passeatas a favor da democracia, educação, por exemplo.

A parada de Niterói consegue colocar mais gente na rua protestando, claro, de uma maneira muito peculiar, porque o movimento LGBTI se organiza de outra forma, de maneiras menos quadradas, uma metodologia diferente. Isso não quer dizer que não é organização, porque a gente tá protestando a gente ali colocando nossas demandas, é no momento da Parada que a gente conta nossas vitórias, conta nossas derrotas, levantamos nossas bandeiras de lutas, honramos as pessoas que morreram vítimas do preconceito, assassinadas (Felipe Carvalho)

A Parada é o não das ruas para tudo esse contexto social e político que o Brasil enfrenta. A Parada é um ponto de visibilidade, um ponto de resistência e um ponto de manifestação que mais coloca gente nas ruas. Por isso que é tão importante, pois no contexto atual, se faz necessário se auto-organizar, e os movimentos precisam se organizar cada vez mais. E colocar essa auto-organização de maneira tão contundente na cidade todos os anos, mostra o quão forte o movimento LGBTI é organizado, na figura do GDN que foi quem fundou, criou e organizou desde a primeira parada e organiza até hoje.

A Parada é o momento simbólico da visibilidade do movimento LGBTI. Talvez, sem ela, Niterói não teria os avanços que tem, lei, coordenadoria. A guarda municipal tem no seu currículo Direitos humanos, isso foi conquista que surgiu da demanda do preparo para eles trabalharem nas Paradas. Se hoje os colégios públicos de Niterói têm uma semana da Diversidade, uma lei aprovada, são frutos da Parada LGBTI de Niterói.

O objetivo, a contribuição da Parada é dar a Niterói uma cidade melhor para as pessoas viverem. Para o movimento LGBTI, só é possível viver em uma cidade boa quando há liberdade e não violência, e liberdade passa por respeito e convivência.

É perceptível que em outras cidades que não tem parada LGBTI, é muito mais difícil votar pautas LGBTI. Se hoje temos Doralyce e Bia Ferreira, Rita Von Hutty, Liniker, professoras universitárias como Dani Balbi e Jaqueline Gomes de Jesus, é

porque as Paradas mexeram nas estruturas e mudaram a sociedade em algum nível, tem ainda a mídia que comprou essa produção, e o comércio (só ver a parada de São Paulo com milhares de propostas de patrocínio), mas tudo isso está junto de um contexto. Se não tivesse a parada, não teria isso.

Gosto de dizer que a Parada é movimento que bate a massa pro bolo crescer. A parada traz um enraizamento da discussão LGBTI que permite que hoje a gente veja a Pablo Vitar no topo das paradas musicais, Jean Wyllys eleito. (Victor de Wolf)

Porém, é importante ressaltar, como apontado por Bruna Benevides, que apesar da Parada ser tão representativa, ela não pode se tornar o foco do movimento social, é preciso fazer trabalho de base e com a base, ao longo do ano todo. É também fazer autocrítica enquanto movimento social, enquanto ONG representativa, enquanto organização e evento. Exatamente por ser movimento social de uma cidade, é necessário perceber os recortes sociais que perpassam a população niteroiense e se evidenciam na Parada LGBTI, como os recortes interseccionais que viemos trabalhando ao longo do texto: raça, classe, geração.

Retomando a fala de Bruna Benevides que abre esse subitem: “A Parada é hoje o único movimento social organizado majoritariamente popular, negro e periférico”. Ainda assim, um sintoma nacional das Paradas e do movimento LGBTI é a centralização da imagem no homem gay, nas pessoas cisgêneras e brancas, que evidenciam problemas estéticos, mas também políticos.

É preciso que haja ações para que se equipare em gênero, raça, e classe o público, quem está na pista e quem está em cima dos trios, entre a grande maioria da população LGBTI e quem aparece nas novelas. e isso tem que partir principalmente de dentro do movimento, entendendo que a luta anti-LGBTIfobia deve estar aliada à luta antirracista, feminista e de classes. Pois é como aponta a dragqueen Rita VonHuty, representada pelo Professor Guilherme Terreri Lima Pereira, formado em Artes Cênicas e Letras pela USP: não há porque separar ou hierarquizar essas lutas, principalmente em países como o Brasil (em desenvolvimento, latino, colonizado), pois quando falamos de classe trabalhadora aqui, falamos – em sua maioria – de mulheres, negras e periféricas. Então, devemos entender que essas lutas se entrelaçam da mesma maneira que as opressões combatidas por elas se somam em um indivíduo. E luta delas também deve se somar.

Ao longo deste trabalho, nos dedicamos a demonstrar como a Parada é um palco de disputas e reivindicações, mas que não se pode resumir em um único, dia, ela é e

deve ser o resultado de uma luta diária, durante todo o ano. Principalmente nas cidades que recebem patrocínios privados, é preciso ter cuidado para que a Parada não se torne um investimento e palco de visibilidades de empresas que uma vez ao ano se lembram da movimento LBGTI. A Parada é fruto de um movimento social construído a várias mãos, todos os dias

## **Considerações Finais**

Para entendermos a herança e a fagulha que reascendeu o movimento social na redemocratização, foi preciso revisitar a história contemporânea do movimento LGBTI desde Stonewall e para além dele., tentando sempre descolonizar e corrigir o apagamento epistemológico que observamos quando a história é contada.

Analisamos também a importância do movimento feminista e do movimento de mulheres dentro do movimento LGBTI, entendendo o protagonismo e os recortes de gênero que se evidenciam nas questões de mulheres lésbicas, bissexuais, trans e travestis.

Conhecemos brevemente a construção da maior Parada LGBTI do mundo: São Paulo, e as influências que esta trouxe para as demais ao redor do Brasil. Questionamos pontos importantes nessa trajetória como financiamento, dinâmica, representatividade e de que forma tudo isso se mostra na rua, no desfile.

Por falar em desfile, tentamos dissolver a associação negativa sobre carnavalizar a Parada, mostrando a face política do carnaval, em especial o carnaval de rua, e de que forma essas duas manifestações públicas e culturais se aproximam na reivindicação de um outro modelo de sociedade através da ocupação das ruas, questionando toda uma engenharia social, que é estrutural e estruturante para manter esses corpos sob uma dominação de gênero, sobre o processo de hierarquização, sob o processo de perpetuação das vulnerabilidades.

Por fim, analisamos o contexto geopolítico de Niterói, que abre espaço para a consolidação e crescimento dos movimentos sociais, e, aliado ao campo da cultura, ao desenvolvimento de um movimento LGBTI forte, orgânico e organizado.

Os Movimentos sociais como movimento da memória, ou melhor, da reconstrução da memória política e coletiva das minorias é a chave para que tais ruídos se tornem espaços políticos e que os desejos de igualdade, equidade e reciprocidade se tornem materiais e transformem a sociedade. É na participação enquanto sociedade civil, é dentro do movimento social conhecendo parceiros de lutas e conhecendo outras histórias e vivências, é nas relações sociais que vamos nos construir enquanto sujeitos sociais.

É se tornar alguém que faz parte desse processo de mudança, acompanhando a transformação da cidade a partir da inserção política, das ações em prol da população LGBTI, das lutas que os movimentos sintetizam a partir da demanda da população para ver como a sociedade niteroiense, de alguma forma, passa a conviver politicamente com esses corpos LGBTI's, que antes não faziam parte da estrutura, da rotina diurna da cidade.

Então, a partir desse ponto e das entrevistas, tentamos compreender o que era ser LGBTI antes das organizações, como as pessoas se organizaram e o que mudou na vida delas. Essa mudança na cidade, fica expressa nas falas dos entrevistados, e também, como Felipe Carvalho nos conta, nas falas de pessoas de outros municípios, que (hoje) tem Niterói como referência de vanguarda na luta de direito humanos, mas em especial na pauta LGBTI.

Fica claro para nós que ser LGBTI em Niterói se mostra, antes de mais nada, como um resgate da história de luta dos movimentos que iniciaram no passado, mas que hoje se materializa no cotidiano das pessoas, com as conquistas que a cidade tem tido. Seja através das coordenadorias, seja através da ocupação dos espaços de participação social, do Conselho Municipal LGBTI, ou nos diversos assentos ocupados por militantes do movimento LGBTI nos diversos conselhos, saúde, cultura, etc. Então, ser LGBTI em Niterói se demonstra, atualmente, em vivenciar uma cidade que, de certa forma é um espelho para o restante da movimento LGBTI e isso a nível municipal, regional e nacional.

Não dava para a gente andar de ônibus, não dava para frequentar a praça da Cantareira, não dava para gente circular pela cidade em determinados espaços. As pessoas eram expulsas de locais de show, de eventos ou proibidas de entrar. Travestis ou mulheres trans acabavam sendo empurradas para guetos... E os guetos surgem disso, né? Dessa não possibilidade da gente estar participando desses locais. Então era um processo muito difícil e violento, porque não se tinha debate, não se tinha discussão, não se falava, não se tinha possibilidade das LGBTs falarem e o que se falava sobre nós, era tudo pautado em estigma, era tudo pautado em violência, em disseminação de mentiras e perpetuação de tabus. E quando eu passei a ser reconhecida como uma mulher e me reivindicar como mulher na sociedade, esse período aí de transição social, vamos dizer assim, eu comecei a entender essa dinâmica da transfobia, da LGBTIfobia, que não me alcançava antes quando eu tinha uma leitura de gay cis. A partir da minha luta pessoal, eu tinha possibilidade, não só precisava, mas eu tinha a possibilidade de agregar a uma luta que já exista para também não achar que... 'Ah olha eu tô aqui inventando a roda'. Não. Porque já tinha gente fazendo o que eu faço há muitos anos, né? Então, é poder a gente pensar nessa participação efetiva de pessoas que me representam, e que de alguma forma representam os anseios que nós temos em tempos de construção e desconstrução de uma sociedade acolhedora, anti-LGBTIfóbica, anti-machista, antirracista e anticapitalista. (Bruna Benevides)

Também fica claro para nós, a urgência da representatividade política LGBTI. Em diversas falas pudemos perceber que os entrevistados se preocupam, não só com a perseguição de parlamentares que discutem direitos humanos, como Jean Wyllys, como também a necessidade de se eleger pessoas LGBTI, comprometidas com as pautas humanitárias e que olhem para o movimento. Ainda que seja importante contar com o apoio de parlamentares héteros, se mostra de extrema importância que LGBTI's ocupem esses espaços, sejam vistos e respeitados. Há também a vontade de deixar de serem base de apoio, ou pauta eleitoral, e tomarem a frente do processo, se tornando sua própria representação, sua representatividade. Niterói tem se mostrado em comunhão com esse pensamento, e vem crescendo o número de candidaturas de pessoas – assumidamente – LGBTI'S.

Isso é inclusive uma pauta constantemente levada nas Paradas LGBTIs de Niterói que coincidem com anos eleitorais: eleger LGBTIs. Pois, como já dito no texto, os temas das Paradas dialogam sempre com o contexto sociopolítico do momento, trazendo para além do festival e das performances artísticas, posicionamentos políticos e debates fundamentais pro movimento.

Através dessa perspectiva, investigamos como se dá a organização da Parada LGBTI de Niterói e de que forma ela dialoga com os problemas e avanços da movimento LGBTI da cidade, e também como isso reverbera nas demais esferas governamentais, e influenciam outros municípios. É possível perceber que São Gonçalo, Itaboraí e outras localidades conquistaram mais espaço e mais visibilidade a partir da virada de holofotes dos direitos humanos pra região fluminense.

E esses holofotes se viram quando a Parada ganha forma e cresce. Quando parlamentares de cidades vizinhas vem participar, quando o prefeito Rodrigo Neves faz fala, quando os órgãos de imprensa se cadastram junto a organização, quando empresas oferecem patrocínio. Isso é sinal de reconhecimento. Quando temos grupos da extrema direita e grupos religiosos se organizando para fazer intervenções contra insurgentes, é sinal de incômodo, sinal de que se está fazendo direito.

A Parada é o auge do movimento, a apoteose. A comemoração das conquistas, a comemoração de estar vivo, de cada avanço em cada pauta em disputa, de cada projeto e edital aprovado, de cada LGBTI presente na universidade e no mercado de trabalho. É o sentimento de pertencimento<sup>40</sup> e de identidade, que emerge da contingência daquela condição, como uma expressão da exclusão social, da dor da

---

<sup>40</sup> Silvia Lane e conceito de pertencimento da prática comunitária da psicologia social.

solidão. Mas é na solidude<sup>41</sup>, das dores e alegrias de ser o que é, da sua condição no mundo e de toda essa subjetividade compartilhada que certificamos de aquela experiência, vivência é válida, e deve ser respeitada. É um retrato simbólico de como gostaríamos que fosse a caminhada, não naquele domingo específico da Parada, mas na caminhada da vivência do LGBTI. É nela também que se encontra as “famílias de escolhas”, as redes de apoio e a força pra continuar sendo resistência, principalmente na atual conjuntura política.

A Parada LGBTI, seja de Niterói, São Paulo ou Nova Iorque é um espaço de disputa política, de “colocar a cara no sol” para clamar por visibilidade, de se montar de drag queen e ser respeitada, de amar livremente e sem medo.

É responsabilidade de cada LGBTI continuar sendo resistência, nos dando as mãos e ocupando as ruas para garantir que esses direitos permaneçam, e que se possa exercer plenamente a cidadania, independentemente do L, do G, B, do T, do I.

É um momento e o local onde afirma-se a existência, a resistência e a luta por políticas públicas que atendam as demandas da população LGBTI. É desse caldeirão em ebulição, com a presença dos movimentos sociais, do movimento LGBTI, de parlamentares e de toda uma mídia voltada para aquele “espetáculo”, que é feita a verdadeira e pura política e consolidação do sujeito de direito.

É o palco das disputas e o palco do espetáculo pela diversidade.

Pelo direito de amar (e ser) quem eu quiser.

---

<sup>41</sup> Solitude: conceito retirado da psicanálise, que consiste na capacidade para ficar só de maneira positiva, em suas complexas injunções psicológicas e sociais; um estado sublime, pois exerce sujeito expressa sua subjetividade.

## ANEXO I

### Conquistas e avanços LGBTI (pós redemocratização)

- 1995 ABGLT
- 2004: Brasil sem Homofobia
- 2006: PLC 122/2006 Projeto de lei da Câmara 122 de 2006, ou PL 122, também conhecida como lei anti-homofobia, foi um polêmico projeto de lei brasileiro apresentado pela então deputada Iara Bernardi. O projeto de lei tinha por objetivo criminalizar a homofobia no país e foi arquivado após passar oito anos no Senado sem obter aprovação.
- 2007: Rio sem Homofobia
- 2007: Conselho Estadual LGBT
- 2008: I Conferência Nacional LGBT
- 2008: Plano Nacional de Enfrentamento a AIDS
- 2008: Portaria dos SUS – Processo de ressignificação sexual (transexualizador)
- Abril/2010: Adoção Homoafetiva
- Maio/2010: Nome Social para servidores públicos
- Jul/2010: Imposto de Renda permite inclusão de parceiros homoafetivos
- Dez/2010: Portaria do INSS torna definitiva regra que reconhece pensão em união LGBT
- 2011 - Carteira Nacional do SUS com Nome Social
- 2011: Resolução nº 12 do CNCD/LGBT formulou, dentre outras orientações, a de que seja “garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito” no ambiente escolar
- 2011: União Estável entre casais homoafetivos.
- 2011: Jair Messias Bolsonaro faz declarações homofóbicas em uma emissora de tv e é processado pelos grupos GDN, Arco-Íris, Cabo Free, em ação civil pública em que pediram que Bolsonaro fosse obrigado a se retratar e pagar indenização de pelo menos R\$ 500 mil.
- Jul/2012: Forças Armadas - depois de nove meses, o militar reformado João Silva, finalmente, a inclusão de Cláudio Nascimento, como seu cônjuge nos documentos militares.
- Abril/2013: Secretaria de Direitos Humanos substitui texto da PL 122
- Maio/2013: Casamento Civil
- 2014 - Nome Social ENEM

- 2014: Uso do vagão feminino no Trem e metro por Travestis e Mulheres Transexuais
- 2015: Alerj aprova lei de combate à discriminação sexual no Rio. Estabelecimentos comerciais e servidores públicos que cometerem a infração podem sofrer multas e terem até cassação da inscrição estadual. Uma lei anterior de autoria do deputado Carlos Minc (PT) de 2000, havia sido derrubada na justiça em 2013 por inconstitucionalidade. Mesmo com o projeto de lei enviado pelo governador Sérgio Cabral, o projeto estava parado nas comissões da casa desde outubro de 2013. Apenas a bancada evangélica votou contra o projeto.
- 2016 – Assinatura do Decreto do Nome Social e reconhece a Id de genero das pessoas Trans, na administração pública federal
- 2016 – Lei Maria da Penha pessoas Trans (Jurisprudencia)
- 2017: Processo de Bolsonaro é julgado em 2ª instância
- 2017/18 -Nome Social no CPF, Título eleitoral, alistamento militar e no ensino básico
- 2018: Lei da Identidade de Gênero. STF garantiu a possibilidade de que transgêneros alterem o sexo e o nome presentes no registro civil, sem precisar obter autorização judicial. O processo poderá ser realizado em cartório.
- ADI nº 4275 – 01/03/2018 – Garante a retificação do Registro Civil sem Necessidade de Cirurgia, por autodeterminação e diretamente nos cartórios
- 2019: OMS retira do CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) a transexualidade como “transtorno de saúde mental”, após 28 anos.
- 2019: Processo Bolsonaro - Justiça mantém condenação de Bolsonaro a pagar R\$ 150 mil por declarações homofóbicas e racistas
- 2019: CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA
- 2020: em meio à crise na saúde devido à pandemia do COVID19, o governo de Bolsonaro e com muita pressão do movimento social, o STF – em decisão histórica - derruba restrição de doação de sangue por pessoas LGBTI



## **ANEXO II**

### **As 15 Paradas LGBTI de Niterói**

1. Pela Criminalização da Homofobia e União Civil Já! – Público: 30.000
2. Brasil em Campo contra a homofobia - Público: 50.000
3. 3 anos de lutas, conquistas e alegrias. Chega de racismo, machismo e homofobia  
- Público: 80.000
4. Homofobia Mata! Pela aprovação da lei de criminalização da homofobia. -  
Público: 100.000
5. YES, nós temos orgulho! - Público: 100.000
6. Vote contra a homofobia! Defenda a cidadania - Público: 100.000
7. Brasil em Campo contra a homofobia - Público: 100.00
8. Homofobia tem cura: educação e criminalização. - - Público: 100.00
9. Estado laico: pelo direito de amar - - Público: 100.000
10. 10 anos de luta pela diversidade! - - Público: 100.000
11. O amor vence o ódio: na luta contra o retrocesso. - Público: 70.000
12. Amar sem Temer! - Público: 70.000
13. Seu ódio não desbota as minhas cores: amar é terapêutico! - Público:80.000
14. Meu voto importa: LGBTI no poder! - Público: 80.000
15. Diversidade acima de tudo! Democracia acima de todos! - Público: 100.000

## **ANEXO III**

### **Roteiro da entrevista**

#### 1. Identificação

Nome: Idade  
Cidade: Bairro (se for niteroiense):  
Gênero: Orientação Sexual:  
Ocupação: Entidade:

#### 2. Ser LGBTI

- a) O que era ser LGBTI em Niterói?
- b) O que é ser LGBTI hoje em Niterói?
- c) O que é ser LGBTI hoje no Brasil?

#### 3. Participação na organização homossexual da cidade:

- a) Como você se organiza?
- b) Como era ser LGBTI antes dos coletivos e organizações?
- c) Participou direta ou indiretamente da organização LGBTI em Niterói?
- d) O que você pensa sobre a institucionalização dos movimentos sociais?

#### 4. Parada LGBTI

- a) Já participou de alguma Parada LGBTI de Niterói? De que forma?
- b) O que a Parada LGBTI de Niterói representa pra você?
- c) Qual a importância da Parada para a cidade e para o movimento LGBTI?

## Referências bibliográficas

Ansara, Soraia (2000). *Repressão e Lutas Operárias na Memória Coletiva da Classe Trabalhadora em São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. \_\_\_\_\_. (2001).

\_\_\_\_\_. *Memória Coletiva: um estudo psicopolítico de uma luta operária em São Paulo*. *Revista de Psicologia Política*, 1, (2), 29-52. \_\_\_\_\_. (2003).

\_\_\_\_\_. *Memória coletiva e cidadania: resgatando a luta por direitos*. *Cadernos de Psicologia*, (13). (pp.123-142). \_\_\_\_\_. (2005).

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora. *Civilização Brasileira*, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1987

BARROS, Maria Teresa Guilhon M. De. *Blocos: vozes e percursos da reestruturação do Carnaval de rua no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2013

BARROSO, Flavia Magalhães; FERNANDES, Cíntia Sanmartín; HERSCHMANN, Micael Maiolino. *Corpo, cidade e festa: as “performances do dissenso” no carnaval de rua carioca*. *INTERIN*, v. 24, n. 1, jan./jun. 2019. ISSN: 1980-5276. Pag. 157-175

BOURDIEU, Pierre. *Dominação masculina*. Oeiras: Celtas, 1999.

BRAH, Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*. *Cadernos Pagu*, n.26, jan-jun 2006, pp.329-376.

BRITO, A. da Motta. (2015). *As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento*. *Cadernos Pagu*, (13), 191-221

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. 6 ed. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, 2013

CAETANO, Ivone Ferreira. O FEMINISMO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS TRÊS ONDAS DO MOVIMENTO FEMINISTA E A PERSPECTIVA DA INTERSECCIONALIDADE. 2017/ ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EMERJ.

CAMARGOS, M. L. *O(s) discurso(s) da Parada do Orgulho Gay no Brasil*. In: *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 2004, Coimbra. [www.uc.pt/ces](http://www.uc.pt/ces), 2004.

CAMÂRA, Cristina. *Um olhar sobre a história do ativismo LGBT no Rio de Janeiro*. n.9, 2015, p.373-396

CASTELLS, *O poder da identidade*. São Paulo. Paz na Terra, 2008.

CELLARD, André. *A análise documental*. In: *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. POUPART, Jean (et. ali.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CISNE, Mirla. POR UM FEMINISMO ANTIRRACISTA E ANTICAPITALISTA: O DEBATE ENTRE INTERSECCIONALIDADE E CONSUBSTANCIALIDADE-COEXTENSIVIDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO, RAÇA/ETNIA E

CLASSE. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

COTTA, Diego Souza. *Estratégias de Visibilidade do Movimento LGB: Campanhas Não Homofobia! – um Estudo de Caso*. UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro, 2009

COLLINS, Patricia Hill. *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*, Patricia Hill Collins. Parágrafo, nº 1, jan-jun, 2017.

Crenshaw, Kimberlé W. (1989), "*Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*". University of Chicago Legal Forum, pp. 139-167.

CRUZ, Isabel Fonseca da e LEMOS, Rosália de Oliveira. *Manual do 171 do Movimento Negro*. Rio de Janeiro, digitado, 1995.

DAS, Veena. *O Ato de testemunhar: violência, gênero e subjectividade*. *Cadernos Pagu*, n. 37, 2011, p 9-41

Davis, Angela. (1981), *Women, race and class*. Nova York, Vintage Books

DIDI-HUBERMAN, Georges. Introdução. In: *Levantes*. DIDI-HUBERMAN (org). São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

D'SOUZA, Radha. *As prisões do conhecimento: pesquisa ativista e revolução na era da "globalização"*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo, Cortez, 2010, p. 145-171.

DURIGUETTO, M. L.; BAZARELLO, R. D. MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: termos do debate. *Temporalis* (Brasília), v. 1, p. 133-155, 2015

DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ESPINDOLA, Catarina Bonoto. *Movimentos Sociais em Movimento: o ativismo LGBT das margens à rede*. UFSM - Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. 2017

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERNANDES, Cíntia Sanmartin; HERSCHMAN, Micael Maiolino; BARROSO, Flávia Magalhães. *Corpo, cidade e festa: as "performances do dissenso" no carnaval de rua carioca*. p. 157-175

FERNANDES, Marisa. *O movimento das mulheres lésbicas feministas no Brasil*. 2018. <https://revistacult.uol.com.br/home/mulheres-lesbicas-feministas-brasil/> - acessado em agosto/2019

FIGUEREDO, Eurídice. *Desfazendo gênero: a teoria queer de Judith Butler*. Dossiê Sáfico. CRIAÇÃO & CRÍTICA | N. 20 | 2018

FOUCAULT, Michel. *L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté*. In: *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994. v.4. FOUCAULT, Michel. *Micropolítica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo, N-1 Edições, 2013.

- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1993. V1.
- \_\_\_\_\_ *Micropolítica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_ *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo, N-1 Edições, 2013.
- GIDDENS, A. (1995). *Transformações da Intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Oeiras, Celta Editora
- GUEDES-PINTO, Ana Lúcia. *Rememorando trajetórias da professora-alfabetizadora: a leitura como prática constitutiva de sua identidade e formação profissionais*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.
- GONZÁLES REY, Fernando Luis. *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. Universidade Estadual de Campinas. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011;
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997;
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da história*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GREEN, James. (2000). *Além do Carnaval: A homossexualidade no Brasil do século XX*. São Paulo: EDUNESP
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. ED. Vozes, 1987.
- HAESBAERT, R. *Territórios Alternativos*. Niterói: EDUFF, São Paulo: Contexto, 2002.
- HARAWAY, Donna. *An Analysis of Donna Haraway's A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century*. 1981.
- HENNING, Carlos. *Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença*. Revista Mediações, Londrina, v. 20 n° 2, p. 97-128, jul/dez 2015.
- HERSCHMANN, Micael.; FERNANDES, Cíntia. S.: *Música nas ruas do Rio de Janeiro*. São Paulo: Ed. Intercom, 2014
- HIRATA, Helena. *Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais*. Tempo soc. vol.26 no.1 São Paulo Jan./June 2014
- JAFFRE, Soizick. *The Stonewall à la Gay Pride*. Prochoix, la revue du droit du choisir, 21. P.46-75.1981.

\_\_\_\_\_The Stonewall à la Gay Pride. *Prochoix, la revue du droit du choisir*, 21, 46-75. 2002

JESUS, Jaqueline Gomes. O protesto na festa: política e carnavalização nas Paradas LGBT. Tese de Doutorado – Programa de Pós Graduação em Psicologia Social: Trabalho das Organizações. Instituto de Psicologia. UNB. Brasília, 2010

KELMER, Andrea. Movimentos sociais urbanos: um estudo sobre a relevância do movimento gay de Minas. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”. 2013

KELMER, Andrea. A Organização Homossexual em Juiz De Fora: estudo sobre a trajetória do concurso Miss Brasil Gay em Juiz de Fora desde 1977 até a formação do MGM em 2000. Tese Doutorado – UFF – Escola de Serviço Social. 2016.

KRIESI, H. et al. 1995. The politics of new social movements in Western Europe: a comparative analysis. Minneapolis e St. Paul: University of Minnesota Press.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001

LOURO, G. L. Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LUZ, Margareth da. Nasce uma nova Niterói: representações, conflitos e negociações em torno de um projeto Niemeyer. Universidade Federal Fluminense, Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 273-300, jul./dez. 2009.

MACRAE, Edward, (1990). A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas: Editora da UNICAMP.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARICATO, E. Habitação e Cidade. 4º Ed. São Paulo: Atual, 1997. p. 78.

MARTINS, I. L.; KNAUSS, P. (org.). Introdução, Cidade múltipla: temas de história de Niterói, Niterói: Niterói Livros; 1997.

MARTÍNEZ, Rafael Cruz. Conflitividad Social e acción Colectiva: una lectura cultural. Nuevas tendencias historiográficas e historia local en España : actas del II Congreso de Historia Local de Aragón (Huesca, 7 al 9 de julio de 1999) / coord. por Miguel Angel Ruiz Carnicer, Carmen Frías Corredor, 2001, ISBN 84-8127-112-8, págs. 175-190

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec/ ABRASCO, 1993.

MOTTA, Ida Cristina Rebello. EM NOME DO FILHO! UM ESTUDO SOBRE O MOVIMENTO DE “MULHERES GUERREIRAS”: MÃES DOS MENINOS DO DEGASE. Defesa de dissertação, UFF, 2017

MOSCOVICI, Serge. L'âge des foules. Paris, Fayard. MOUFF, Chantal. 1988. "Hegemony and New Political Subjects: Toward a New Concept of Democracy", in Nelson, C. e Grossberg, L., *Marxism and the Interpretation of Culture*. Chicago, Un. of Illinois Press.

- MONTANO, C.; DURIGUETTO, M. L. . Estado, Classe e Movimento Social. 2011.
- MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cad. Pagu* [online]. 2014, n.42, pp.201-248. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420201>.
- MELUCCI, A. Nomads of the present. Social movements and individual needs in contemporary society. Philadelphia: Temple University Press 1989
- \_\_\_\_\_. 1996. Challenging codes: collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press.
- NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da Multidão. Lugar Comum. Rio de Janeiro, UFRJ, n.19-20, p.15-26 jan.-jun./2004
- OLIVEIRA, Filipe Guterres Venancio Costa de; CARVALHO, Maria Alice Pessanha de; GARCIA, Margareth Rose Gomes; OLIVEIRA, Simone Santo. A experiência dos diários reflexivos no processo formativo de uma Residência Multiprofissional em Saúde da Família. *Interface - Comunicação Saúde e Educação*, v.17, n.44, p.201-9, jan./mar. 2013.
- PARIS, Gisele Santana. Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro: um desfile-mobilização e suas estratégias comunicativas. UFRJ - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2015.
- PEREIRA, Potyara A.P. Discussões conceituais sobre política pública como política pública e direito de cidadania. I. BOSCHETTI, Ivonete. et al. (org) ed. São Paulo:Cortez, 2009. Pg. 87-89.
- PERROT, M. Sair. In: DUBY, G.; PERROT, M. História das mulheres no ocidente: oséculo XIX. Tradução de Maria Helena da C. Coelho et al. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1994. p. 503-539.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileira. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263 a 274
- QUIROGA, Ana Beatriz. A construção do sujeito a partir da Paradas LGBTI e sua consolidação enquanto sujeito de direitos. 2019.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres Ribeiro. Leituras de Movimentos: conjuntura, ação e poder. *Revista Temporalis*, Ano 2, n.4, p. 9-19, (JUL/ DEZ) 2001.
- REA, Catarina. Pensamento Lésbico e Formação da Crítica Queer of Color. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. Vol 04, N. 02 - Abr. - Jun., 2018.
- \_\_\_\_\_. CRÍTICA QUEER OF COLOUR E DESLOCAMENTOS PARA O SUL GLOBAL. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017
- RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. *Rev. Estud. Fem.* vol.13 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2005

ROSENEIL, Sasha. Viver e amar para lá da heteronorma: Uma análise queer das relações pessoais no século XXI. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 76 | 2006. : Estudos queer: Identidades, contextos e acção colectiva.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Rearticulando Gênero e Classe Social*.

SALAZAR, Gabriel. *Manifesto dos Historiadores* (compilador). Chile, 1999.

Sandoval, Salvador A. M. Algumas Reflexões sobre Cidadania e Formação de Consciência Política no Brasil, In: Spink, Mary Jane (org.) *A Cidadania em Construção: Uma Reflexão Transdisciplinar*. São Paulo: Cortez. (1994)

\_\_\_\_\_. (1997). *Social Movements and Democracy in Brazil: patterns of popular contention and their impact on the process of redemocratization, 1977-1989*. Working Paper n° 234; Center for Studies of Social Change. New York: New School for Social Research.

\_\_\_\_\_. (1999). *A Consciência Política na Participação Coletiva: Uma contribuição da Psicologia Política ao Campo da Psicologia Social Comunitaria*. In: *Anais do I Congresso de Norte-Nordeste de Psicologia*. Salvador: CFP/UFBA, (<http://www.ufba.br/~conpsi/conpsi1999/M006.html>)

\_\_\_\_\_. (2001). *The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s*. *Revista Psicologia Política*. 1(1). São Paulo: SBPP

SANTOS, Ana Cristina. *Entre a academia e o activismo: Sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal*. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 76 | 2006. : Estudos queer: Identidades, contextos e acção colectiva.

SANTOS, Boaventura. *Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*. *Novos estud. - CEBRAP* n°.79 São Paulo Nov. 2007

SCOTT, J. *Usos e abusos do gênero*. *Projeto História*, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012.

SILVA, Alessandro Soares da. *Marchando pelo arco-íris da política*. 2006. 636 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, -2006.

\_\_\_\_\_. *Luta Resistência e Cidadania: Uma análise psicopolítica dos Movimentos e Paradas LGBT*. Ed. Juruá. Curitiba, 2009.

\_\_\_\_\_. *Memória, Consciência e Políticas Públicas: as Paradas do Orgulho LGBT e a construção de políticas públicas inclusivas*. *Revista Electrónica de Psicología Política* Año 9 N° 27 – Noviembre/Diciembre de 2011;

\_\_\_\_\_. *Por um lugar ao sol: construindo a memória política da homossexualidade*. UFRN, 2013;

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

Tarrow, S. 1989. *Democracy and disorder: protest and politics in Italy, 1965-1975*. Oxford e New York: Oxford University Press.



- \_\_\_\_\_. 1994. *Power in movement*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tilly, Charles. *From mobilization to revolution*. Boston: Wesley Publishing Co., 1978.
- TOLEDO, Herculis Pereira. *Lutas Sociais e Cidadania: reflexões sobre os movimentos sociais como elementos de resistência e posicionamento político da sociedade brasileira*. XI Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas - SEPECH. Londrina, 2016;
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. Resenha do livro *Crítica da modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1994, 431 pp.)
- TRINDADE, Ronaldo. O MITO DA MULTIDÃO: UMA BREVE HISTÓRIA DA PARADA GAY DE SÃO PAULO. *Niterói*, v.11, n.2, p. 73-97, 1. sem. 2011
- TRINDADE, Ronaldo. Atores/Autores: Histórias de vida e produção acadêmica dos escritores da homossexualidade no Brasil. In: *Cadernos de Campo*. São Paulo, USP, v.11, n.10, p. 63-77, 2002
- \_\_\_\_\_. Significados sociais da homossexualidade masculina na era Aids. In: *Cadernos –AEL*. Campinas, Unicamp, v.10, n.18/19, 2003. p. 219-257
- TRINDADE, Ronaldo. Construção de identidades homossexuais em São Paulo. In: UZIEL, Anna Paula et alii. *Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de Aids*. Rio de Janeiro: Pallas/IMS/ABIA, 2004
- \_\_\_\_\_. *De Dores e de Amores: Construção de identidades homossexuais em São Paulo*. 249 p. 2005. Tese (Doutorado em Ciência Social, Antropologia Social). São Paulo, Universidade de São Paulo. 2005.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- VERGARA, S. C. *Métodos de coleta de dados no campo*. São Paulo: Atlas, 2009.
- WEBER, F. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo? *Horiz. Antropol.*, v.15, n.32, p.157-70, 2009.
- WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: A construção do masculino: A construção do masculino: dominação das mulheres e dominação das mulheres e homofobia in *Estudos Feministas*, 2001.